

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

**SAULO CARNEIRO DE OLIVEIRA**

**A POLÍTICA AEROESPACIAL BRASILEIRA E O CONTROLE JURÍDICO-  
POLÍTICO DO ESPAÇO:** a atuação do Estado brasileiro e a resistência local na  
defesa dos territórios étnicos de Alcântara – MA

São Luís  
2014

**SAULO CARNEIRO DE OLIVEIRA**

**A POLÍTICA AEROESPACIAL BRASILEIRA E O CONTROLE JURÍDICO-  
POLÍTICO DO ESPAÇO: a atuação do Estado brasileiro e a resistência local na  
defesa dos territórios étnicos de Alcântara - MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR, da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Zulene Muniz  
Barbosa

São Luís

2014

**SAULO CARNEIRO DE OLIVEIRA**

**A POLÍTICA AEROESPACIAL BRASILEIRA E O CONTROLE JURÍDICO-  
POLÍTICO DO ESPAÇO: a atuação do Estado brasileiro e a resistência local na  
defesa dos territórios étnicos de Alcântara-MA**

Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovada em     /     /2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zulene Muniz Barbosa** (Orientadora)  
Doutora em Ciência Política  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo Almeida**  
Doutora em História  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Regina Pereira Assunção**  
Doutora em Sociologia  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franci Gomes Cardoso** (Examinadora Suplente)  
Doutora em Política Social / Movimento Social  
Universidade Federal do Maranhão

Àqueles que sempre cuidaram de mim,  
minha mãe e meu pai.

Àqueles que lutam pelo direito ao território  
étnico em Alcântara.

Àqueles que dedicam sua vida à  
construção de uma sociedade melhor e  
no combate às injustiças.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me deram as condições necessárias para galgar meus passos rumo à academia, amparando-me sempre que precisei, e não foram poucas vezes. Sem vocês sabe-se lá o que seria de mim hoje. Mamãe, lutadora aguerrida que nunca desistiu de mim e papai, dotado de equilíbrio e paciência necessários para superar os momentos mais difíceis.

Aos meus irmãos, que vieram depois de mim e em relação aos quais sinto a responsabilidade de dar o melhor exemplo possível, agradeço o carinho e o olhar crítico. Não sei se estou dando conta do recado, mas que esta dissertação sirva como lição para vocês não desistirem de seus objetivos, se eu consegui vocês também podem.

Vovó Zizita, nestes dois últimos anos você me acolheu como seu filho. Escolhi ir trabalhar nesta que sempre foi minha segunda cidade porque sabia que podia contar com a senhora. Quando cheguei a Cururupu tinha um peso sobre minhas costas, o inconcluso mestrado, o seu exemplo de fé, de perseverança, de superação e suas orações foram muito importantes para eu prosseguir até o fim.

Tio Riba, a jovialidade em pessoa, o cara que fez meus cinzentos dias e horas de ócio improdutivo cururupuenses se tornarem menos maçantes e até agradáveis com seu bom humor, seu incentivo, suas palavras de reflexão e seu exemplo de generosidade. És o irmão mais velho que não tive, apesar de ter idade para ser meu pai e ser irmão mais novo dele. A dissertação saiu, agora vamos às ilhas!

*In memoriam*, vovô Maniquito, um ser humano elogiável que tive a felicidade de conhecer e ser seu neto. Fui seu primeiro descendente a concluir uma graduação, sei que ficarás satisfeito com mais esta conquista no plano em que estás, amante das letras que és.

*In memoriam*, vovô Alberto, não o conheci, mas minha história perpassa pela sua.

Às minhas famílias, Carneiro e Oliveira, todos os tios, tias, primos. Menção especial à matriarca vovó Marisa (família Carneiro), e representado as demais gerações, tia Ana e Guilherme, em seus nomes agradeço todos os meus familiares, que me apoiaram, direcionaram seus pensamentos positivos e não envidaram esforços quando precisei de seu auxílio, antes e durante o percurso

dissertativo.

Aos amigos que ouviram repetidas vezes meus reclamos e sempre davam palavras de incentivo.

À Luhilda, que me acompanhou e deu apoio a maior parte deste percurso, aliás, desde a graduação, obrigado por tudo que fizeste por mim.

À Desni, a grande amizade que fiz durante o mestrado, para toda vida, tenho certeza. Agradeço pela sua força, sua ajuda efetiva, sua disponibilidade, sua solidariedade, pessoas como você humanizam o universo acadêmico.

Ao meu grande amigo Alex, companheiro de longas datas e várias jornadas, nossas lutas continuam. E também aos demais integrantes do núcleo duro que conseguimos formar durante os tempos de graduação, Ricardo Seoane e Arnaldo, não apenas uma diretoria de centro acadêmico, mas um seleto grupo de amigos. Nosso compromisso com uma perspectiva crítica do direito e o envolvimento em questões sociais e políticas persiste.

À Ellen Caroline, apesar da distância continuaremos em sintonia.

Ao Wendel, outro amigo de longas jornadas, corridas, percursos na vida, aquele que eu vi chegar antes em várias voltas na pista de atletismo do CEFET, em espaços acadêmicos e profissionais, servindo de exemplo, mostrando que é possível chegar lá. Pois é, também conclui o mestrado, ainda faltam alcançar outras etapas da existência, os caminhos ainda estão por ser construídos.

À Danúbia, amiga dos tempos em que IFMA era CEFET, não houve pessoa que mais tenha ouvido meus reclamos na reta final deste texto. Suas palavras de incentivo e confiança serviram de combustível para eu seguir firme e com foco. Também à Maria José, da mesma era federal, continuemos compartilhando nossas conquistas, essa será apenas mais uma para comemorarmos juntos.

Ao Gabriel, nobre anjo plebeu ministerial, amigo que conheci quando dividia minhas atividades entre o mestrado e o trabalho no Ministério Público, com alguns “pregos” do Ragge. Muitas angústias e reflexões compartilhadas, pelo menos um pneu trocado. A outros que também conheci neste período, em especial a Rossana e a Eliandro, obrigado pela força.

Aos inseparáveis Rodrigo e Délcio, mais do que colegas de trabalho do Tribunal de Justiça e de viagens semanais, amigos que me ajudaram a descontrair um pouco quando eu estava pressionado pelos prazos e não conseguia fluir na

construção textual. “R.” o suficiente para cada um de nós. Valeu!

Alguns participaram da construção anterior ao mestrado, contribuindo para chegar aqui.

Ao Programa de Educação Tutorial - PET, em especial a professora Lígia Cavalcanti, você representou um marco em minha vida. E, ainda, aos companheiros de PET, Letícia, Igor, João Gama, Paula, André, Willana, Dyana, pois juntos entramos em maior contato com o mundo da pesquisa, me estimulando a continuar a vida acadêmica após a graduação.

À Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência por ter proporcionado a participação dos encontros anuais, de caráter nacional, estimulando a pesquisa e permitindo adentrar ainda mais no universo acadêmico.

Ao Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerini, nas pessoas de Nelma, Valdira e Ariadne, espaço no qual me inseri em articulações para defesa de direitos junto a movimentos sociais.

Aos integrantes da Solar Consultoria que me convidaram para trabalhar com as comunidades quilombolas de Alcântara e permitiram que eu conhecesse melhor as problemáticas lá existentes e os sujeitos que articulavam as resistências locais.

Nas disciplinas do curso, na pesquisa e na construção do texto dissertativo, também tenho muito a agradecer.

Aos colegas e amigos da 1ª. Turma do mestrado, Desni, Leandro, Nilce, Teodora, Jhony, Rogério, Valderiza, Alanildo, Gyordanna, Adriana, Renata, Carmen, Andréa, Hierlen, e às alunas especiais Efigênia e Jane.

À Professora Zulene, pela orientação, pelo incentivo, pelo apoio, pela paciência, pelo exemplo de humildade e dedicação, por ter sempre acreditado em mim mais que eu.

Aos Professores que ministraram as disciplinas cursadas, importantes para o amadurecimento intelectual e para a preparação do trabalho dissertativo: Prof. Fred, Prof. Josenildo, Profa. Iris, Profa. Joana, Profa. Franci. Em especial ao professor Henrique Borralho, com quem tive o primeiro contato ainda no ensino médio, e tive a grata experiência de reencontrar na graduação de História e no mestrado. És mais que um professor, és um ser humano fantástico, obrigado pela força e compreensão, valeu a pena, consegui terminar o curso.

Às professoras Mônica e Carla, por terem aceitado participar da minha banca de qualificação e pelas contribuições tão importantes que deram para a conclusão deste trabalho. E, ainda, por aceitarem o convite de compor minha banca de defesa da dissertação.

À dupla dinâmica Gracimila e Elizete, obrigado por me suportarem por tanto tempo, dando o suporte necessário sempre que precisei.

Aos que contribuíram dando condições materiais para eu concluir o mestrado.

Ao Promotor Abel e ao Promotor José Osmar, pelo incentivo e apoio, quando precisei me ausentar sistematicamente do trabalho para acompanhar as disciplinas e realizar as tarefas do Mestrado.

Aos profissionais, Psiquiatra Paulo Aranha e a Psicóloga Regina, que cuidaram da minha saúde mental, a qual foi tão instável durante o curso que me fez atrasá-lo, quase perdê-lo, mas com o seu auxílio tive forças para superar os momentos difíceis, escrever minha dissertação e alcançar meu título de mestre.

Ao meu amigo Lítio.

Ao Ragge, meu companheiro velho de guerra que se esforçou para me levar onde eu precisava, mesmo com suas limitações também contribuíste para minha vitória.

Finalmente àqueles, sem os quais não existiria a presente pesquisa, os remanescentes de quilombo de Alcântara, em especial aos entrevistados Sra. Benita, Sr. Gregório, Sr. Marcos, Sr. Walmir e Borjão (e dona Heliete, sua companheira), este último, também pelo auxílio na acolhida, pelo apoio no meu trabalho de campo e assistência quando estive em Alcântara, inclusive quando ocorreram problemas mecânicos automotivos. Também ao Sr. Aniceto, que apesar de não ter sido entrevistado foi ouvido em uma entrevista, a D. Neta (Dorinete), ao Sr. Samuel, ao Sr. Leonardo e ao Danilo, pela prestatividade quando de minhas ligações.

Enfim, a tudo e a todos que colaboraram direta ou indiretamente, sem esquecer jamais da força onipotente, onipresente, onisciente, que criou o universo e deu o livre arbítrio para os seres humanos.

## LISTA DE SIGLAS

ACS	- Alcântara Cyclone Space
ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	- Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEB	- Agência Espacial Brasileira
ALCOA	- Aluminum Company of America, originalmente, mudou o nome para Alcoa Incorporation
AMPA	- Associação dos Moradores de Aranhengaua
ANCOP	- Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
ATQUILA	- Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara/MA
ATTAQUINAF	- Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Alcântara na Agricultura Familiar
CCAF/AGU	- Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União
CCN	- Centro de Cultura Negra
CEA	- Centro Espacial de Alcântara
CLA	- Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	- Centro de Lançamento Barreira do Inferno
COBAE	- Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
COLONE	- Companhia de Colonização do Nordeste
COMAER	- Comando da Aeronáutica
CTA	- Centro Tecnológico Aeroespacial
DHM	- Índice de Desenvolvimento Humano
EUA	- Estados Unidos da América
FCP	- Fundação Cultural Palmares
FIFA	- Federação Internacional de Futebol Associado
GEI	- Grupo Executivo Interministerial
GICLA	- Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara
GSI	- Gabinete de Segurança Institucional
IAE	- Instituto de Atividades Espaciais

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MABE	- Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
MAer	- Ministério da Aeronáutica
MD	- Ministério da Defesa
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MECB	- Missão Espacial Completa Brasileira
MIRAD	- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
ONU	- Organização das Nações Unidas
PBDCT	- Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PEB	- Programa Espacial Brasileiro
PNAE	- Programa Nacional de Atividades Espaciais
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDAE	- Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RTID	- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEPPIR	- Secretaria Especial Políticas Promoção Igualdade Racial
SMDH	- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SPHN	- Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHN	- Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STF	- Supremo Tribunal Federal
STTR	- Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais

## RESUMO

Análise das formas de controle jurídico-político do Estado brasileiro, exercidas para viabilizar a implantação da base espacial em Alcântara, e da organização das comunidades atingidas, compostas por remanescentes de quilombo, na defesa dos territórios étnicos. Primeiramente, realiza-se abordagem conceitual do Estado, elencando-se a coerção e o consenso como instrumentos de controle e legitimação estatal. Em seguida avalia-se a geopolítica aeroespacial brasileira e o processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, projeto nacionalista conduzido pelos militares, o qual desencadeou grandes impactos nas comunidades locais e impulsionou a organização de movimentos de resistência. Acentua-se que o contexto das remoções foi anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito à territorialidade étnica. Analisam-se as entrevistas realizadas com sujeitos participantes dos movimentos sociais em Alcântara, destacando-se as articulações dos quilombolas na construção e fortalecimento da identidade étnica como instrumento de luta para a efetivação do direito ao território e como estratégia para evitar novas remoções, diante dos recentes projetos de expansão do projeto espacial brasileiro, de caráter mercadológico e envolvendo interesses transnacionais.

Palavras-chave: Estado. Coerção/consenso. Quilombola. Base Espacial. Alcântara.

## **ABSTRACT**

Analysis of the forms of legal and political control of the Brazilian State, exercised to enable the implementation of the spaceport in Alcantara, and the organization of communities affected, composed of remnants of Quilombo to defend the ethnic territories. First, we make the conceptual approach of the state, listing to coercion and consensus as instruments of state control and legitimacy. Then-evaluates whether the Brazilian aerospace geopolitics and the process of implementation of the Alcantara Launch Center, nationalist project conducted by the military, which sparked major impacts on local communities and spurred the organization of resistance movements. It is stressed that the context of removals was prior to the enactment of the Constitution of 1988, which recognized the right of ethnic territoriality. We analyze the interviews with subjects participating in social movements in Alcantara, especially the joints of the Maroons in the building and strengthening of ethnic identity as an instrument of struggle for the realization of the right to territory and as a strategy to prevent further removals, before recent expansion projects of the Brazilian space design, marketing and interests involving transnational character.

Keywords: State. Coercion/consensus. Maroon. Spaceport. Alcântara.

*“O presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é ‘essencial’, sem resíduo de um ‘incognoscível’ que seria a verdadeira essência”.*

*“É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”.*

**Antônio Gramsci**

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
	Indicações metodológicas .....	21
<b>1</b>	<b>AS FORMAS DE CONTROLE JURÍDICO-POLÍTICO DO ESTADO BRASILEIRO E SUA POLÍTICA ESPACIAL</b> .....	24
1.1	O Estado e as formas de controle jurídico-político .....	24
1.2	A geopolítica da questão espacial .....	32
<b>2</b>	<b>OS CONFLITOS ENTRE OS INTERESSES LOCAIS E TRANSNACIONAIS.</b> .....	45
2.1	O controle jurídico-político do território de Alcântara .....	45
<b>3</b>	<b>A DEFESA DO TERRITÓRIO ÉTNICO DE ALCÂNTARA</b> .....	61
3.1	Das remoções à organização da resistência dos atingidos pela base espacial .....	61
3.2	A questão étnica e as novas formas de resistência .....	68
3.3	As ameaças de expansão do projeto espacial .....	83
3.4	As novas dimensões do conflito .....	90
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99
	<b>APÊNDICES</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação acadêmica analisa os conflitos territoriais entre o Centro de Lançamento de Alcântara e as comunidades campesinas pelo reconhecimento dos seus territórios. Trata-se, portanto, de um processo relacionado diretamente com as formas de controle jurídico-político do Estado brasileiro no território, notadamente a utilização de instrumentos de coerção e consenso. Adota-se nesta dissertação a abordagem de Antônio Gramsci (2000), Nicos Poulantzas (1971), de teóricos marxistas brasileiros, como Lucio Flavio Almeida (2009), Alysson Mascaro (2013) e Décio Saes (1998), cujas análises seguem um enfoque não economicista do Estado.

No sentido de empreender a referida análise centrei o foco na tese gramsciana do Estado ampliado. Para Gramsci o Estado não pode ser reduzido a sua função coercitiva. Existe, pois uma unidade orgânica entre a sociedade civil e a sociedade política, entendida como o conjunto dos aparelhos estatais de coerção (os mecanismos pelos quais a classe dominante impõe sua dominação, como detentora do monopólio da coerção, por meio do aparato burocrático - executivo e forças de repressão policial e militar) e a sociedade civil formada pelos aparelhos privados de hegemonia (organismos sociais e políticos responsáveis pela formulação e difusão de diferentes ideologias).

Território étnico foi outro conceito trabalhado como sendo intrinsecamente relacionado ao conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”. Essa expressão tem ampliado seu significado desde a Constituição de 1988 “coadunando-se com os aspectos situacionais, que caracterizam hoje o advento das identidades coletivas, e tornou-se um preceito jurídico marcante para legitimação de territorialidades específicas e etnicamente construídas.” (ALMEIDA, 2008a, p. 48).

Atualmente, há diversas normas na legislação pátria que tratam das “terras tradicionalmente ocupadas”, sendo que uma das que melhor sintetiza o seu alcance conceitual é a Instrução Normativa 20/05 do INCRA. *In Verbis*:

Art. 4º Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos

antigos quilombos. (VITORELLI, 2012, p. 252).

O teor da norma acima referida se aproxima da abordagem de Daniel Sarmiento acerca do sentido da terra para comunidades tradicionais, a exemplo dos remanescentes de quilombo.

Segundo Sarmiento (2007, p. 83):

Para comunidades tradicionais, a terra possui um significado diferente da que ela apresenta para a cultura ocidental hegemônica. Não se trata apenas da moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, o que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica.

O Município de Alcântara, incluindo os territórios étnicos, que compõem a maior parte de seu território, sofreu alterações cruciais em sua dinâmica Sócio Espacial a partir da sua inserção na rota da política espacial brasileira, no bojo dos chamados Grandes Projetos no Maranhão. Estes projetos, segundo Barbosa (2011), despontaram no final da década de 1970, seguindo as diretrizes contidas no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Lançado em 1974, contemplava as regiões Norte e Nordeste como principais destinos de grandes projetos industriais, sendo que, no Maranhão, os dois projetos de maiores dimensões e impactos foram o Projeto de Ferro Carajás e o Projeto do Alumínio. A dinamização desse processo, segundo a autora, permitiu a intrínseca relação entre os interesses transnacionais, regionais e locais hegemônizado pelo Programa Grande Carajás, no bojo do qual o Maranhão voltava novamente a se inserir na dinâmica do Capitalismo internacional, agora, como corredor de exportação de minério de ferro.

Situado no Litoral Ocidental do Maranhão, o núcleo tombado desde 1848 como Monumento Nacional<sup>1</sup> equivale somente a uma pequena parte da área total do município de Alcântara<sup>2</sup>.

Além das ladeiras, ruelas, igrejas, casarios e ruínas dos tempos coloniais e imperiais, localizam-se extensos territórios étnicos formados por centenas de comunidades remanescentes de quilombo, cuja população chega a números que, a

---

<sup>1</sup>O Conjunto arquitetônico de Alcântara foi erigido em Monumento Nacional, determinado pelo Decreto nº 26.077, de 22/12/48.

<sup>2</sup> Alcântara oficialmente tem área total de 1.483,232 km<sup>2</sup>, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

dependem dos critérios atuais atingem o patamar de 13 mil a 17,5 mil pessoas<sup>3</sup>.

Com uma população majoritariamente rural, as atividades se assentam principalmente na agricultura familiar, na pesca e no extrativismo vegetal que constituem na base da economia local. Conforme os mais recentes dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2010), entre os 5.435 municípios brasileiros, Alcântara situa-se entre aqueles com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano - IDHM, ocupando a 4.786ª posição no ranking nacional, com índice 0.573, considerado “Baixo”. É importante ressaltar que, ainda que tenha melhorado seus índices, saindo de “Muito Baixo” para “Baixo”, Alcântara apenas acompanhou a melhora global no IDHM brasileiro, tanto que foi inserida no grupo de 40 territórios escolhidos para introdução de políticas de Segurança Alimentar do Plano Brasil Sem Miséria (2011) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>4</sup>.

As mudanças sócio espaciais recentes envolvem um conjunto de relações jurídico-políticas cuja compreensão passa pelas escalas local, nacional e transnacional, uma vez que Alcântara sedia o mais importante Centro de Lançamento de Foguetes do Hemisfério Sul, considerado pelo Governo Federal como fundamental para o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro e as pretensões do Brasil de se tornar uma das potências mundiais no que tange a política espacial.

A partir da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA coexistem, em Alcântara, duas lógicas distintas: a primeira simboliza o desenvolvimento e a modernização expressa em um empreendimento que utiliza a mais alta excelência em Ciência e Tecnologia para o lançamento e monitoramento

---

<sup>3</sup> Conforme será abordado no decorrer desta dissertação há vários dados acerca da demografia das comunidades atingidas pela base espacial. Segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, publicado pelo INCRA no Diário Oficial da União em 04 de novembro de 2008, foram reconhecidos os territórios étnicos ocupado por comunidades quilombolas existentes no município de Alcântara, indicando a existência de 3.500 famílias. O quantitativo de 13 mil refere-se aos resultados apresentados no laudo antropológico realizado pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, publicado em ALMEIDA, A. W B. Os quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara: laudo antropológico, Volumes 1 e 2: Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2006. Por sua vez 17,5 mil é apresentado pela professora Maristela Andrade de Paula, extraído do INCRA, conforme publicado no texto apresentado no GT “Transformações sociais e projetos políticos em concorrência”, durante a 33ª Reunião Anual da Anpocs, 2009”. PAULA, M. A. Niterói, n. 27, p. 43-61, 2. sem. 2009.

<sup>4</sup> Instituído pelo DECRETO Nº 7.492, DE 2 DE JUNHO DE 2011. Com informações sobre o Plano disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/>.

de foguetes, com acesso restrito aos militares e civis que ali trabalham. A segunda se expressa pelos baixos índices de desenvolvimento humano de sua população, notadamente as comunidades quilombolas que passaram a ter visibilidade a partir dos conflitos em torno da desapropriação de terras para a instalação do Centro de Lançamento.

Cabe registrar que o Maranhão foi uma sociedade escravista até boa parte do século XIX. Assim, desenvolveu-se em território maranhense uma escravidão agrícola com a entrada crescente de escravos africanos no Maranhão, o que culminou com a chegada de 41 mil pessoas entre 1812 e 1820.

Às vésperas da Independência, 55% dos habitantes do Maranhão eram escravos. Tal número correspondia à mais alta porcentagem de população escrava do Império. Era bastante comum na primeira metade do século XIX, que pequenos grupos de escravos fugidos se escondessem nas matas que cercavam grandes propriedades rurais. Essas fugas ocorriam, principalmente, em locais que reuniam um bom número de fazendas e escravos, como Alcântara, Viana, Vitória do Mearim, Itapecuru-Mirim e Rosário. Grande parte desse contingente de escravos africanos se localizou em Alcântara e não tardaria a oferecer resistências. A fuga das fazendas e a organização de locais de refúgio foram dois dos principais instrumentos na luta pela liberdade, convergindo para a criação dos chamados quilombos.

Ocorre que, em Alcântara, a riqueza obtida pela economia baseada na exportação do algodão não foi acompanhada da consolidação de uma posição competitiva e continuada das lavouras maranhenses enquanto fornecedor deste produto ao mercado externo. De fato, os produtores locais conseguiram lograr êxitos nos negócios e arrecadar vultosos lucros, mas em períodos localizados que, se por um lado criaram ciclos de faustosos resultados, por outro, tais ciclos dependiam de situações favoráveis no mercado externo que se realizaram algumas vezes. Criou-se expectativa por novos sucessos que, segundo análises de escritores da época, a exemplo de Gaioso (ALMEIDA, 2008b), eram impedidos por entraves como os elevados preços dos escravos e as flutuações de preço do algodão no mercado externo.

O boom do algodão, junto da lavoura escravagista no Maranhão, conheceu o auge durante o período da guerra da secessão americana. Iniciando o ciclo da cana-de-açúcar (o engenho central em Pindaré é uma relíquia desse período) o Maranhão cedo o abandonou, caindo a economia agrária e industrial a

níveis de subsistência.

Depois do auge, a interpretação dos acontecimentos é de que veio a decadência<sup>5</sup>. Desencadeou-se a derrocada financeira dos grupos produtores de Alcântara que abandonaram a cidade, os escravos e suas fazendas, sendo que parte delas foi doada, comprada ou entregue para os ex-escravos, inclusive, pelas ordens religiosas que haviam sido expulsas.

As grandes propriedades que anteriormente serviam para a exploração do trabalho compulsório e produção em larga escala para exportação, tornaram-se, espaços de comunidades livres, (indígenas, negros e mestiços), que ao longo dos anos desenvolveram laços comunais, culturais e econômicos. Por décadas estas comunidades permaneceram afastadas dos centros urbanos, com dificuldades de comunicação e sem acesso às políticas públicas básicas.

Até a década de 1920, toda esta região esteve relativamente isolada, do ponto de vista dos sistemas de comunicação com a capital ou com outras regiões mais dinâmicas do Estado. [...] a partir da década de 1920, se inicia a integração administrativa das antigas vilas à estrutura estadual, com a constituição de sedes municipais, unidades políticas, jurídicas e policiais; e, em fins da década de 1960, a abertura de eixos rodoviários de conexão entre os municípios e a regularização, ainda que intermitente, do transporte marítimo para a capital (SA, 1975, p. 28/29).

Conforme analisa Almeida (2006, p.155/156):

Alcântara possui peculiaridades que se expressam nas múltiplas conexões entre mais de uma centena de povoados, numa quase península, que se manteve por quase dois séculos à margem do foco de ação das políticas de Estado, é que viabiliza as condições materiais de existência desses povoados e em virtude do qual eles constituem uma comunidade dinâmica ou um todo organizado. Tais conexões constituem o fundamento da autonomia de que usufruem e da não-subordinação a terceiros em termos das decisões sobre onde construir sua habitação, onde plantar ou pescar ou quando e a quem vender a produção. O intercâmbio constante entre os povoados inscreve-se, pois, entre as necessidades essenciais dessa comunidade dinâmica, que abarca uma diversidade de modos de vida em grupo, transcendendo àquela idéia de comunidade definida por critérios de isolamento demográfico e geográfico. Mesmo que as territorialidades referidas e os respectivos povoados variem quanto ao tamanho, à composição, à atividade econômica principal e aos laços com diferentes circuitos de mercado, destaque-se que seus

---

<sup>5</sup> Em torno desse processo foi criado, segundo Almeida (2008), o que cunhou de “ideologia da decadência”, apontada como elemento interpretativo básico na historiografia maranhense reproduzida na literatura e na política que idealiza o passado e concorda que houve um verdadeiro declínio geral da lavoura maranhense. Ocorrida, inclusive no ciclo da cana-de-açúcar.

moradores participam de um mesmo padrão de relação diante dos recursos naturais e de acontecimentos da vida religiosa e política.

Maristela de Paula (2006, p.54) assim sintetiza a dinâmica da formação dos quilombos em Alcântara:

Primeiro, foram perseguidos porque eram escravos e se rebelavam. Depois, foram ignorados e se tornaram invisíveis durante séculos, conformando grupos étnicos, com códigos jurídicos próprios, maneiras de se apropriar e de manejar a natureza, religiões específicas, formas próprias de interagir com a cidade e a sociedade mais ampla. Eram autônomos em muitos sentidos. Em muitas partes constituíram campesinatos livres, antes ou depois da abolição formal da escravidão.

Cabe sublinhar que, antes mesmo de ser determinado o fim da Escravidão, em 1888, a Lei de Terras de 1850 já havia estabelecido um dos mais importantes marcos da legislação fundiária e esta representou a primeira medida efetiva do Estado Brasileiro no sentido de regularizar o acesso à terra. Como alude Maricato (1996), não por coincidência a Lei de Terras foi promulgada com interregno de uma semana em relação à Lei Eusébio de Queirós que extinguiu formalmente o tráfico negreiro no então Império do Brasil.

Entretanto, o interesse dos latifundiários de dificultar o acesso à terra prevaleceu e foi sendo adequado à lógica capitalista que já começava a se instaurar, apesar de não ser ainda dominante<sup>6</sup>. As leis impediam a maioria da população, sobretudo os remanescentes de quilombo, de adquirir o título de terras, pois o critério era a comprovação da propriedade pelo título de compra, sendo vedada a aquisição por apossamento das chamadas terras devolutas.

Maricato (2000, p. 148) alude que:

A contradição representada pelo aparato regulatório que é erigido, após 1850, com a finalidade de proteger a propriedade privada da terra contra as ocupações, quando até essa data (a partir de 1822) a posse era norma para consegui-la. Smith descreve o vai-e-vem da queda de braço que opunha liberais e conservadores na disputa por uma nova lei de terras e pelo fim da escravidão, desde a Constituição Brasileira de 1824 até 1850, quando

<sup>6</sup> Importante destacar que a Historiografia questiona a natureza capitalista do Estado Brasileiro no século XIX, a exemplo de Octavio Ianni (IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965), que defende a predominância das relações de produção capitalistas no Brasil somente após 1930, enquanto que Decio Saes (SAES, Decio. A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985), apesar de admitir que “as relações de produção capitalistas germinaram no Brasil pós-1850” (pg. 348), alerta que foi “condição necessária para que o modo de produção capitalista se tornasse dominante no Brasil” a transformação jurídico-política ocorrida somente entre 1888 e 1891, com a abolição da escravatura, a proclamação da república e o advento da primeira constituição republicana.

finalmente a lei de terras é promulgada e uma semana depois o tráfico de africanos é (mais uma vez, mas dessa vez para valer) proibido.

As comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara, até serem atingidas pelo projeto de construção da Base Espacial, permaneceram destituídas de segurança jurídica para se respaldarem como verdadeiros proprietários dos territórios por eles ocupados secularmente, contexto em que buscavam reconhecimento legal a partir da “condição legítima de ‘herdeiros’ de doações, aquisições e direitos de sucessão de seus antepassados, ou simplesmente na condição também legítima de posseiros e ocupantes.” (ALMEIDA, 2006, p. 176).

Durante o processo de remoção as resistências dos atingidos pela implantação do CLA se pautaram fundamentalmente no direito à justa indenização regida pela legislação agrária, na condição de camponeses, conforme previsto no ordenamento jurídico vigente à época e, ainda, na reivindicação de que fossem deslocados para locais que oferecessem condições favoráveis ao desenvolvimento de suas atividades (agricultura, pesca, extrativismo, etc.) e benefícios, como escola, energia elétrica, igreja, casa de farinha, campo de futebol, posto médico, entre outros.

Em 1988 a Constituição Federal trouxe, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o reconhecimento do direito dos remanescentes de quilombo à propriedade dos territórios que estivessem ocupando suas terras<sup>7</sup> e conferiu, nos seus artigos 215, § 1º, e 216, inciso II e § 5º, respectivamente, a proteção às manifestações culturais afro-brasileiras<sup>8</sup> e o caráter de patrimônio cultural brasileiro, a ser protegido, dos bens de natureza material e imaterial dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira<sup>9</sup>. Com isso mudou-se o paradigma normativo e as comunidades que se auto identificam remanescentes de quilombo, como é o caso de Alcântara, passaram a ter o direito à

---

<sup>7</sup> Art. 68 do ADCT. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

<sup>8</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

<sup>9</sup> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

II - os modos de criar, fazer e viver;

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

proteção jurídica de suas terras, inclusive à emissão de títulos de propriedade definitiva, direito este que se tornaria um fundamental instrumento de luta dos movimentos de resistência em Alcântara.

### **Indicações metodológicas**

Na análise do objeto, parte-se do pressuposto de que o recorte espaço-temporal, como uma totalidade, permite apreender as complexas relações sociais no território, particularmente as transformações sócio espaciais ocorridas em Alcântara nas últimas três décadas com o objetivo de analisar as formas de controle jurídico-político exercidas pelo Estado e a organização da resistência dos atingidos pela base espacial.

Ancorado no método histórico-dialético adota-se aqui a perspectiva da totalidade que permite apreender as tessituras dessa mesma realidade. Neste sentido, após conhecer mais de perto os movimentos de resistência em Alcântara, foi iniciada a pesquisa pelo levantamento bibliográfico sobre a temática (campo teórico e conceitual), monografias, dissertações e teses; foram analisados, ainda, relatórios e estudos elaborados pelos movimentos sociais, e órgãos oficiais, com destaque para o laudo antropológico elaborado pelo Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, assim como legislações, jurisprudências e processos administrativos e judiciais sobre a realidade pesquisada.

Com a devida apropriação teórica parte-se para a pesquisa empírica. Iniciei as minhas observações no II Seminário das comunidades quilombolas de Alcântara<sup>10</sup>, ocorrido nos dias 01 e 03 de setembro de 2011, em Alcântara. Em outras oportunidades entrevistei sujeitos sociais procurando explorar suas memórias a partir de indagações que instigavam a relatarem experiências vividas no processo de implantação do CLA e na articulação das resistências das comunidades (entrevistas não estruturadas – sem rigidez no roteiro, permitindo captar aquele universo cultural - com perguntas abertas).

Assim, foram entrevistados o Sr. Gregório Xavier Costa, diretor da Secretaria de Articulação Política do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras

---

<sup>10</sup> Seminário foi mobilizado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, pelo Movimento dos atingidos pela Base Espacial e pelo Fórum de Defesa do Território Étnico Quilombola de Alcântara, sob o título “Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara: pela garantia do território e o fortalecimento da identidade étnica das comunidades quilombolas”.

Rurais de Alcântara – STTR (da comunidade de Aranhangua), o Sr. Antonio Marcos Pinho Diniz, presidente do STTR (da comunidade do Peú), o Sr. Sérvulo de Jesus Moraes Borges, conhecido como “Borjão”, militante do movimento de resistência em Alcântara, com participação no Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (da sede), a Sra. Benita, conhecida como Dona Benita do Cartório, que também teve inserção nos movimentos de resistência em Alcântara (da sede), e o Sr. Walmir Gomes Rabelo, presidente da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Alcântara na Agricultura Familiar - ATTAQUINAF (da comunidade de Santa Maria).

É bom registrar que conheci Alcântara, ainda criança, quando a mim parecia que a cidade se resumia ao centro histórico. Já adolescente comecei a tomar conhecimento da existência de uma base espacial e do processo de remanejamento de comunidades campesinas. Na graduação não aprofundei muito os estudos a respeito dos conflitos lá existentes, mas realizei trabalho acadêmico sobre o povoado de Peru, uma das comunidades remanejadas para agrovilas por causa da implantação da base espacial, ocasião em que pude conhecer um pouco mais a realidade, uma vez que visitei a agrovia do Peru e realizei entrevistas.

Contudo, foi somente após ter concluído minha graduação que novamente retornei à cidade. Desta vez, convidado para participar do Projeto de Formação das Comunidades para a Gestão do Território Étnico Quilombola de Alcântara (MA)<sup>11</sup>, realizado entre os anos de 2009 e 2010. Ali pude ter um contato mais direto com os movimentos de resistência dos atingidos pela base espacial, inclusive com os sujeitos sociais que concederam as entrevistas durante a pesquisa. Isso permitiu uma leitura mais aprofundada da dinâmica dos conflitos existentes entre as comunidades campesinas de Alcântara, que se auto-identificam remanescentes de quilombo, e o CLA que, a partir da década de 1980 começou a ser instalado em Alcântara. O contato mais direto com a problemática motivou a realização da pesquisa que culminou no presente trabalho.

Esta dissertação, em seu desenvolvimento, está organizada em três capítulos:

---

<sup>11</sup> O projeto objetivava construir o modelo de gestão do território étnico quilombola de Alcântara, com ampla participação das comunidades quilombolas que se encontram no território étnico que deve ser titulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) / Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No primeiro capítulo, intitulado “As formas de controle jurídico-político do Estado brasileiro e sua política espacial”, são tecidas algumas considerações sobre o conceito de Estado adotado ao longo da dissertação pautado em uma abordagem marxista não economicista, que evidencia o caráter legitimador que os ordenamentos jurídicos conferem ao Estado burguês, por meio de uma forte ideologia jurídica. Com este instrumental teórico foi analisada a atuação do Estado brasileiro no processo de implantação do CLA e a inclusão de Alcântara nos rumos da política aeroespacial brasileira.

No segundo capítulo, “Os conflitos entre os interesses locais e transnacionais”, centramos o foco no projeto de instalação do Centro de Lançamento de Alcântara que provocou desarticulação de territorialidades, comprimindo o espaço da produção, segurança alimentar, a integridade dos territórios, a reprodução cultural e os laços comunitários.

Identificam-se, ainda, os elementos que o Estado brasileiro dispôs para exercer o controle jurídico-político sobre os territórios, com ênfase na construção e utilização de arcabouços normativos, estes de caráter coercitivo, além do discurso da chegada do progresso, do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida, promessas que não foram cumpridas, mas que entram no rol dos instrumentos de construção de consenso utilizados pelo Governo do Estado.

No terceiro capítulo, “A defesa do território étnico de Alcântara”, baseado nas entrevistas realizadas com sujeitos sociais envolvidos na dinâmica histórica pesquisada e em documentos referentes a eventos e articulações promovidos pelos movimentos quilombolas de Alcântara, analiso as formas de resistências com a articulação dos remanescentes de quilombo, destacando-se a construção da identidade étnica quilombola e o fortalecimento do componente étnico como grande elemento de luta para o reconhecimento do direito ao território, na esteira do direito estabelecido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

## **1 AS FORMAS DE CONTROLE JURÍDICO-POLÍTICO DO ESTADO BRASILEIRO E SUA POLÍTICA ESPACIAL**

Neste primeiro capítulo examinam-se alguns aspectos conceituais acerca do Estado capitalista, adotando-se uma abordagem marxista e não economicista, de modo a elencar as categorias de coerção e consenso acionados como instrumentos de controle jurídico-político. O Estado capitalista, conforme teorizou Gramsci (2000) nos cadernos do cárcere, deve ser entendido no seu sentido orgânico ou integral. Nesse sentido, compreende um conjunto formado pela sociedade política (estado restrito), abrangendo o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção, e a sociedade civil, entendida como o conjunto de organismos vulgarmente chamados privados ou aparelhos privados de hegemonia, estes funcionam não apenas como reprodutores, mas como suportes materiais da ideologia dominante.

O capítulo evidencia, ainda, a geopolítica que envolve o projeto espacial brasileiro, a influência do setor militar na condução das políticas espaciais, as especificidades da política de estado nos governos que sucederam o regime militar e a inserção de Alcântara no projeto espacial para sediar o Centro de lançamentos de foguetes.

### **1.1 O Estado e formas de controle jurídico-político**

Sobre o Estado moderno, pode-se afirmar, segundo os autores consultados, que o uso da força não se constitui no único e nem no mais usual meio de fazer com que a ordem, emanada do Estado, seja cumprida. Pelo contrário: o uso da força é meio excepcional, utilizado apenas quando as demais formas de coerção são insuficientes. Ao buscar se apropriar da dinâmica do Estado capitalista Poulantzas (1971) afirma que:

Uma função precípua do Estado capitalista é criar as condições jurídico-políticas adequadas, necessárias à reprodução das relações de produção capitalista e o faz na medida em que desempenha uma dupla função: a) individualiza os agentes de produção mediante a sua conversão em pessoas jurídicas, em sujeitos individuais; b) neutraliza a tendência à ação coletiva decorrente do caráter socializador do processo de trabalho determinando, desse modo, a predominância no produtor direto a tendência ao isolamento

decorrente do caráter privado assumido pelo trabalho.

Trata-se de perceber o caráter de classe do Estado, apreendendo-o a partir dos vínculos com as relações de produção, o que implica, de acordo com Almeida (2009), no limite, apreendê-lo como um Estado que é classista sem, contudo, inscrever, explicitamente, este caráter em sua estrutura e, tampouco, ser necessariamente controlado de modo direto por qualquer classe social.

Nesta mesma perspectiva Mascaro (2013) chama atenção para a necessidade de compreender o Estado como fenômeno capitalista, destacando a importância das instituições jurídicas como instrumento fundamental para a consolidação do aparato estatal, uma vez que aparecem como instância separada das relações sociais nas quais intervém.

Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo [...]. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca de mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas se consolidam por meio do aparato estatal. (MASCARO, 2013, p. 18).

É nessa medida que as instituições jurídicas servem como instrumento fundamental para assegurar a eficácia da ilusão da troca desigual (sob o capitalismo). É, pois, ilusória a equivalência na troca da força de trabalho pelo salário uma vez que a troca de equivalentes é a forma pela qual se processa a troca desigual entre o uso da força de trabalho e os seus meios materiais de subsistência, necessário à reprodução da força de trabalho. Portanto, a ilusão mercantil se acha diretamente determinada, não pela esfera da produção, mas pela esfera do direito (SAES, 1998, p. 26/27).

Ainda segundo Saes (1998, p. 26/27):

O Estado burguês cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações capitalistas, por meio de uma dupla função. Primeiramente, conferindo a igualdade formal entre os agentes de produção (tratamento igual aos desiguais), individualizados como pessoas jurídicas, sujeitos de direitos e deveres, com capacidade jurídica para firmar contratos, a exemplo do contrato de compra e venda de trabalho. Em seguida, neutralizando a tendência à ação coletiva, sobretudo da classe social dos produtores diretos, ou dos explorados, erigindo um novo coletivo, qual seja de povo, de nação

(habitantes de um mesmo território, espaço geográfico de determinado Estado), forjando uma identidade baseada no próprio Estado, com fulcro na ideia de interesse comum entre todos os agentes de produção, quando na verdade há claramente interesses antagônicos em jogo.

Portanto, a compreensão do Estado, tal como conhecemos na contemporaneidade, nomeado de Estado moderno ou Estado burguês (ou ainda como se queira denominar, segundo a perspectiva empregada), está amparada em ordenamentos jurídicos que lhe dão legitimidade.

Gramsci (2000, p. 331), ao trabalhar os conceitos de força e consenso no âmbito da sua tese do Estado Ampliado, afirma ser o Estado um “todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”.

Marx, Engels e Lenin já destacavam o aspecto coercitivo do Estado, enquanto aparelho repressivo, como ressalta Gorender (1988, p. 55-56). A partir deles dá-se ênfase ao

Estado como instrumento de coerção — o Estado é a coerção legítima. Daí poder funcionar como regulador dos conflitos sociais entre as várias classes, porém como um regulador que age de maneira a preservar a ordem existente e o modo de produção em vigência, assim como a formação social que confere supremacia à classe dominante. No caso, a classe dominante burguesa [...]. As formas consensuais de dominação de classe não mereceram tanto esforço teórico. Não que se omitisse o problema da ideologia.

No entanto, Gramsci (2000, p. 244) avançou, sobretudo ao elaborar a ideia de que o “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção”. Em resumo: partindo desta compreensão Gramsci (2000) construiu a Teoria do Estado Ampliado, segundo a qual o Estado é composto por dois conjuntos interdependentes: “a) a sociedade civil, lugar privilegiado dos aparelhos privados de hegemonia, e; b) a sociedade política, conjunto de mecanismos jurídico-administrativos e aparelhos oficiais de repressão/coerção.” (ALMEIDA, 2010, p. 41).

Isso ocorre de tal modo que a classe dirigente passa a dispor dos aparelhos estatais de coerção para manter sua hegemonia. Nesse sentido, procura difundir a sua visão de mundo pela persuasão ou consenso no seio da sociedade civil. Embora recorra ao uso da força sempre que for necessário para garantir a

obediência dos que se negam consentir. (ALMEIDA, 2010, p. 42).

Na sua tese do Estado ampliado, Gramsci (2000) distingue dois polos de atuação estatal. De um lado, os órgãos exercem a função de coerção, inclusive com o uso da força: as Forças Armadas, as Polícias, a Administração Pública, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo. Do outro, os aparelhos de privados de hegemonia, como: Igrejas, Partidos Políticos, Sindicatos, Associações, Escolas, Universidades, Imprensa (televisão, Internet, revistas, jornais, rádio), Produções Culturais e Artísticas (cinema, teatro, novelas, seriados, literatura), Cultura Popular e Senso Comum (criação de provérbios, consolidação da sabedoria popular, costumes, carregados de valores, a exemplo da negação do ócio e da valorização do trabalho). Ou seja, a sociedade civil atua exercendo o papel de construção e obtenção de consensos das outras classes sociais. (GORENDER, 1988, p. 56/57).

Em todos os espaços da sociedade civil existem embates pela construção dos consensos e legitimação da ordem vigente, sem que a aceitação de determinada ordem social signifique submissão passiva, resignação ou ilusão, como destaca Gorender (1988, p. 56/57):

Este seria o terreno onde se formariam as consciências que aceitariam a ordem vigente. Mas, aceitação, aqui, não significa submissão passiva e resignação ou ilusão de uma ordem ideal. Uma classe subalterna pode aceitar determinada ordem social, mesmo vendo-a injusta. Porém, ao considerá-la eterna, impossível de mudar, adquire a confiança de que poderá melhorar sua posição, conquistar reformas. Nesse sentido, ela dá o seu consenso, sua adesão e apoio à existência dessa ordem social. E a isto que Gramsci chama de hegemonia de uma classe dirigente.

A utilização da força, por meio dos aparelhos coercitivos estatais, ou do consenso, mediante os embates pela construção de consenso nas instituições da sociedade civil, se dá em maior ou menor medida conforme o contexto econômico e político assim como dependem fundamentalmente do grau de organização e de educação das classes sociais não hegemônicas. Esse fator é decisivo, pois,

Como em cada Estado o conjunto das relações sociais era diferente, diferentes deviam ser os métodos políticos de emprego da força e a combinação das forças legais e ilegais. Quanto maior é a massa de apolíticos, tanto maior deve ser a combinação das forças ilegais. Quanto maiores são as forças politicamente organizadas e educadas, tanto mais é preciso “resguardar” o Estado legal etc. (GRAMSCI, 2011, p. 290/291).

Por outro lado, a imposição de leis em sentido lato (incluindo a constituição, as leis em sentido estrito, os decretos, os atos administrativos, dentre outras normas emanadas pelo Estado, na esfera da sociedade política) consiste em expressão da coerção estatal, ainda que não seja violenta no sentido do uso da força<sup>12</sup>. Neste sentido, ainda que a violência física não seja utilizada, o seu potencial emprego se insere como presença constante. É isso que Poulantzas (1971) denomina de disposição organizada, controlada e monopolizada da força, por meio das leis, permitindo a realização do sistema capitalista.

A violência legal assume outro papel porque ela “sustenta permanentemente as técnicas do poder e os mecanismos do consentimento, está inscrita na trama dos dispositivos disciplinares e ideológicos, e molda a materialidade do corpo social sobre o qual age a dominação, mesmo quando a violência não se exerce diretamente”. Assim sendo, a violência física organizada torna-se na sociedade capitalista a condição de existência e a garantia da reprodução. [...] Essa monopolização da força pelo Estado capitalista somente é legítima devido ao fato de que a regulamentação jurídica e a estrutura legal permitem a todos os setores organizados legalmente o acesso ao poder (pelo menos no sentido formal das leis). [...] no plano imaginário, a violência estatal sempre está presente quando a lei é acionada sobre os sujeitos (MOTTA, 2011, p. 19, grifos nosso).

Pode-se dizer que o território de Alcântara exemplifica muito bem o emprego de instrumentos de coerção e de consenso ao longo das últimas três décadas pelo Estado brasileiro, inclusive com mudanças na predominância de um ou outro ao longo do tempo para dispor de parte do referido território e abrigar um grande empreendimento estatal em detrimento de muitos dos interesses das populações locais. No caso de Alcântara, as comunidades remanescentes de quilombos, desde meados dos anos 1980, vêm sofrendo com deslocamentos forçados e processos de desagregação de suas comunidades.

Inicialmente prevaleceu o uso da coerção normativa para promover remoções, acompanhado da construção de consenso pela propaganda. Após o advento do novo ordenamento jurídico pátrio em 1988, seguiu-se a articulação das comunidades locais com base nos direitos constitucionalmente reconhecidos, mormente o direito à propriedade das terras tradicionalmente ocupadas.

---

<sup>12</sup> As legislações se distanciam daquilo que Gramsci entende como forma de construção de consenso, pois esta se dá no âmbito da sociedade civil.

Pode ser constatado que a atuação do Estado por meio da coerção tornou-se cada vez mais difícil (tanto que não ocorreram mais novos deslocamentos) obrigando este a se utilizar de mecanismos de obtenção do consenso, a exemplo da promoção de debates entre integrantes da sociedade política (representantes de Ministérios do Governo Federal, do Poder Legislativo e Executivo municipal) e da sociedade civil (representantes da comunidade acadêmica, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial, Colônias de Pescadores e da Igreja Católica, entre outros) para o desenvolvimento de um plano de desenvolvimento sustentável que contemplasse o prosseguimento do programa espacial em Alcântara e o respeito às comunidades quilombolas<sup>13</sup>.

Um exemplo recente de tentativa de obter consenso perante os movimentos quilombolas foi a instauração de uma Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, com o objetivo de fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil<sup>14</sup>.

Esses mecanismos de obtenção do consenso por meio de debates entre sociedade política e sociedade civil trazem à tona a ideia de controle social, concebida enquanto exercício de poder pelos cidadãos, membros da sociedade civil, inclusive em deliberações sobre aplicação de recursos, que vinculam legalmente as autoridades públicas a cumprir tais deliberações. (DUARTE, 2006).

Contudo, esse tipo de participação poderá ter como desdobramento a despolitização dos movimentos, tornando-se eminentemente técnico, consensual, fiscalista ou administrativo. (LIMA, 2000, p.96).

Pode-se dizer que o controle social por parte do Estado se expressa na própria instauração de espaços de participação para a formulação de políticas quilombolas. Na participação dentro desses espaços estatais existe o risco de cooptação, configurando-se, ao mesmo tempo, como instrumento de consenso no

---

<sup>13</sup> Encontro promovido pelo Grupo Executivo Interministerial realizado em Alcântara nos dias 10 e 11 de março de 2005 (BRASIL, 2005, p. 55).

<sup>14</sup> Instituída pela Portaria do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) n. 379, de 24 de julho de 2014, prevê em seu artigo 2º que “Os principais objetivos da Mesa Nacional são: a) Discutir a situação dos processos de regularização fundiária de territórios quilombolas com parceiros e movimentos sociais; b) integrar as ações de regularização fundiária no âmbito do governo Federal e dos Governos estaduais e municipais; c) Buscar conjuntamente alternativas locais (com movimentos quilombolas e/ou parceiros) para prevenção, mitigação e gestão de conflitos em territórios quilombolas”.

sentido dado por Gramsci. No caso de Alcântara, uma das formas de controle por parte do Estado é a postergação da titulação das terras, pois enquanto são promovidas discussões e abertura de espaços de diálogo, promove-se, também, o tom conciliatório, apaziguador de negação dos conflitos, amainando os ânimos contestatórios, a exemplo da proposta do GEI de compatibilizar expectativas totalmente distintas (dos segmentos sociais locais e do Estado brasileiro) e “viabilizar de forma harmônica tanto os projetos de expansão do Centro Espacial de Alcântara CEA quanto a titulação dos territórios quilombolas.” (BRASIL, 2005, p. 3).

Nesse sentido, é pertinente alertar sobre estas formas de controle social:

As inúmeras iniciativas governamentais e não-governamentais de promover o controle social, a exemplo de audiências públicas, conferências, fóruns de debate, conselhos de políticas públicas, em níveis federal, estaduais ou municipais, não podem ser encaradas sem ressalvas. Afinal, podem servir para amainar ou esvaziar discursos de contestação, dada a lógica de repartição de responsabilidades (que apresenta a complexidade de problemas e pergunta como “nós” podemos resolver), em compasso com a lógica neoliberal que amplia o papel da sociedade face o Estado, eximindo este último de seus deveres e responsabilidades, o que abre espaço para a atuação do mercado (OLIVEIRA, 2009, p. 21).

Por outro lado, é importante ressaltar que a persistência na tentativa do Estado brasileiro em exercer o controle jurídico-político sobre o território étnico de Alcântara começou a encontrar certa resistência dentro da própria sociedade política. Isto ocorreu porque, nos últimos anos, o movimento negro conseguiu conquistar significativo espaço no aparelho de Estado, mais especificamente no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), passando a ocupar espaços institucionais (ou exercendo grande influência), como ministérios, secretarias e outras pastas estratégicas do alto escalão da administração do Estado.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, por exemplo, foi criada com status de ministério<sup>15</sup>, além da forte articulação do movimento negro com a Fundação Cultural Palmares – FCP, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o INCRA, o Ministério do Meio Ambiente – MMA, o Ministério da Cultura – Minc, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República – SEDH/PR.

---

<sup>15</sup>A SEPPIR foi criada em 21 de março de 2003, por meio da Medida Provisória n.º 111, convertida na Lei n.º 10.678, de 23 de março de 2003.

Esse processo resultou em inovação na legislação vigente, com a criação de decretos, instruções normativas, portarias, leis, políticas públicas voltadas especificamente para os segmentos quilombolas<sup>16</sup>, com ênfase no direito à territorialidade étnica, que passou a existir a partir de um procedimento regulamentado, viabilizando a titulação de diversas comunidades quilombolas.

Apesar disso, ainda não ocorreu a titulação em Alcântara, mesmo já tendo sido publicado desde 04.11.2008 o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do INCRA – uma das últimas etapas para a titulação - que reconheceu e delimitou os territórios étnicos de Alcântara, composto por 78,1 mil hectares.

Necessário ressaltar que essa articulação existente dentro do próprio aparelho governamental em prol das políticas quilombolas, notadamente pela titulação de territórios, além de encontrar dificuldades em se manter ativa e influente, enfrenta forte antagonismo das classes e frações hegemônicas, principalmente dos setores mais conservadores representados pelos grandes proprietários de terras, a exemplo, da bancada ruralista<sup>17</sup>. Especificamente no caso de Alcântara, dos setores

---

<sup>16</sup>Dentre as mais importantes normas, colheu-se: a) Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, o qual regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; b) Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o qual promulgou a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, tornando o Brasil signatário desta Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, após já ter sido aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo Nº 143, de 20 de junho de 2002, estabelecendo, dentre outros deveres do Estado: (artigo 14. 1) “reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, (artigo 14. 2). “os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse”, (artigo 14. 3) “deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados”; c) a Instrução Normativa Nº 57, de 20 de outubro de 2009, do INCRA, que estabelece um regulamento ainda mais detalhado para o procedimento de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Destaca-se, ainda, o Programa Brasil Quilombola, instituído desde 2003 pelo Governo Federal para articular e efetivar as políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas.

<sup>17</sup>Um dos meios deste setor (composto por grandes proprietários de terras, empresários da agroindústria e agropecuária), se contrapor às políticas quilombolas foi o ajuizamento, em 2004, pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, argumentando: a) a impossibilidade de edição de regulamento autônomo para tratar a questão; b) a inconstitucionalidade do uso da desapropriação, prevista no artigo 13 do decreto; c) a inconstitucionalidade do critério de auto-atribuição para identificação dos remanescentes de quilombos, estabelecido no artigo 2º, “caput” e § 1º, do decreto; d) a invalidade da caracterização de terras quilombolas como aquelas utilizadas para “reprodução física, social, econômica e cultural do grupo étnico” (artigo 2º, § 2º do decreto), conceito considerado excessivamente amplo, assim como a impossibilidade e empregar “critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes de quilombos” para medição e demarcação das terras (artigo 2º, § 3º do decreto).

responsáveis pelo desenvolvimento da política espacial, como o Ministério da Defesa, as Forças Armadas, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Agência Espacial Brasileira.

Trata-se de projetos societários distintos representados, de um lado, por uma fração de classe não hegemônica, composta pelos movimentos negros e quilombolas, que pretendem garantir o direito à propriedade das suas terras ocupadas, e de outro, por frações de classe hegemônicas que representam os grandes proprietários de terra e os militares, além da própria elite governamental que vê como estratégico para o país o projeto espacial em Alcântara.

Tal processo de disputas de projetos políticos é muito bem caracterizado por Monica Almeida (2010, p.40)

Sociedades capitalistas em estágio avançado apresentam-se, segundo Gramsci, entrecortadas por uma relação de hegemonia. É preciso ter em mente que um dado projeto político, ainda que claramente hegemônico, é sempre permeado por resistências, projetos antagônicos. A construção da hegemonia em torno de um determinado projeto é caracterizado por um processo ininterrupto em prol da edificação de um certo equilíbrio inter e intra-classe, base sobre a qual se percebe a margem do consenso.[...]

O projeto dirigente mesmo ocupando posição hegemônica é constantemente contraposto por outros, advindos tanto da classe dominada quanto de frações dominadas da classe dominante.

Mais adiante será possível compreender melhor os interesses das frações dominantes, destacadamente os militares em face do desenvolvimento da política espacial brasileira e da conseqüente instalação do conflito entre as comunidades rurais e o CLA.

## **1.2 A geopolítica da questão espacial**

Desde a sua gênese a política espacial brasileira esteve estreitamente ligada aos militares, mesmo quando se considera a política aeroespacial a partir de um conceito mais amplo (abrangendo desde a tecnologia de aviões até a tecnologia de foguetes). Compreende-se política espacial a partir da tematização adotado por Pereira (2008, p. 1), quando enfatiza:

[...] os objetivos e as diretrizes que orientaram as ações de diferentes governos relativas à execução de um conjunto de programas, projetos e atividades que tinham como objetivo a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro sobre o espaço e o planeta Terra.

Esta abrangência permite inserir desde a Missão Espacial Completa Brasileira, concebida em 1979<sup>18</sup>, até a mais recente revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (2012-2021). Como política de Estado, a política espacial possui um caráter dual, ou seja, militar e civil, sendo que a preponderância desse caráter (militar ou civil) sofre variação conforme os interesses que o Estado prioriza.

Conforme aponta Pereira (2008, p. 2):

As atividades espaciais surgiram como forma de demonstração de poder dos Estados Nacionais na época da Guerra Fria e a autonomia relativa ao acesso ao espaço passou a ter caráter estratégico para a soberania nacional. O caráter dual (civil e militar) do uso do conhecimento científico e tecnológico gerado pelas atividades de pesquisa nessa área foi uma das características que vai gerar as disputas sobre a formulação das políticas para essa área em diferentes países. No Brasil as possibilidades de uso civil e militar dos artefatos espaciais levaram à criação de um instituto de pesquisa civil e de um instituto de pesquisa militar. [...]

Se a existência de um programa espacial é entendida como expressão de um Estado forte e instrumento de projeção internacional, a redefinição do papel do Estado no desenvolvimento de um país pode afetar a continuidade desse programa. Principalmente se a redefinição das funções do Estado implicar na sua redução e nova inserção internacional. Existe uma correspondência entre a forma do Estado e o grau de priorização do programa espacial

O começo da década de 1980 marcou a convergência entre a política espacial brasileira e os territórios de Alcântara. A nova fase do Programa Espacial Brasileiro, batizada de Missão Espacial Completa Brasileira foi considerada como o primeiro grande programa tecnológico espacial do país. (ESCADA, 2008, p. 03). Esta convergência representou um momento crucial para Alcântara. Foi o momento em que um conjunto de transformações sócio espaciais foi engendrado por uma política que passou a incidir diretamente no controle dos territórios étnicos, acompanhadas de medidas jurídico-políticas para tentar convencer a população local acerca dos benefícios trazidos pelo novo projeto e impô-lo.

<sup>18</sup> A Exposição de Motivo nº 3583-COBAE de 27 de novembro de 1979, que indica os fundamentos que embasaram a opção de realização de uma Missão Espacial Completa essencialmente brasileira, está reproduzida na página 38.

Iniciada durante o governo Figueiredo, a implantação do CLA, coincidiu com o momento em que esta fração dos militares possuía um considerável peso dentro dos círculos decisórios da república. Após duas décadas de ditadura o regime ruiu, sendo obrigado a proceder a sua auto reforma (transição lenta, gradual e segura) e promover as eleições que ocorreram no Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, tendo como maior expressão partidária, o PMDB.

A vitória de Tancredo Neves ocorreu mediante eleições indiretas, porém, devido à sua morte, assumiu o cargo seu vice, o maranhense José Sarney. Neste contexto de “transição democrática”, o ordenamento jurídico-político sofreu alterações, que resultaram em grande medida das mobilizações sociais, como a articulação pela realização de eleições diretas para presidente - que não logrou o êxito esperado, mas chegou a reunir mais de um milhão de pessoas em comícios grandiosos em São Paulo e outras capitais brasileiras - e na pressão para a aprovação das emendas populares na Constituinte de 1987/1988, esta com resultados mais exitosos. O novo cenário impôs mudanças nos rumos da política espacial, pois conforme aduz REIS (2008, p. 84), “No período democrático, o significado estratégico do programa espacial deixa de ter o mesmo peso que tivera nos governos militares.”<sup>19</sup>.

No final dos anos 1980 em diante os novos rumos das políticas espaciais foram impactados, sobretudo, pela derrocada da corrida armamentista além, da nova tendência de utilização da tecnologia espacial a serviço de interesses do mercado. Esta tendência se intensificou como sintetiza Costa Filho (2000, p. 12):

O período compreendido entre as décadas de setenta até a metade da década de oitenta marcou uma reconversão das atividades espaciais com a desaceleração das motivações puramente militares. Essa desaceleração foi provocada por dois fatores: os soviéticos, em princípio desistiram de desenvolver um artefato que pudesse responder à altura a conquista americana. O segundo motivo foi proveniente da sociedade americana que passou a cobrar mais cautela de seus governantes em relação aos gastos do programa espacial *vis-a-vis* a “ameaça comunista”, naquele momento, já não ser mais tão eminente.

---

<sup>19</sup> Dentre outras conquistas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, destacam-se os artigos 215 e 216 (vide referências n. 09 e 10) e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual reconheceu o direito de propriedade dos remanescentes de quilombos às terras por eles ocupadas (vide referência n. 08).

Ocorreram mudanças substantivas no cenário internacional e nacional com a entrada em cena da programática neoliberal. No Brasil, as eleições diretas de 1989 colocaram em pauta dois projetos distintos: o primeiro, de caráter nacional desenvolvimentista, defendido pelo então candidato Luís Inácio Lula da Silva; e o segundo, defendido por Fernando Collor de Melo, a opção neoliberal, a qual se sagrou vencedora.

De tal modo, se durante o governo Sarney, os militares ainda conseguiram manter relativa influência por meio do controle dos programas de defesa sem grande resistência das elites civis, a partir do governo Collor, verifica-se uma mudança drástica da política externa e o enfraquecimento político dos militares, contribuindo para o atraso do programa espacial, cujo orçamento se manteve baixo na década de 1990 (REIS, 2000, p. 92).

Tais mudanças repercutiram na política espacial brasileira que após receber incentivos financeiros regularmente durante o regime militar deixou de ser considerado estratégico pelos governos seguintes. Ademais, há de se considerar, fundamentalmente, três razões que obstaculizaram o desenvolvimento da política espacial, na perspectiva de Escada (2005, p. 3): “1) à falta de recursos; 2) às restrições impostas pelos países mais desenvolvidos ao acesso a tecnologias sensíveis de uso dual<sup>20</sup>; 3) processos políticos internos”.

No que tange aos recursos houve reflexo de crises econômicas internacionais as quais afetaram o fluxo de investimentos, atingindo com cortes os projetos do programa espacial. O sistema financeiro passou a aplicar regras mais rígidas para liberação de empréstimos, resultando na falta de recursos e investimentos. Tais situações, ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, além de interromper o avanço dos projetos de longo prazo, desmobilizaram equipes de especialistas cujos salários foram reduzidos (ESCADA, 2005, p. 03/04).

---

<sup>20</sup>“Apesar do apoio financeiro ao lançamento do satélite, as atividades espaciais sofreram uma das mais pesadas reduções de recursos neste governo, provocando inclusive fuga de pessoal especializado que estava envolvido na MECB. Foi um dos piores momentos vividos pelas instituições responsáveis pela pesquisa e pelo desenvolvimento tecnológico espacial. Além das dificuldades orçamentárias, o setor passou a enfrentar o pesado boicote internacional a partir de 1987, quando entrou em vigor o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR) para a aquisição de tecnologia sensível” (ESCADA, 2005, p. 13).

Por outro lado, as restrições devidas ao uso de tecnologias de uso dual relacionam-se a questões de política externa. Ocorre que, já a partir de 1987<sup>21</sup>, sob a liderança dos Estados Unidos, foi realizado um boicote internacional ao acesso a tecnologias sensíveis, o qual atingiu diretamente o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites, o VLS. Isto, sob o argumento de que países com programas de foguetes poderiam ameaçar a segurança internacional e a paz mundial devido à possibilidade de uso militar e transferência da respectiva tecnologia a outros países. (ESCADA, 2005, p. 04).

Do ponto de vista dos processos políticos internos, pode-se afirmar que as políticas espaciais, na década de 1970, estiveram sob forte influência dos militares, com destaque para o Estado Maior das Forças Armadas. Durante o governo Sarney houve apoio às políticas espaciais, ainda que com dificuldades financeiras: no entanto, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso estas políticas não tiveram atenção especial ou aportes orçamentários diferenciados. (ESCADA, 2005, p. 05).

Pode ser constatado que os militares tiveram papel decisivo nos rumos da política espacial brasileira, mas, com o fim do regime militar e início dos governos civis eleitos diretamente, esse setor deixou de ter um tratamento político diferenciado, inclusive para a questão orçamentária, como havia nos governos castrenses, quando recursos eram aprovados diretamente pelo Conselho de Segurança Nacional, ou até disponibilizava-se recursos de natureza secreta. (ESCADA, 2005, p. 05).

---

<sup>21</sup>MTCR (Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis) – “Associação informal e voluntária dos países que compartilham os objetivos da não proliferação de sistemas de entrega não tripulados capazes de transportar armas de destruição em massa, e que pretende coordenar os esforços nacionais de licenciamento de exportação destinadas a impedir a sua proliferação. O MTCR foi originalmente criado em 1987 pelo Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos. Desde aquele ano, o número de parceiros MTCR tem aumentado para um total de trinta e quatro países, todos em pé de igualdade dentro do Regime. O MTCR foi iniciado, em parte, como resposta à crescente proliferação de armas de destruição maciça (ADM), ou seja, nucleares, químicas e biológicas. O MTCR repousa sobre a adesão às orientações da política comum de exportação (Orientações MTCR) aplicado a uma lista integral comum de produtos controlados (MTCR do Equipamento, Software e Tecnologia). Medidas relativas à exportação nacional de licenciamento para estas tecnologias tornam muito mais difícil a tarefa de países que procuram atingir a capacidade de adquirir e produzir meios não tripulados de entrega de armas de destruição em massa” (BRASIL. A política espacial brasileira / relator: Rodrigo Rollemberg ; Elizabeth Machado Veloso (coord.) ; Alberto Pinheiro de Queiroz Filho ... [et al.]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009, p. 208).

Chega-se a uma importante hipótese relacionada aos processos políticos internos das políticas espaciais brasileiras, cujas decisões sempre estiveram sob a esfera do Executivo, restrito a um círculo muito fechado. A referida hipótese, defendida por Escada (2005), consiste na ideia de que tal situação de centralização resulta da autonomia política construída pelos militares ao longo de décadas com a adoção de um mecanismo político que protegeu a esfera decisória relacionada às políticas espaciais de outras áreas da sociedade. (ESCADA, 2005).

Arrematando as considerações sobre os processos políticos internos, pontua-se que, ainda que se possa caracterizar o setor espacial como politicamente centralizado e pouco aberto, houve situações de impasse em pelo menos dois níveis políticos diferentes:

O primeiro foi travado internamente entre atores institucionais civis e militares da área espacial, cujos conflitos teriam um peso diminuto como fator imobilizador das atividades. O segundo nível de impasses, passível de se atribuir um peso maior, seria a falta de um apoio político “efetivo” de governos civis, como o de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, ao setor. Deve-se ressaltar o termo efetivo, pois houve iniciativas de apoio às atividades espaciais nestes dois governos, muito embora desenvolvidas sob uma perspectiva diferente daquela presente nos governos militares. E o motivo dessa situação não seria necessariamente uma percepção contrária ao programa tecnológico, mas uma visão de que seria necessário equacionar primeiro problemas que estariam no âmbito das relações internacionais, provocados por situações do passado, e ao mesmo tempo buscar nova racionalidade nos mecanismos de financiamento do setor, criando meios próprios para viabilizar os projetos da área. (ESCADA, 2005, p. 06/07).

É importante ressaltar a mudança do paradigma de gestão das políticas espaciais, concebida desde o governo Collor e concretizada sob a presidência de Itamar Franco, por meio da criação da Agência Espacial Brasileira<sup>22</sup>, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, de caráter civil<sup>23</sup>, para substituir a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais - COBAE<sup>24</sup>.

<sup>22</sup>A Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, criou a EB, nos seguintes termos art. 1º: “Fica criada, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira - AEB, autarquia federal vinculada à Presidência da República, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional”.

<sup>23</sup>Somente em 1994, com a criação da AEB o Brasil passou a ter uma agência civil na coordenação do programa espacial. Esta demarcação representa a preocupação do governo compatibilizar o setor às exigências da política externa, sinalizando que o programa brasileiro não tem caráter militar. Apesar de tal mudança, o Comando da Aeronáutica mantém, por exemplo, a responsabilidade pelo desenvolvimento do veículo lançador de satélite (VLS1).

<sup>24</sup>Desde quando criada a COBAE que era presidida pelo representante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), evidenciando seu caráter eminentemente militar.

Ainda assim, no governo Fernando Henrique Cardoso houve uma queda significativa de investimentos voltados para o Centro de Lançamento de Alcântara, Houve perda de prioridade das políticas espaciais, dada a manutenção do orçamento do programa espacial em patamares baixos se comparados ao final dos anos 1980 (REIS, 2008, p 103).

Durante o governo de FHC foi adotada uma política externa mais flexível. O Estado brasileiro adere ao MTCR (Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis), como forma de compatibilizar o desenvolvimento de tecnologias espaciais às exigências internacionais. Apesar de tal estratégia, aceitar os termos do MTCR não foi suficiente para prover o acesso às tecnologias sensíveis, pois ainda seria necessário firmar o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os EUA, que, apesar de assinado em 18 de abril de 2000, não foi ratificado no Congresso Nacional. Posteriormente, o Brasil assinou acordos de salvaguardas com China, Rússia e Ucrânia. (BRASIL, 2009, p 55). A tentativa de realizar o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-EUA, e os acordos firmados que se sucederam, denotam que a política espacial, mais especificamente o desenvolvimento de tecnologias de lançamento de foguetes, transformou-se em algo de caráter mercadológico.

Nos anos 2000, particularmente a partir de 2003, sob o governo Lula, houve atualização do Programa Nacional de Atividades Espaciais (BRASIL, 2005) com a retomada dos investimentos e a confirmação do caráter mercadológico da política espacial.

Foi ressaltada a necessidade de priorização, pelo Estado, da concepção de uma política espacial estratégica para o desenvolvimento, a saber: a) ciência, tecnologia e inovação; b) economia com o ingresso do país no mercado de tecnologias com altíssimo valor agregado; c) defesa da soberania e controle do território nacional, por meio de “sensoriamento remoto”; d) controle de queimadas e desmatamentos, acompanhamento da fronteira agrícola, comunicações em geral, serviços meteorológicos; e) controle do espaço aéreo e de fronteiras; f) uma política internacional e nas relações exteriores, de modo a permitir ao país integrar-se a um seleto grupo de países que dominam tecnologias espaciais (AMARAL, 2010, p. 4-5).

Foi nesse momento que Alcântara se tornou referência da política espacial brasileira por despertar crescente interesse internacional na criação de novos sítios de lançamento. A criação da empresa binacional Alcântara Cyclone

Space<sup>25</sup> passou a ser considerada modelo de comercialização para futuros acordos com outros países. (BRASIL, 2005, p. 18).

Cabe destacar que desde 1977 (ainda no período do regime militar) já havia interesse do Estado Brasileiro em implantar em Alcântara o Centro de lançamento. Este interesse foi pautado no I e II Seminário de Atividades Espaciais promovidos, respectivamente, em agosto de 1977 e novembro de 1979 pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE).

As razões para a escolha de Alcântara estavam relacionadas ao projeto de integração nacional e por decisão política e científica de encerrar anos de parceria com a França no desenvolvimento de pesquisas e tecnologia e, ainda, dar prosseguimento a um projeto genuinamente nacional. Também, abrangia questões técnicas, advindas da escolha de desenvolver a Missão Espacial Completa Brasileira comandada pela COBAE.

A decisão política por um projeto 100% nacional foi consignada nas recomendações extraídas do I Seminário<sup>26</sup> que reforçaram a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE). Estas deveriam direcionar as atividades do setor para uma Missão Espacial Completa, visando à redução da dependência tecnológica do País e a necessidade urgente de “reforçar as exigências básicas da Defesa Nacional.” (ESCADA, 2005, p. 84).

A exposição de motivos sistematizada pelo seminário apontou os direcionamentos da política espacial:

---

<sup>25</sup>“A Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) é responsável pela comercialização e operação de serviços de lançamento utilizando o veículo lançador Cyclone-4 a partir de seu centro de lançamento em Alcântara, localizado no Estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil. A ACS é o resultado de anos de negociações entre o Brasil e a Ucrânia. Tais negociações iniciaram-se formalmente com a assinatura do Acordo-Quadro sobre a Cooperação de Usos Pacíficos do Espaço Exterior, em 18 de novembro de 1999. O encerramento bem sucedido das negociações foi marcado pela assinatura, em 21 de outubro de 2003, do Tratado de Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara. O Tratado foi assinado pelo Ministro brasileiro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, e pelo Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Kostiantyn Gryshtchenko, diante dos Presidentes do Brasil e da Ucrânia, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonid Kuchma, respectivamente. A ACS foi oficialmente constituída em 31 de agosto de 2006, quando seu estatuto foi aprovado e publicado no Diário Oficial da União do Brasil por meio da portaria número 599 do Ministério de Ciência e Tecnologia” (informações extraídas do site [http://www.alcantaracyclonespace.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=15&Itemid=64&name=empresa&lng=1&style=horiz\\_flat](http://www.alcantaracyclonespace.com/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=64&name=empresa&lng=1&style=horiz_flat))

<sup>26</sup> I Seminário de Atividades Espaciais, ocorrido em agosto de 1977.

A primeira fase deveria preparar a segunda para as atividades da Missão Espacial Completa, que exigiria maior volume de recursos às atividades do setor. A Missão deveria estar pronta em meados da década de 1980, quando se imaginava que já estaria encerrado o ciclo completo do desenvolvimento de lançadores, satélites e investimento em infra-estrutura para lançamentos (ESCADA, 2005, p. 82).

No entanto, a consolidação da opção nacionalista só foi confirmada no II Seminário<sup>27</sup>, com a participação de 70 especialistas e autoridades. Nesse seminário foram definidas as atividades de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia para o III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT, referentes ao período de 1980 a 1985 (ESCADA, 2005, p. 92).

Assim, restou consignado no relatório a seguinte motivação para a decisão tomada. De acordo com a Exposição de Motivo nº 3583-COBAE de 27 de novembro de 1979, a despeito dos naturais riscos do empreendimento e do maior esforço requerido, a opção de realização de uma Missão Espacial Completa essencialmente brasileira baseou-se, fundamentalmente:

- a) na confiança depositada nos cientistas e técnicos brasileiros e na capacidade gerencial e industrial do país, bem como na compreensão da necessidade do desenvolvimento de tecnologia própria na área espacial e de ser minimizada a evasão de divisas conseqüente de acentuada cooperação externa;
- b) nas implicações para a segurança nacional, ensejando seqüência natural ao esforço de mais de uma década, particularmente no setor de lançadores;
- c) na verificação de que a proposta de cooperação francesa – em que pese a diminuição de riscos e as vantagens técnicas oferecidas – implicaria em gastos, em 7 anos e meio, da ordem de Cr\$ 33,5 bilhões (em cruzeiros de jan/80 [que corresponde a US\$ 1,04 bilhão]), dos quais cerca de 33,2% em moeda estrangeira (US\$ 345,4 milhões), com lançador de 1 estágio a propelente líquido e colocação em órbita de três satélites, sendo um de sensoriamento remoto e dois de coleta de dados; ao passo que a realização a Missão Espacial Completa essencialmente brasileira apresenta previsão de despesas de Cr\$ 20.853,3 milhões (em cruzeiros de jan/80 [que corresponderia a US\$ 647 milhões]) – computados em 9 anos – das quais cerca de 13% em moeda estrangeira (US\$ 84,1 milhões), com todos os estágios do lançador a propelente sólido e colocação em órbita de 4 satélites, sendo dois de sensoriamento remoto e dois de coleta de dados;
- d) na constatação de que, com o desenvolvimento de novas tecnologias, poderá obter-se grande economia de divisas, ressarcindo em dólares os gastos em cruzeiros;
- e) na verificação dos benefícios advindos da implantação e operação

---

<sup>27</sup> II Seminário de Atividades Espaciais, ocorrido em novembro de 1979.

de uma rede de Plataformas de Coleta de Dados, com reflexos na hidrologia, meteorologia e agricultura;

f) na possibilidade de controle das informações obtidas pelos nossos satélites, que ficarão à disposição, apenas, de entidades credenciadas;

g) na convicção, enfim, de que significará avanço tecnológico de magna importância, trará enormes benefícios ao País, coroará intensa e prolongada luta de uma plêiade de brasileiros e servirá de base para avançados projetos na última década do século.

A Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) foi concebida com a distribuição de responsabilidades entre o INPE e o MAer. Ou seja: enquanto o INPE seria responsável pelo desenvolvimento dos satélites, o restante da missão caberia ao MAer. (COSTA FILHO, 2006, p. 101/102). A exposição de motivos proposta pela criação da Missão Espacial Completa Brasileira foi aprovada integralmente pelo presidente João Batista Figueiredo, em 1980, com a previsão de alocação de recursos condicionada à disponibilidade orçamentária. (COSTA FILHO, 2000, p. 123).

Baseando-se nos estudos realizados pela COBAE foram elencadas as justificativas que fundamentaram a decisão de implantar-se o Centro de Lançamento em Alcântara, indicadas na tabela abaixo:

**Quadro 1 – CLBI X CLA**

<b>Limitações do Centro de Lançamento Barreira do Inferno</b>	<b>Vantagens do Centro de Lançamento de Alcântara</b>
Apesar da experiência em lançamentos de pequeno e médio porte, apresentava restrições para lançamentos de veículos maiores, do porte do VLS-1.	Proximidade do Equador (2° 18' S), que gera importante economia de combustíveis no lançamento aproveitando-se a rotação da terra para impulsionar o veículo até as esferas mais altas, possibilitando diminuição dos custos a ponto de torná-lo o centro mais competitivo do mundo.
Reduzida área de segurança, pois a cidade de Natal cresceu demasiadamente após a sua criação, avançando em áreas anteriormente desabitadas, criando risco para as populações que residem nas redondezas.	Posição próxima do mar, impedindo futuros crescimentos urbanos que prejudiquem a capacidade operacional do centro, possibilitando níveis excepcionais de segurança e a redução dos custos de seguros nos lançamentos.
Impactos ambientais, uma vez que, havendo acidente ou autodestruição de lançadores, sobretudo com uso de combustível líquido, poderia causar níveis	Baixa densidade demográfica de Alcântara, tombada pelo patrimônio histórico e com seus residentes dispendo da agricultura de subsistência como principal fonte de renda.

inaceitáveis de poluição nas regiões habitadas mais próximas.	
Alto custo para desapropriações, em razão da expansão urbana já existente, com grande quantitativo populacional a ser removido.	Baixo custo de desapropriação, em razão do suposto “vazio demográfico”, com pouca população a ser removida <sup>28</sup> .
Limitação de setores livres que poderiam comprometer o rendimento do veículo.	Facilidade de acesso aéreo e marítimo, dada a distância de 15 km para a capital maranhense; condições meteorológicas e climáticas regulares, possibilitando lançamentos praticamente durante todo o ano.

Fonte: (COSTA FILHO, 2000, p. 150-151).

Em resumo: a decisão do Estado brasileiro, a respeito da política espacial brasileira, incluía a construção de um Centro de Lançamento em Alcântara, cujos motivos de ordem técnica para a escolha foi a proximidade da linha do Equador, pouca variação meteorológica e climática ao longo do ano, distância de grandes aglomerações urbanas e proximidade suficiente da capital maranhense, uma vez que a utilização do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, em Natal (RN), existente à época, tornou-se inviável em função do processo de expansão urbana local e precisou ser substituído (SARDENBERG, 2001).

O III Plano Nacional de Desenvolvimento entre 1980 a 1985, apesar de não fazer menção expressa à política espacial, reproduzia o ideal nacionalista que norteou a escolha pela Missão Espacial Completa Brasileira ao tratar das políticas relacionadas à pesquisa científica e tecnológica.

É dispensável destacar a relevância da pesquisa científica e tecnológica e sua aplicação para o desenvolvimento nacional. O objetivo final é diminuir a dependência científica e tecnológica do País:  
[...] desenvolver e ampliar a capacidade de absorção e geração de tecnologia das empresas nacionais, 'dotando-as de meios para negociar adequadamente com os fornecedores externos de tecnologia, para dominar os princípios da tecnologia que utilizam e, assim, assegurar seu manejo de forma completa. (BRASIL, 1980).

O III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT (instituído pelo Decreto nº 85.118, de 1980) definiu as diretrizes e as prioridades para o setor até 1985 colocando em destaque a posição da COBAE de

<sup>28</sup> Merecem destaque as justificativas que apontam para a baixa densidade demográfica e o baixo custo de desapropriação, baseando-se na equivocada ideia de que Alcântara se constituiria em um “vazio demográfico”.

fortalecimento da Pesquisa Espacial, e conseqüentemente de um Centro de Lançamento de Foguetes para alcançar uma missão espacial completa:

O (PNAE), coordenado pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), consolida uma posição bem definida do Governo, buscando capacitar recursos humanos em todos os níveis, coordenar a ação dos institutos de pesquisa voltados para o campo espacial e engajar o parque industrial brasileiro para a produção de veículos propulsores, satélites e equipamentos de infra-estrutura de superfície, intensificando a fixação de novas tecnologias necessárias ao setor e o aparelhamento da indústria nacional, a fim de reduzir a dependência tecnológica, promover o desenvolvimento e reforçar o atendimento das exigências básicas da segurança nacional.

O grau de maturidade a que já atingiram instituições brasileiras de pesquisas e desenvolvimento no campo das atividades espaciais, aliado a independência tecnológica necessária para atender aos requisitos básicos do desenvolvimento e segurança nacionais e aos programas de aplicação existentes, estão a exigir que satélites nacionais, mais adequados à realidade brasileira, sejam projetados, construídos no País e colocados em órbita, por lançadores também aqui projetados e construídos.

Por isso, a realização de uma Missão Espacial completa, isto é, o projeto, a construção e a operação de um satélite nacional de aplicação, colocado em órbita por um lançador projetado no País, a partir de uma base de lançamento localizada em território brasileiro, deverá ser um dos pontos altos da política a ser seguida pelo PNAE, nos próximos anos. (BRASIL, 1980, grifos nossos).

Para viabilizar a implantação da Base Espacial de Alcântara foi desapropriada uma área de 52 mil hectares de terras no município de Alcântara por meio do Decreto Estadual, 7.826/1980. A criação do Centro Espacial de Alcântara – CEA (designação utilizada à época), foi oficializada pelo Decreto Federal nº 88.136, de 1º de Março de 1983, para cumprir a finalidade de executar e apoiar as atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais, executar testes e experimentos de interesse do Ministério da Aeronáutica relacionados com a Política Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial.

A atuação do Estado brasileiro por meio desses instrumentos jurídico-políticos implicou na remoção, pelo Ministério da Aeronáutica, de 21 povoados (perfazendo um total de 312 famílias) que foram deslocados compulsoriamente de suas terras e redistribuídas em sete agrovilas. O interregno entre a publicação do decreto expropriatório e a efetiva remoção para as agrovilas foi um período marcado pela insegurança jurídica<sup>29</sup> das comunidades, até então identificadas como

---

<sup>29</sup> Como destaca José Joaquim Gomes Canotilho, “o princípio da segurança jurídica [...] exige tanto confiabilidade, clareza, racionalidade e transparência dos atos do poder público, quanto a

campesinato ou trabalhadores rurais, inseridas na área prevista para realização de deslocamentos compulsórios<sup>30</sup>.

O Estado passou a utilizar outros instrumentos de controle jurídico-político<sup>31</sup> (de coerção e de consenso) para tornar efetiva a disposição sobre praticamente metade do espaço territorial de Alcântara e promover a remoção de centenas de famílias em razão do projeto de construção da base de lançamento de foguetes.

---

segurança do cidadão no que diz respeito a suas disposições pessoais e o efeito jurídico de seus próprios atos, de tal sorte que tanto a segurança jurídica quanto a proteção da confiança incidem em face de qualquer ato de qualquer órgão estatal. A segurança jurídica, na sua dimensão objetiva, exige uma continuidade do [...] Direito, ao passo que na perspectiva subjetiva, significa a proteção da confiança do cidadão nesta continuidade da ordem jurídica no sentido de uma segurança individual de suas próprias ações posições jurídicas” (SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição do retrocesso social no direito constitucional brasileiro. Revista eletrônica sobre Reforma do Estado. N. 21, mar/abr/mai, Salvador, 2010. p.10). Ora, o que vemos no contexto das remoções em Alcântara é exatamente a sistemática mudança do ordenamento jurídico de modo a compatibilizar os interesses do Estado brasileiro na implantação do CLA (como será visto no capítulo seguinte), fulminando o direito à segurança jurídica por parte dos atingidos pela base espacial. Apenas para citar um dos exemplos mais significativos, temos a mudança na dimensão do módulo rural ocorrida de forma casuística, diminuindo-se o tamanho dos lotes destinados aos atingidos pelo deslocamento de 30 hectares para somente 15 hectares, isto por meio de uma inovação legislativa trazida pelo Decreto n.º 92.571/1986 de 1986.

<sup>30</sup> Conforme definição de Almeida (1996, p. 30) deslocamento compulsório traduz “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos” (ALMEIDA, Alfredo Wagner Bernode. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: Travessia. maio/agosto, 1996. pp. 30-35).

<sup>31</sup> Destaco que já foram apontados dois instrumentos jurídico-políticos, consistentes nos dois decretos: o que desapropriou terras em favor do projeto espacial (Decreto Estadual n.º. 7.826/1980); e o outro que criou o CEA estabelecendo as finalidades a que se destinavam uso destas terras (Decreto Federal n.º 88.136, de 1º de Março de 1983).

## **2 OS CONFLITOS ENTRE OS INTERESSES LOCAIS E TRANSNACIONAIS**

No segundo capítulo discuto a inserção do Maranhão na política espacial brasileira, processo no qual o Estado brasileiro defende interesses próprios e de grandes empresas transnacionais, enquanto malferem os interesses das comunidades locais, impactadas pelo projeto estatal.

Avalio como o Estado brasileiro, na defesa de seus interesses, utilizou os instrumentos disponíveis de controle jurídico-político durante os processos de desapropriação e remoção das comunidades atingidas pela implantação do centro de lançamento de foguetes de Alcântara, dentre os quais se sobressaem os decretos, no rol da coerção, e as propagandas de convencimento relacionadas a promessas de melhorias de vida e progresso econômico, no rol do consenso. Destaco, finalmente, os impactos sofridos pelas comunidades impactadas pelo projeto espacial em Alcântara.

### **2.1 O controle jurídico-político do território de Alcântara**

O Centro de Lançamento foi apresentado pelo governo João Batista Figueiredo “como o mais ambicioso projeto científico para um país em desenvolvimento.” (MEIRELLES, 1983, p. 26). Para esta ação medidas oficiais foram viabilizadas, destacando-se a publicação em 1984 de uma cartilha denominada: “a cidade histórica de Alcântara, medidas para sua preservação face ao novo dinamismo.” (BRASIL, 1984, p. 9/10).

O texto elaborado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHN) e pelo Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA) elevava Alcântara à condição de novo polo de desenvolvimento que certamente traria transformações no atual quadro socioeconômico da região. Após a decisão do governo federal pela Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) houve uma comunicação oficial do ministro da Aeronáutica, para o então governador biônico do Maranhão João Castelo, o qual passou a executar o plano definido pelos militares - inserir o município de Alcântara na política espacial brasileira. O Decreto Estadual nº 7.826, foi assinado em 12 de setembro de 1980 e posteriormente publicado no Diário Oficial do Maranhão.

Este decreto estadual desapropriou uma área de 52 mil hectares de terras do município nos seguintes termos. *In Verbis*:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra, com o total aproximado de 520.000.000,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte milhões de metros quadrados), necessária à implantação de um Centro Espacial, no município de Alcântara, deste Estado (MARANHÃO, 1980).

Tratou-se de um ato jurídico-político que atingiu uma grande extensão territorial ocupada secularmente por centenas de famílias, amparado no artigo 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, o qual regulamentou a desapropriação por utilidade pública<sup>32</sup> mediante decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.

A desapropriação, como ressalta Di Pietro (2007), é o procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público “mediante prévia declaração de necessidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização”. Este tipo de expediente, embasado no instituto jurídico da desapropriação, foi bastante utilizado para ceder extensas áreas a empreendimentos como o Projeto Grande Carajás e na Ilha de São Luís ao Grupo ALCOA<sup>33</sup>, e ainda continua sendo recorrente nos dias atuais<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Segundo o art. 5º do Decreto-Lei 3365/1941, consideram-se, dentre outros, casos de utilidade pública: a segurança nacional; a defesa do Estado; o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica; a exploração ou a conservação dos serviços públicos; a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a construção ou ampliação de distritos industriais; a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves; demais casos previstos por leis especiais.

<sup>33</sup> Ao contrário das desapropriações em favor da implantação do Projeto Carajás e do Grupo ALCOA, empreendimentos de cunho privado, o decreto desapropriatório que afetou Alcântara se destinava à criação de um centro espacial, um empreendimento de caráter estatal, inclusive militar.

<sup>34</sup> No quadro nacional, esta realidade ganhou evidência pelas desapropriações realizadas para fins de construção de estádios e outras obras para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, sediada no Brasil, em 12 capitais, e das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. O questionamento das desapropriações em desfavor de comunidades ganhou grande repercussão no quadro da mobilização social ocorrida durante o período de realização do evento teste da FIFA, a Copa das Confederações 2013, cerca de um ano antes da Copa do Mundo. As principais cidades do país viram suas ruas se transformarem em palco de manifestações, não para torcer pela seleção, mas para apresentar reivindicações políticas das mais diversas que se iniciaram com protestos contra aumentos de tarifas do transporte público urbano, seguidos por temas mais gerais, passando pelos excessos de gastos do governo com os megaeventos e pela falta de transparência na gestão destes recursos. Segundo levantamentos da ONG CONECTAS e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), cerca de 250 mil pessoas estão ameaçadas de despejo em decorrência dos megaeventos a serem realizados no solo nacional (COPA, 2013).

A implantação desses projetos seguiu uma sistemática muito parecida com a de Alcântara (decretos, desapropriação de terras públicas para fins de utilidade pública) situação que tem se tornado comum (em projetos desse tipo) e que tem marcado a história dessa região como, por exemplo, a expropriação de terras seculares e sua posterior colocação para outras áreas. (CHOAIRY, 2000, p. 69).

Cumprido salientar que as desapropriações efetivadas em Alcântara tiveram implicações bem diversas daquelas que teriam em um empreendimento particular, pois o Estado dispõe de instrumentos político-jurídicos de coerção e consenso, além de uma complexa estrutura decisória (dentro do aparelho governamental) para resolução de conflitos. Isto sem dizer a posição diferenciada do Estado quando acionado nas instâncias judiciais, a exemplo de suas prerrogativas processuais<sup>35</sup>.

Do mesmo modo, é bastante comum o favorecimento de particulares pelo Estado por meio de desapropriações com grande impacto em comunidades locais, a exemplo do Projeto Grande Carajás, sob o discurso do desenvolvimento econômico. Porém, em tal circunstância, o papel estatal é o de propiciar condições (a infraestrutura e o respaldo jurídico necessários) para a realização de empreendimentos particulares e, mesmo havendo interesses estatais envolvidos, quem atua diretamente é o particular, que também assume o ônus do negócio e a responsabilidade jurídica pelos atos praticados. Ou seja: havendo conflito após desapropriações que envolva empreendimento particular e comunidades locais, expõe-se o particular às consequências econômicas e jurídicas, certamente acarretará menor complexidade e morosidade para resolução do conflito se comparado a um projeto estatal, pois este, além das prerrogativas processuais, contará com o próprio aparelho do Governo atuando diretamente em seu favor, inclusive por meio dos instrumentos jurídico-políticos disponíveis.

---

<sup>35</sup> O Estado possui algumas prerrogativas processuais, dentre as quais a exigência da citação ser realizada por mandado judicial, cumprida por Oficial de Justiça, na pessoa do representante legal ou procurador legalmente autorizado (artigo 215 do Código Processual Civil - CPC); no caso da União, o Procurador Federal; há dilatação de prazos, como o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer (artigo 188 do CPC); há o reexame necessário da sentença do juiz pelo tribunal mesmo que não seja interposto recurso da sentença proferida contra o Estado, somente após produzirá efeito e transitará em julgado (artigo 475, I, do CPC); depois dos recursos e do trânsito em julgado a execução do patrimônio estatal se dá em um procedimento especial chamado precatório (artigos 730 e 731 CPC e artigo 100 da Constituição Federal de 1988).

Nas desapropriações promovidas em Alcântara outra especificidade consistente no que se refere à ação estatal foi o reconhecimento do direito à territorialidade étnica e a identificação da existência de comunidades remanescentes de quilombo. Este tipo de situação envolvendo território quilombolas são apenas quatro em todo o país, Alcântara, que interessa à Aeronáutica, dois outros casos similares que interessam à Marinha e mais outro que envolve a criação de uma Reserva Biológica<sup>36</sup>. Tais ocorrências, excetuada a última, envolvem o tema das violações de direitos de comunidades quilombolas em conflito com as Forças Armadas, objeto de discussões na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, realizado em junho de 2012 (VIEIRA, 2012).

No caso maranhense, após a edição do decreto expropriatório não houve uma imediata política de publicidade acerca do projeto da base espacial. A não divulgação de informações foi uma estratégia do Estado para postergar eventuais mobilizações contrárias em razão dos impactos que atingiriam Alcântara. Assim analisa Meirelles (1983, p. 16):

Com a garantia da posse da área autorizada por decreto, a Aeronáutica adotou a costumeira tática do silêncio, muito utilizada no país quando se trata da implantação de grandes projetos que possam desencadear reações negativas. Essa tática, que é de manter submersas informações, para não provocar impactos desfavoráveis, vingou por mais de seis meses. Compactuados com essa estratégia, as autoridades estaduais e municipais conservavam-se igualmente em silêncio, sem dar quaisquer explicações.

Contudo era questão de tempo até que o decreto de expropriação ganhasse ampla divulgação na imprensa. (MEIRELLES, 1983, p. 31). A partir da publicização do decreto, a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, iniciaram atividades com os integrantes das comunidades sobre os possíveis impactos do projeto, orientando-os acerca da necessidade de reivindicar garantias no caso de remoções. A partir daí desencadeou-se a articulação e a resistência local (CHOIRY, 2000, p. 80).

---

<sup>36</sup> Marambaia (RJ), território étnico em que a Marinha chega a partir de 1970, inaugurando em 1981 o Centro de Adestramento da Marinha – CADIM; Rio dos Macacos (BA), território étnico em que a Marinha quer integrar à Base Naval de Aratu para construção de hospedagem; Mumbuca (MG), território étnico, no qual foi criada a Reserva Biológica da Mata Escura, pelo Decreto (05 de junho de 2003) nos municípios de Jequitinhonha e Almenara (MG) (VIEIRA, 2012; GOMES, 2009, p. 251).

As articulações e pequenas reuniões nas comunidades culminaram no Encontro de Santa Maria, em 1982. A palavra de ordem era “Operação Junto Venceremos”, com participação de representantes de 14 comunidades, de integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de parceiros ligados à Igreja Católica, totalizando mais de 140 pessoas. Durante o encontro chegou um grupo de oficiais do alto escalão da Aeronáutica, acompanhado de autoridades locais, com o objetivo de apresentar a proposta de remoção para agrovilas (modelo das residências e algumas garantias do projeto, como assistência técnica para produção e área suficiente para cultivo). (MEIRELLES, 1983, p. 33).

A estratégia da Aeronáutica era inibir qualquer crítica em relação ao projeto. Para tanto contou com a legitimidade conferida pelas presenças de reconhecidas autoridades locais que gozavam de credibilidade perante as comunidades alcantarenses.

A apresentação do projeto, pela Aeronáutica durante o encontro, inaugurou o processo de discussão acerca das terras e das remoções. (CHOAIRY, 2000, p. 81).

Para dar andamento ao projeto a Aeronáutica instalou-se em São Luís o escritório de representação do Instituto de Atividades Espaciais (IAE) e um escritório de campo em Alcântara, utilizados para desenvolver as seguintes atividades: levantamento aerofotogramétrico, reconstituição cartográfica de toda a área pretendida; sondagens prospectivas para conhecer as condições geomorfológicas (como a resistência de solo, jazidas e mananciais de água), elaboração de cadastramento da população para agilizar o processo de desapropriação, além de trabalhos topográficos, para a construção do quartel, sondagens para a construção do porto e da casa modelo da agrovila.

Outra estratégia utilizada foi a solicitação de pesquisa socioeconômica para a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE) e a contratação de assistentes sociais para confortar os lavradores do drama do remanejamento (MEIRELLES, 1983, p. 31).

O acervo de medidas estatais objetivando obter a adesão da população ao projeto espacial incluiu ações de caráter assistencialista, como a distribuição de brinquedos no período natalino, de remédios, além de patrocinar a realização das festividades culturais das comunidades, bem assim a seleção de jovens da comunidade para trabalhar na Aeronáutica. (CHOAIRY, 2000, p. 74/75).

Um dos jovens selecionados à época, o Sérvulo Borges, foi entrevistado e relatou o papel que exerceu nesse processo avaliando o quanto sua participação fazia parte de uma estratégia para aceitação do projeto pelas comunidades:

*Naquele período eu estava no serviço militar [...]que eu acompanhei direto de perto [...] qual era o nosso serviço, guardar o que já estava construído, depois fizemos lá em São Paulo o curso de equitação [...] montaram então uma cavalaria, que essa cavalaria tinha a função de nos usar para que nós pudéssemos fazer os contatos ‘ Vai ter reunião tal dia com as comunidades de tal reunião’ e aí o carro não entra lá, então quem vai levar os bilhetes e os convites, monta nos cavalos e vamos fazer isso. Até porque a estratégia do governo foi pegar jovens da sede do município e jovens da região onde ia haver os deslocamentos, então tinham jovens dessas comunidades. Então o nosso trabalho era fazer esse intercâmbio, fazer facilitar essa comunicação. Se o sujeito tá vendo que filho dele, ele vai sair, mas ele tá vendo que o filho dele tá ali, tá trabalhando, tá ganhando dinheiro, tá bonito, tá fardado, né, e aí isso vai mexer no imaginário de que meu filho vai ter uma ascensão com o projeto, **isso de uma certa forma era um método de poder, né, não acontecer esse conflito. Então, essa foi uma das estratégias que eu percebo que foram utilizadas, e que eu participei dessa estratégia, eu estava lá junto com os outros 29 companheiros. Nós fomos usados para facilitar justamente que houvesse uma aceitação, lógico, somos filhos da cidade** (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifo nosso).*

Dentre as tentativas das comunidades de obter garantias jurídicas e políticas, destaca-se a realização de um “Acordo”, registrado no Cartório de 1º Ofício de Alcântara em 28 de julho de 1983, contendo um conjunto de reivindicações no processo de remoções das comunidades para as agrovilas. Esse documento, porém, não era dotado de valor jurídico a ensejar a cobrança do cumprimento dos itens pautados: era tão somente uma carta de intenções, um acordo “no qual a Aeronáutica, ‘na medida do possível’ se comprometia a atender a essas reivindicações.” (MEIRELLES, 1983, p. 35). Tratava-se mais uma vez da estratégia do Estado de amainar os ânimos, aceitando os termos do “acordo” diante dos efeitos persuasivos sobre os beneficiários das medidas previstas, ciente das implicações jurídicas de tal ato que não o obrigam de fato a cumpri-lo.

Do mesmo modo foi engendrado o estabelecimento de contatos de representantes do Centro de Lançamento diretamente com líderes das comunidades, sem a participação da base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e também da Igreja Católica, que tentavam articular os camponeses para reivindicar

garantias no processo de remoção. Esse repertório de ações se inseriu no âmbito da estratégia de convencimento das comunidades para viabilizar os deslocamentos para as agrovilas. Segundo Braga (2011), o planejamento do deslocamento compulsório se deu, inicialmente, com a convocação dos líderes dos povoados, o que redundou no documento conhecido pelos moradores de Alcântara como o “Acordo”. Cita-se em documentos que apenas uma reunião específica sobre o deslocamento os povoados foi realizada entre os moradores e o Estado.

Assim, quando o Estado iniciou, em 1983, ações visando adaptar as comunidades para serem transferidas à nova vida nas agrovilas, já era consenso que a ideia da remoção da população e a construção do CLA. Ou seja: estas ações já tinham um caráter irreversível. (BRAGA, 2011).

Conforme relatado pelo atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores, o senhor Antonio Marcos Pinto Diniz, que vivenciou o processo das remoções na comunidade de Peru, os representantes do CLA, além de estabelecer contato direto com membros da comunidade, sem intermediação do sindicato, ainda levaram tais membros para fazer vistorias nas agrovilas, nas casas construídas, no sentido de viabilizar o cultivo de roças na área das agrovilas antes mesmo das remoções. Isso legitimou nas comunidades à ideia da remoção:

*Era uma questão discutida com o próprio centro de lançamento, e eles faziam o que queriam fazer, diziam para eles ou mentiam o que tinham que prometer, só que ficou só na promessa.*

*Eles vieram, trouxeram eles para conhecer as casas, depois trouxeram eles para fazer o primeiro roçado na comunidade e depois já marcaram a data do remanejamento (Antonio Marcos Pinho Diniz).*

Assim, por meio de instrumentos legais, 312 famílias foram removidas da área destinadas à construção do Centro Espacial, e mais outras 1.500 famílias foram afetadas em fases posteriores do projeto, todas sem qualquer segurança de sua permanência no município. Posteriormente, em que pesem as divergências de dados, confirmou-se que a quantidade de comunidades atingidas alcançou um percentual altíssimo da população total do município.

Os números oficiais divulgados no IX Recenseamento Geral – 1980 (IBGE, 1982), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, indicam que o Município de Alcântara possuía um total de 18.515 habitantes, destes, 16.385 na zona rural. Dados divulgados pelo IBGE e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional – IPHAN - após o remanejamento foi divulgado pelo Governo e pelo empreendimento o novo dinamismo da cidade de Alcântara que “hoje abriga cerca de 2.000 pessoas” (incluindo à sede/zona urbana).

Paralelamente, o relatório da ONU intitulado “A Missão da Relatoria sobre os Direitos Humanos das Comunidades de Alcântara” alertava para o fato de que cerca de 1.350 pessoas (cerca de 20 comunidades tradicionais) haviam sido atingidas pelas duas fases de deslocamentos forçados. O próprio relatório da ONU se posiciona a este respeito ao relatar que.

Os deslocamentos forçados ocorreram para a implantação das fases I (1986) e II (1987 e 1988) do CLA, permitindo o lançamento de veículos movidos a combustíveis sólidos e a combustíveis líquidos, respectivamente.

Para a construção da I fase, quinhentas e vinte pessoas foram transferidas para cinco agrovilas, enquanto que a implantação da fase II ensejou o deslocamento forçado de oitocentos e trinta habitantes para duas agrovilas.

Foram deslocados os residentes das comunidades de Pirarena, Cajueiro, Marudá, Espera, Ponta Seca, Laje, Jenipaúba, Santo Antônio, Ponta Alta, Jabaquara, Peru, Titica, Santaninha, Cavem, Pedro Marinho, Santa Cruz, Aldeia, Capijuba, Santa Helena e São Francisco. Os deslocamentos forçados foram realizados pelo próprio Estado, fazendo com que as pessoas sentissem-se forçadas a sair [...]

A população reassentada pertencia a várias comunidades tradicionais que foram realocadas para sete agrovilas contra a sua vontade e mediante desconsideração de sua realidade sociocultural, ocasionando conflitos internos inexistentes anteriormente. (ONU, 2003, p. 21/22).

Órgãos governamentais, como a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), destacam que das quase 500 famílias atingidas pela área de segurança, 312 famílias remanejadas para agrovilas entre 1986 e 1987. Dados levantados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais apontaram que 10 mil pessoas foram atingidas por atos de desapropriação, expressando que o Estado não desconhecia a existência destas populações campesinas, tanto que elencou como fator positivo da escolha o “baixo custo com desapropriações”<sup>37</sup>. No mesmo sentido, os dados do IBGE são muito claros em expor que a maior parte da população do município vivia na zona rural, facilmente dedutível que se concentrava na área declarada de interesse público.

---

<sup>37</sup> Conforme Tabela 1

Nesse processo de deslocamento/remanejamentos o que se pode constatar é que situações de incerteza e insegurança foram produzidas e tiveram como consequências desagregação de laços comunitários e identitários. A inadequação dessas transferências (para as agrovilas) apesar de ter sido demonstrada mediante pesquisas realizadas por órgãos do Estado, como o Ministério da Reforma, não foram consideradas.

Observa Maristela Andrade (2006, p.17) que em 1985:

Uma comissão técnica do extinto MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário -, ainda no período chamado de transição democrática -, quando era presidente da República o atual senador José Sarney, aconselhou a não transferir as famílias para agrovilas, já que os solos não eram próprios para o cultivo; que os grupos eram constituídos também por pescadores e que as áreas das agrovilas se localizavam distantes do mar; que os povoados de origem estavam interligados e apresentavam como especialização interna, uns produzindo farinha, outros produzindo pescado, outros fabricando barcos, outros ainda dedicando-se ao fabrico de utensílios de barro; uma vez que todos esses locais encontram-se unidos por laços de parentesco; já que os ecossistemas encontravam-se em interdependência. Enfim, naquela informação técnica, como se chamou o relatório, havia total desaconselhamento para o remanejamento compulsório das famílias para as atuais agrovilas.

Segundo Almeida (2006, p.3), a dimensão étnica não passou despercebida no relatório apresentado ao Estado e nas discussões que antecederam as remoções na área desapropriada O autor é enfático ao afirmar que.

Na a documentação dos órgãos fundiários, em outubro de 1985, os resultados do trabalho de campo da equipe do Mirad-Incra falavam em "terras de pretos" e "terras de negros" na área pretendida pelo CLA, e nas discussões em Brasília com representantes do Ministério da Aeronáutica, em novembro do mesmo ano, os técnicos do Mirad indagavam se não seriam aquelas "ocupações especiais" que deveriam ser objeto de ações específicas. Havia uma evidência que não passara despercebida dos técnicos, seja do Mirad ou do CLA (Gicla), e que reportava à prevalência de "negros" ou de um "campesinato negro" na área desapropriada. [...]

No plano jurídico-formal, se tratava a questão como agrária, enquanto que operacionalmente registra-se um grau de percepção de que o problema se revestia de uma dimensão étnica.

Não foram levados em consideração os impactos do remanejamento apontados pela comissão técnica do Ministério de Reforma agrária (que desaprovou o projeto de remoção das comunidades locais para agrovilas). Entretanto, a opção do Centro de Lançamento pelas agrovilas se manteve expressando a deliberada

tentativa de incluir as comunidades em um determinado tipo de projeto de urbanização e formatar novas relações de espaço.

Na construção do consenso, o Estado anunciava, por meio de propaganda<sup>38</sup>, uma nova era de progresso e bem-estar por meio da oferta de empregos, infraestrutura, e ampliação dos serviços públicos. Essas promessas entravam no rol dos instrumentos não coercitivos, que compunham as medidas oficiais de legitimação do projeto espacial em Alcântara. Contudo, como observa Choairy (2000) “quase nada do Plano proposto foi cumprido, no sentido de incrementar a economia de Alcântara, exceto o que era estritamente necessário ao bom e devido andamento do projeto CLA” (CHOAIRY, 2000, p. 72).

A infraestrutura necessária incluía várias obras: a construção de um píer de atracação de lanchas do CLA, para o transporte de seus técnicos e funcionários; a construção da rodovia Alcântara-Itaúna (necessária como única via terrestre de acesso para transporte de equipamentos); construção de uma via de contorno, pela encosta do centro histórico da cidade, dando acesso ao Porto do Jacaré, cujo objetivo era poupar a estrutura viária do núcleo histórico de tráfico intenso e pesado. Por fim, a infraestrutura urbana, como redes de distribuição de água, energia elétrica e telefone, arruamento, transporte coletivo, imprescindíveis ao novo empreendimento (CHOAIRY, 2000, p. 72).

Dados do IDHM (1991 a 2010)<sup>39</sup> demonstram que, ao contrário da promessa oficial, não houve alteração significativa na qualidade de vida da cidade de Alcântara que possa ser atribuída a sua inclusão no projeto aeroespacial.

---

<sup>38</sup> Além da cartilha “a cidade histórica de Alcântara. Medidas para sua preservação face ao novo dinamismo” (BRASIL, 1984a), a ideia do progresso econômico foi legitimada, segundo Choairy (2000, p. 70) “por uma verdadeira rede que contava com cientistas, jornalistas, órgãos oficiais em seus diversos níveis, políticos, empresários, etc.”. Ademais, houve estratégia de convencimento levada a efeito por representantes da Aeronáutica, com presença constante nas comunidades que seriam removidas, defendendo a ideia de que a vida nas agrovilas seria melhor (ROCHA, 2006, p.66/68).

<sup>39</sup> Segundo dados do PNUD, o município de Alcântara ocupa atualmente a 4.786ª posição no ranking nacional (índice 0.573, considerado “Baixo”), sendo que, conforme os dados de 2000 e 1991, respectivamente, encontrava-se na 4.648ª (índice 0.405) e na 4.666ª (índice 0.271) posições, no mesmo ranking. Assim, apesar da melhora nos índices, apenas acompanhou o crescimento global do IDHM brasileiro, sem representar avanço significativo nas duas últimas décadas, inclusive, perdendo posições no ranking.

O projeto do CLA como um todo não conseguiu conferir, após mais de 20 anos do início da sua implantação, o dinamismo esperado no campo econômico-social do município de Alcântara, que apresenta um dos índices de renda *per capita* e de desenvolvimento humano mais baixos no país. (BRASIL, 2005, p. 9)

É importante sublinhar que, no início da década de 1980, a noção de direito à territorialidade étnica ainda não havia sido despertada. A defesa dos direitos fundiários estava ligada mais diretamente ao direito à indenização pelas terras desapropriadas e à remoção para local adequado à manutenção de suas atividades econômicas e de seus laços comunitários.

Também deve ser ressaltado que, antes da ação de remanejamento, houve um forte impasse quanto à dimensão dos lotes a serem destinados às famílias. O MAer, como previsto no Plano de Relocação da Aeronáutica, considerava uma irracionalidade a forma como as comunidades campesinas utilizavam a terra e propuseram a substituição do cultivo de feijão, mandioca, arroz, milho para a cultura hortifrutigranjeira.

Quanto ao tamanho dos lotes, o empreendimento propôs uma variação entre 14 e 22 hectares (CHOAYRI, 2000, p. 93/95). Entretanto, em contraposição o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais defendeu o cumprimento do Estatuto da Terra (Lei 4.771/1965) com a utilização de critérios para determinação da fração mínima do módulo rural na região (isso equivalia 35 hectares)<sup>40</sup>. O plano de realocação foi submetido MIRAD/INCRA que emitiu parecer propondo o cumprimento da fração mínima de parcelamento para a região de acordo com a legislação, sob pena de não ser aceito seu registro em cartório (CHOAYRI, 2000, p. 93/95). Assim, por meio de parecer, datado de 1986, o INCRA concluiu que:

Fundamentalmente, a densidade demográfica do município de Alcântara inviabilizava o assentamento de 500 famílias, com atendimento da Fração Mínima de Parcelamento de 30 ha, fora da área do Projeto do CLA, sem causar prejuízo aos seus residentes. (CHOAIRY, 2000, p. 100).

---

<sup>40</sup> “[...] o módulo rural é a medida adotada para o imóvel rural classificado como “Propriedade familiar”. A fixação desta área - que é feita por órgão competente do Governo Federal (atualmente o INCRA) – leva em conta diversos fatores, entre os quais o tipo de exploração a que se destina o imóvel, a qualidade da terra, a proximidade do centro consumidor e outros julgados necessários pelo mencionado órgão. Daí dizer que a medida é variável de região para região” (MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. 6 ed. Goiania: AB, 2005, p 63).

A solução diante da falta de adequação do Plano de Relocação da MAer foi uma legislação que teve o objetivo de readequar o referido Plano de Relocação. O desiderato foi alcançado por meio do Decreto n.º 92.571/1986 de 1986<sup>41</sup>, da lavra do Presidente José Sarney. Aquele reduziu o módulo rural de Alcântara, especificamente nas áreas desapropriadas de 35 hectares para 15 hectares.

Essa decisão terminou por desarticular os trabalhadores rurais diante da proposta indenizatória nos moldes estabelecidos pelo Estatuto da Terra. O Governo brasileiro criava uma situação especial, excepcional e casuística na legislação agrária do país que manteve a atribuição do INCRA somente à análise e solução da situação dos agricultores que não quisessem ser incluídos no plano de remoção regido pelo decreto.

Em agosto de 1990, um novo decreto foi editado, desta vez com o presidente Fernando Collor de Melo, ampliando para 62 mil hectares a área desapropriada, correspondente a 54% do município (PEDROSA; ALMEIDA, 2006). Estas medidas afetaram diretamente os territórios remanescentes de quilombos, desestruturando as relações entre os diversos grupos de camponeses, especificamente os quilombos.

Como analisa Almeida (2006), face aos deslocamentos compulsórios, promovidos pelo Ministério da Aeronáutica (em 1986 e 1987) os 23 povoados atingidos foram retirados de sua rede de relações e apartados das territorialidades específicas e, principalmente, do estoque de recursos que proviam os meios básicos de interdependência ecológica, de acesso a recursos para a reprodução física e de circulação de serviços e produtos. Nesse contexto, não obstante as edificações de alvenaria, a cobertura de telhas, a eletrificação, os poços artesianos e os projetos governamentais de crédito e custeio tudo isto é percebido como em um patamar, de certo modo, inferior ao que vivenciavam antes da remoção.

---

<sup>41</sup> Art. 1º As terras da União que, na área afetada ao Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, serão reservadas ao surgimento de propriedades rurais, receberão disciplinamento que atenda às peculiaridades daquele centro e ao desenvolvimento social e econômico da região na qual se inserem.

§ 1º Essas terras serão destinadas, mediante projetos especiais, à relocação voluntária dos agricultores que ocupam glebas das quais a União precisa apossar-se para a construção do CLA. [...]

Art. 2º Adotar-se-á, nos projetos especiais de que trata o artigo anterior, para a propriedade familiar rural, a dimensão básica de quinze hectares, a qual representará o módulo rural a eles concernente.

Isso expressa que, de forma geral, a instalação do CLA impactou a cidade de Alcântara na sua dinâmica socioeconômica e espacial. De acordo Choairy (2000) aumentou o “custo de vida”, decorrente do aumento dos preços dos produtos como alimentos, em função da crescente demanda; migração de vasta população para a periferia da sede do município em busca de emprego e de lugar para morar; aumento do número de doenças e consequente insuficiência de leitos para o atendimento no hospital local; e o aumento da demanda por vagas nas escolas do município, além de outras consequências imediatas.

Como instância transnacional, a ONU apontou as principais consequências do processo de remoção:

[...] ao contrário de acessar o progresso e o prometido desenvolvimento, o que as comunidades rurais quilombolas de Alcântara vivenciaram demonstra que:

- o deslocamento das comunidades foi feito de forma forçada e simplista para áreas distantes do mar e dos igarapés;
- não foi feito nenhum diagnóstico que permitisse uma avaliação da realidade socioeconômica e cultural, o interesse e as qualidades dessas famílias, como práticas agrícolas, atividades econômicas desenvolvidas, força de trabalho utilizada e apropriação dos recursos naturais;
- os povoados que possuíam terras suficientes e férteis e praticavam a agricultura tradicional (com atividades de pesca, caça e extrativismo) explorando de forma coletiva os recursos naturais do território ocupado, foram transferidos para um espaço limitado pelas fronteiras oficiais;
- a cada família foi garantido apenas um lote de quinze hectares para produzir longe dos locais de pesca e com terras impróprias para a agricultura de subsistência que praticavam;
- o acordo não respeitou a continuidade das atividades econômicas das comunidades, assim como atingiu o direito à família e as práticas religiosas (ONU, 2003, p. 22).

Por diversas razões aqui discutidas as agrovilas<sup>42</sup> para onde foram deslocados compulsoriamente os integrantes das comunidades vivenciam um

---

<sup>42</sup> O conceito de agrovila, apresentado por instituições oficiais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, consiste em “Aglomerado de residências no meio rural cujos moradores se ocupam de atividades agrícolas ou rurais” (<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Ave/SistemaProducaoFrangosCorteColoniais/glossario.htm>). Mas para compreender o caso de Alcântara é necessário lembrar que as agrovilas constituem-se em conjuntos habitacionais construídos pelo Centro de Lançamento de Alcântara, com lotes individuais para cada família, no tamanho de 15 hectares cada, para abrigar as comunidades deslocadas em razão do empreendimento estatal. Destaca-se que as sete agrovilas construídas foram compostas por trinta e duas comunidades, ou seja, nas agrovilas foram colocadas diversas comunidades diferentes o que contribuiu para gerar conflitos internos que não ocorriam anteriormente no território (ONU, 2003, p. 16; ALMEIDA, 2006, p. 07).

quadro de pobreza e de escassez, sobretudo quando se remete à fartura existente antes das remoções, ou mesmo, em comparação às comunidades que permanecem próximas ao mar e aos locais de plantio fértil.

Segundo Almeida (2006, p. 159):

Em meio a tais condições, as agrovilas vivem sob o signo da escassez e é recorrente nas entrevistas a idealização da abundância e fartura do passado. A própria posição dos outros povoados, que não foram deslocados compulsoriamente e se mantém junto ao mar na própria faixa definida pelo Ministério da Aeronáutica como de segurança – como Brito, Itapera, Baracatatiua e Mamona –, também é vista como positiva e mais vantajosa pelos moradores das agrovilas.

Pode-se dizer que os deslocamentos das comunidades para agrovilas as colocam em condição de vulnerabilidade social, inclusive os seus laços culturais e comunitários. Existe entre estas comunidades uma situação generalizada da perda de autonomia na produção de seus alimentos. Em pesquisa acerca da questão da segurança alimentar Paula Andrade (2006, p. 45) afirma ser:

Bastante comum, em muitas áreas do Maranhão, ouvir os trabalhadores rurais expressarem o que entendem por vergonha, ao relatarem que necessitaram comprar farinha. Comprar farinha, segundo os valores que orientam códigos de honra compartilhados por esses grupos, é situação que coloca o chamado pai de família em posição incômoda perante os demais, visto que deveria garantir, via trabalho familiar, estoque suficiente desse gênero, de modo a alcançar o ano agrícola seguinte. [...] Dona Maria do Carmo, da agrovila Marudá, se refere à necessidade de comprar farinha todos os anos, dizendo: “quem vê pensa que ele (o marido), é um preguiçoso”.

Esses relatos nos dão a ideia do significado para esses grupos se verem privados de suas áreas de plantio, impedidos de produzir mandioca, como ocorreu com os moradores das agrovilas, remanejados para áreas improdutivas, de areias, sendo a farinha d'água o principal alimento de sua dieta.

Para a autora, esta “fome de farinha”, é resultado direto da intervenção estatal nos territórios étnicos.

[...] a ação oficial vem promovendo a desorganização social, a devastação ambiental e o desequilíbrio do estoque de alimentos nos povoados; transformando compulsoriamente áreas de trabalho em áreas de moradia, áreas de moradia em áreas de uso exclusivo da Aeronáutica, cemitérios antigos em áreas de circulação proibida e, sobretudo, exterminando sistemas de conhecimento único, patrimônio imaterial desses grupos.

[..] Pobreza entendida aqui como o impedimento do acesso que lhe permitam não apenas produzir seus alimentos, fazendo-os chegar à periferia de Alcântara, às agrovilas, à capital do estado, como manter suas festas e rituais (PAULA ANDRADE, 2006, p. 53).

A respeito dos deslocamentos compulsórios Sant'ana Júnior (2006, p. 173), observa que esta ação:

Provocou impactos negativos, não somente nos povoados deslocados para as agrovilas, mas também naqueles que perderam parte de suas terras cultiváveis ou passaram a conviver com um número maior de pessoas em sua vizinhança, aumentando a pressão sobre os recursos naturais disponíveis (como é o caso de Trajano) e alterando as condições locais de obtenção de alimentos.

Entretanto, os impactos reforçaram a resistência e a percepção dos direitos étnicos por parte das comunidades, conforme se observa com base nesta longa citação Almeida (2006, p.54/55):

A área decretada, reforçada pelos deslocamentos compulsórios e pela divisão de lotes das agrovilas, instaura uma certadissociação, que se manifesta através da colisão entre as medidas que tornam a terra individualizada e transferível versus o sistema de uso comum dos recursos que suporta as territorialidades específicas, com seus princípios de indivisibilidade das terras e da manutenção de limites fixos e intransferíveis. A separação imposta pelos deslocamentos menospreza a persistência histórica das fronteiras que mantêm as territorialidades, refletindo sobre a posição de cada um dos diferentes agentes sociais na organização social das denominadas terras de preto, das terras de santo e suas variações, das terras de caboclo e das terras da pobreza. **A área decretada, ao separar o que sustenta a unidade dos diferentes elementos identitários e ao contrapor-se à lógica do processo produtivo, quebra com os povoados, enquanto organização social apoiada em relações de reciprocidade, e com suas hierarquias, enquanto territórios de parentesco, terminando por instituir outros critérios de autoridade local e por colidir com os princípios formadores do território étnico. Das formas de resistência a essa intervenção é que foram emergindo critérios político-organizativos e uma percepção aguçada de direitos étnicos concernentes às comunidades remanescentes de quilombo.** (grifos nossos).

Em síntese: o processo de remoção das comunidades de Alcântara, que deu lugar à base espacial, não se caracterizou pelo uso da violência física, propriamente, mas pela adesão voluntária, forjada pelo consenso e pela coerção. De um lado, o buscou-se por meio de intensa propaganda, típico instrumento de construção de consenso, a defesa de que o projeto da base espacial proporcionaria

o desenvolvimento sócio econômico e que a mudança das comunidades para agrovilas traria várias vantagens e melhoria de vida. A produção do consenso, que teve por base o discurso oficial se expressou de diversas maneiras: cartilhas, serviços de assistência social, reuniões com lideranças, seleção de jovens para servir a aeronáutica, assinatura de acordo comprometendo-se a atender reivindicações, promoção de visitas às agrovilas, além da contrapropaganda direcionada a críticos do projeto. Trata-se, nos termos de Gramsci (2000), da produção de um consenso que tanto controla como coopta as lideranças locais.

Associado a esta construção do consenso, o Estado brasileiro manteve o controle sobre o território por meio da utilização de instrumentos coercitivos emanados do aparelho do Estado com legitimidade no ordenamento jurídico. Destacam-se neste rol os decretos desapropriatórios, os quais se configuraram em verdadeira coerção às comunidades locais. Em suma: os instrumentos político-jurídicos de consenso e coerção demarcaram a atuação estatal no território, mas contraditoriamente esses instrumentos de coerção desencadearam a luta por direitos e resistência local, como será abordado a seguir.

### **3 A DEFESA DO TERRITÓRIO ÉTNICO DE ALCÂNTARA**

No terceiro capítulo, analiso as experiências dos diversos sujeitos sociais atingidos pela base espacial e o processo de organização da resistência das comunidades camponesas de Alcântara (que atualmente se auto-identificam remanescentes de quilombo). Para tanto, extraí dos relatos os aspectos mais relevantes relacionados à defesa do território, bem como, as estratégias de luta pelo reconhecimento de direitos.

#### **3.1 Das remoções à organização da resistência dos atingidos pela base espacial**

Pode-se dizer que a desintegração das comunidades camponesas em função da expansão do Centro de lançamento de Alcântara desencadeou a luta dos remanescentes de quilombos a partir de novas estratégias de resistências que não estavam presente no contexto das remoções.

O conflito com o CLA passou a ser analisado pelos agentes sociais como um problema que extrapolava a égide do direito agrário. A categoria terra que comumente era evidenciada de modo indissociável aos problemas agrários passou a ser entendida como uma categoria que incorpora fatores étnicos e afirmativos de uma identidade. A noção de território fora ampliada para além dos aspectos físicos, fixos, passando a ser socialmente construído por esses agentes. A emergência das “novas” identidades coletivas ocasionou um agrupamento em torno das reivindicações comuns, por meio de um critério político-organizativo, articulado às estratégias de defesa do território (SILVA, 2013, p. 56).

Foram-se constituindo novos movimentos de resistência em contraposição ao controle jurídico-político do Estado sobre os territórios étnicos, aqui concebidos como terras ocupadas pelas comunidades de Alcântara, que atualmente se auto-identificam quilombolas, conforme reconhecido por laudo antropológico elaborado no interesse da instrução do inquérito civil público do Ministério Público Federal<sup>43</sup>, por Certidão da Fundação Cultural Palmares<sup>44</sup> e por RTID do INCRA<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Foi feito o laudo antropológico elaborado em 2002 pelo antropólogo Alfredo Wagner Almeida, como perito nomeado pelo Ministério Público Federal para instruir o Inquérito Civil Público nº 08.109.000324/99-28 (com o objetivo de apurar possíveis irregularidades verificadas na implantação da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara), que serviu de base para a Ação Civil Pública nº 2003.37.00.008868-2 (com o objetivo de cessar a omissão dos órgãos e solicitar a

A organização da resistência remonta ao período em que as comunidades começaram a ser afetadas pela base espacial. Sérvulo Borges, atualmente militante do movimento de resistência, assim relatou a chegada do empreendimento a Alcântara:

*Em 1982, quando estudava em São Luís, e quem chegou com essa notícia lá em casa foi o papai, falando que Alcântara ia receber esse projeto, que ia ser criada uma base, que não era uma base militar, mas que era uma base de lançamento de foguetes, e aí haveria a possibilidade de [...] eles chamarem diversos jovens pra que esses jovens fossem fazer um curso em [...] São Paulo, em São José dos Campos [...] então no período da chamada eu vim e vários desses jovens, 30 jovens foram escolhidos para fazer esse curso em São Paulo, em São José dos Campos, para vir trabalhar na base [...] isso em 1982, a ida foi em julho de 1982. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).*

Perguntado sobre a repercussão da vinda da base espacial para Alcântara declarou não ter havido, inicialmente, contestação ao projeto, pelo contrário, este gerou expectativa de desenvolvimento para a cidade:

*Naquela época se tinha pouca informação e o desenvolvimento era um desenvolvimento que não existia, o que existia era uma vida de comunidade, uma cidade pequena que não produzia praticamente nada que não tinha emprego, o emprego que tinha era de prefeitura e as pessoas que iam crescendo, iam estudando, iam saindo para o mercado, e chegando essa base **a repercussão era que chegando essa base ia chegar o desenvolvimento e as pessoas querem esse desenvolvimento. A repercussão foi positiva, para a comunidade alcantareense a repercussão foi positiva, as pessoas quiseram receber este projeto, os políticos de Alcântara quiseram receber este projeto, esse projeto não foi contestado***

---

conclusão do procedimento de titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos). O laudo contribuiu com a luta dos atingidos pela base espacial na medida em que reconheceu a existência dos territórios étnicos, reunindo um conjunto de informações acerca das comunidades quilombolas de Alcântara: a) Existência de 139 povoados referentes às comunidades remanescentes de quilombos no município de Alcântara, desse total, 90 encontra-se localizados na área desapropriada por utilidade pública para a instalação da base de lançamento de foguetes; b) Foram constatadas territorialidades específicas e distintas, diferentes formas de territorialização, dentre elas, “terras de preto”, “terras de índio”, “terras de santo”, “terras de caboclo”, “terras de parentesco”, “terras de pobreza”; c) A área ocupada pelas comunidades compreende território de aproximadamente 85 mil hectares; d) Compõem as comunidades 12.941 habitantes, ou seja, 83% da população rural do município.

<sup>44</sup> Por meio da Portaria nº 35 de 06 de dezembro de 2004 da Fundação Cultural Palmares as comunidades quilombolas de Alcântara foram certificadas para efeitos do Decreto Federal nº 4.887/03.

<sup>45</sup> Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado pelo INCRA em 04.11.2008 por meio do Diário Oficial da União reconheceu a territorialidade étnica em Alcântara e estabeleceu os limites dos territórios.

**nesse primeiro momento, ele foi aceito pela comunidade por se tratar de um futuro desenvolvimento para a comunidade alcantareense** (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifos nossos).

Segundo Sérvulo Borges, em nenhum momento foi mencionado pelo empreendimento que haveria deslocamentos, apesar de estar implícito que a utilização de tão extensa área abrangeria espaços ocupados por povoados. Entretanto foi somente com o decorrer do processo de expansão que as comunidades tomaram conhecimento do seu destino:

*Essa parte não foi dialogada com essa comunidade que teve esse contato, isso não foi dialogado, isso foi no decorrer da implantação que foi se descobrindo que isso iria acontecer [...] O governo em nenhum momento teve aquele ‘ah, vamos consultar a comunidade ou vamos informar a comunidade [...]’, o que foi apresentado foi um projeto de lançamento de foguete e que iria ser preciso pessoas para trabalhar nessa base e que eles iam precisar de uma grande área para fazer, para implantar isso. **Agora, que eles iam necessitar dessa grande área e que nessa grande área tinha pessoas morando, isso aí é óbvio que as pessoas sabiam.** [...] Na época eles achavam que Alcântara era um grande vazio demográfico que não ia ter tanto impacto em vidas de pessoas, que eles não iam encontrar essa área recheada de pequenas comunidades [...] (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifos nossos).*

O atual presidente do STTR, Senhor Marcos Pinho, que vivenciou enquanto morador, o processo de remoção da comunidade de Peru para uma agrovila, relatou a repercussão que o remanejamento provocou em sua comunidade e a frustração com as promessas da Aeronáutica:

**A repercussão foi muito grande das famílias quando foram remanejadas e sentiram esse impacto de ser remanejado. A gente percebe vendo as comunidades recebendo carros para serem deslocados, o choro das pessoas antigas deixando sua terra, isso nos comove muito.** Eu digo isso porque quando eu estava, mesmo ainda jovem, mas tive a oportunidade de ver algumas famílias chorando, sabendo que ia deixar suas terras que conviveu há muitos anos e começar uma vida nova numa terra onde você não tinha conhecimento. **Quando nós chegamos na agrovila Peru nós encontramos as casas todas desarrumadas, as ruas cheias de material de construção, que não foi colhido. E a aeronáutica onde tava garantido no acordo<sup>46</sup>, que teria que dar alimentação durante um ano, pra essas famílias até que ele se mantessem de**

<sup>46</sup> No famigerado “Acordo” (registrado no Cartório em 28/07/1983), consta o item “quanto a indenização queremos [...] art. 4 alimentação no novo local até que possamos viver da própria produção”.

**pés [...] até pela dificuldade de você ter acesso ao igarapé, à praia que era muito longe, mas isso não aconteceu, só uma vez, um dia só eles deram alimentação, a partir do outro dia as famílias que tinham, a comunidade que tinha se virar pra comer, pra sobreviver** (Antonio Marcos Pinho Diniz, grifos nossos).

O presidente do sindicato ressaltou que as lutas, atualmente travadas pelos movimentos sociais contra o Estado, são exatamente para que não sejam promovidas novas remoções em outras comunidades de Alcântara, a exemplo de Mamuna, Brito e Baracatatiua, alvo da pretensa expansão do projeto espacial:

**Então isso foi muito triste pra essas famílias, a gente espera que isso não venha mais a acontecer no município de Alcântara nessa luta que a gente tem, é a nossa esperança que isso que nunca mais venha a acontecer com essas outras comunidades como Mamuna, Brito e Baracatatiua que ainda estão aí no ponto de estratégica deles, que é uma das questões que a gente tem colocado de resistência do governo também de não liberar esse território porque tem interesse também naquelas áreas** (Antonio Marcos Pinho Diniz, grifos nossos).

Walmir Rabelo, morador da comunidade de Santa Maria e presidente da ATTAQUINAF, também expressou o impacto sofrido pela sua comunidade, apesar de ela não ter sido deslocada, destacando o sofrimento das comunidades removidas e a permanente dúvida sobre eventuais novas remoções:

**Fomos ameaçados de ser, fomos inclusive cadastrados pra ser remanejados e essa repercussão foi muito negativa, muito ruim, na verdade ninguém queria ser. E assim, o que a gente tem assim dentro da gente de alívio e agradece a Deus, porque essa questão de ser remanejado ficou fora de cogitação [...] [em Santa Maria] [...]. A gente sofre pela outras comunidades, sofre os traumas, sofre a mesma situação que os outros. Só que hoje, segundo o governo, já houve várias reuniões aqui de governo [...] e o consenso que chegaram aqui pra gente é que ninguém mais vai ser remanejado, então isso foi um alívio muito grande, mesmo assim a há essa desconfiança, na verdade, das comunidades, que eles estão dizendo assim, mas a qualquer hora pode ser que venha a ser discutido novamente. Isso é, a gente não tem 100% de certeza que isso não vai acontecer, tem as dúvidas da gente, que é uma frustração que a gente vive com ela no dia-a-dia** (Walmir Gomes Rabelo, grifos nossos).

Borges teve participação direta nos processos de remoção ocorridos entre 1986 e 1988, período em que trabalhava nas forças armadas. Destacou que exercia, dentre outras funções, a de auxiliar de comunicação entre a Aeronáutica e as comunidades camponesas, e também de facilitador para a aceitação do projeto por

parte das comunidades.

Segundo nos relatou, de um lado, o Estado buscava estratégias de legitimação e do outro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) organizava a resistência local pautado, sobretudo, no Estatuto da Terra:

*Havia a organização interna dos trabalhadores, que era o sindicato, mas **qual era discussão**, não só do sindicato, mas das organizações de apoio - como a Sociedade de Direitos Humanos e outros, CPT, a CCN já existia, essas entidades que discutiam direitos - **era que houvesse, sim, a remoção, mas que fosse garantido aquilo que estava na lei. O quê que estava na lei em 1982, no Estatuto da Terra, era que cada família que tivesse a composição de 05 elementos, que fosse 35 ha para que essa família pudesse se auto manter, tirar seu sustento e se auto reproduzir**(Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifos nossos).*

Segundo Sérvulo Borges, a remoção fundamentada no Decreto n.º 92.571/1986 foi um grande golpe contra os movimentos sociais que lutavam por melhores condições para os relocados:

*[...] veio aquele Decreto de Sarney que muda o módulo rural pra dentro da área de interesse do Estado brasileiro, fazer remoção nessa área não tem condições de dar 35 ha para as famílias, então reduz para a metade disso [...] e aí esse conflito, não é que ele encerra, essa luta, não, mas ela com esse golpe, de uma certa forma é um balde de água fria num caldeirão em uma fervura, ela esfria, mas o que é que continua? É a questão das indenizações a serem recebidas. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).*

Apesar da derrota, o movimento exerceu papel significativo e uma das mais expressivas manifestações foi o ato público que conseguiu paralisar a única estrada de acesso para Alcântara por meio de barricadas, exatamente no dia em que os três ministros das forças armadas fariam uma visita à base espacial. O papel do sindicato foi ressaltado pelo seu atual presidente:

*O sindicato sempre foi o carro chefe de puxar essa luta, não foi fácil, desde a barricada de 86, aonde conseguimos através dos companheiros que estavam na direção, conseguimos fechar a estrada e a entrada do centro de lançamento e de lá para frente começamos a ter algumas reivindicações atendidas. (Antonio Marcos Pinho Diniz).*

Borges descreve o papel que desempenhou juntamente com seus colegas de caserna na organização de barricadas pelos trabalhadores rurais:

*Esse grupo de trabalhadores, com essas organizações, fizeram uma barricada para forçar um diálogo e lógico, tu tá aqui no chão mas os caras são a força aérea, mas nós soldados fomos estrategicamente posicionados ao longo dessa [rodovia], pra dentro do mato, fazendo segurança, todo mundo metralhado, todo mundo com arma na mão. **Nós, filhos de Alcântara, combatendo os nossos próprios irmãos. Ou seja, no primeiro momento é cordeiro, e depois mostra [...] a força. Naquele momento nós estávamos em defesa da pátria, nós fomos para lá pra proteger o projeto da base espacial, e os trabalhadores estavam lá apenas reivindicando.** (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifos nossos).*

Esta situação evidencia os elementos de consenso e coerção utilizados pelo Estado, pois a inserção de jovens nas Forças Armadas representou um elemento de propaganda das promessas de geração de emprego e melhoria de vida, com impacto positivo na comunidade. Contudo, no momento em que o Estado precisou mostrar sua força na defesa do projeto espacial (aparece a sua natureza de classe), colocou estes mesmos jovens para reagir contra os seus próprios companheiros.

Outro depoimento importante foi o de Dona Benita, também conhecida como Benita do Cartório, que relatou o seu envolvimento pessoal com o movimento negro desde os anos 1970:

*[...] foi o início do movimento de negros, os quilombolas, aí quando tornou público o projeto da aeronáutica, aí o movimento se tornou mais forte porque a gente já trabalhava aqui com o Centro de Cultura Negra de São Luís, nós fizemos um congresso, um seminário, com o Centro de Cultura Negra antes do conhecimento deste projeto dentro de Alcântara. (Dona Benita do Cartório).*

O processo de negociação (sobre as terras ocupadas pelas comunidades) com a Aeronáutica iniciou com a proposta de compra das terras. As comunidades Oitíua, Rio Grande, Urubu e São José aceitaram negociar, entretanto, como a maioria não aceitou vender as terras foram ajuizadas ações desapropriatórias. Neste contexto, para promover a remoção das comunidades, segundo Dona Benita, cognominada do Cartório, foi intensa a propaganda por parte do empreendimento anunciando os benefícios que nunca chegaram. Algumas indenizações decorrentes das remoções até hoje os beneficiários não receberam:

*[...] havia várias propostas de benefício aos alcantarenses, para a comunidade, mas na realidade não houve, né. Os valores dos imóveis, um valor muito baixo porque quando é uma ação desapropriatória nunca é aquele valor real, sempre é um valor mais*

*baixo. Lá tem uma região, que é o Peru [...] Peru Velho, muitos proprietários ainda não recebeu o valor correspondente. [...] A questão é porque sempre tem um, dois ou três falecidos donos aí tem que fazer aquele inventário. (Dona Benita do Cartório).*

Ressaltou que as áreas disponibilizadas pela Aeronáutica para o plantio eram diminutas tanto que fracassou a tentativa de implantação de projetos agrícolas pela aeronáutica em Cajueiro:

*[...] havia insatisfação das pessoas porque quando eles saíram da área antiga e foram para a nova houve um choque, né, em relação ao local, em relação que nada tinha plantado [...], as terras não eram próprias para o trabalho deles, o tamanho do lote, passaram a usar lote com quantidade pequena, o lavrador aqui do nordeste gosta de trabalhar com lote grande, este ano trabalha aquilo passa mais adiante. E os projetos que eram orientados pelos técnicos da aeronáutica, em Cajueiro não deu certo, não. (Dona Benita do Cartório).*

A propaganda de convencimento (no sentido de produzir um consenso) veiculada contribuiu para a divisão dos moradores quanto a aceitar ou não o projeto da Aeronáutica, nas áreas campesinas. Nas comunidades onde houve maior impacto a divisão existe até hoje:

*Muitos achavam que o projeto tinha vindo para benefício e outros não. O impacto maior foi das pessoas da zona rural, apesar de que dentro mesmo da zona rural houve aquela divisão, um apoiando a aeronáutica e outros não. Os mais antigos, olhando as promessas, houve até um acordo das promessas registrada em cartório, aí não foi cumprido todos, é um impacto que até hoje continua dividido, em Peru tem um grupo que apoia todo o projeto da aeronáutica. (Dona Benita do Cartório).*

Segundo D. Benita, os moradores atingidos pela base, não eram diretamente contra o projeto: simplesmente discordavam da forma como foi implantado. Diz que reconhece que muitas das ações emperram na burocracia e na hierarquia para quem exerce o papel de gestor da base espacial:

*Olhando por outro ângulo a gente observa o seguinte que nesse projeto, dentro de Alcântara, eles não podem fazer, o coronel, o diretor, nada ele pode fazer da vontade dele, porque ele depende do Ministério lá em Brasília (Dona Benita do Cartório).*

Sobre o processo de remoção para as agrovilas, Dona Benita relatou que não houve, inicialmente, resistência a esta mudança, somente depois as comunidades foram percebendo os impactos do remanejamento e as consequências

para as comunidades relocadas.

Nas palavras de Dona Benita do Cartório:

***Não houve aquela resistência de vir ficar, houve depois o aborrecimento deles já nas agrovilas porque não houve aquela adaptação para eles. Primeiro, na área da alimentação, porque lá nos povoados antigos eles estavam já próximos da maré, eles iam, eles caçavam , tinham tudo. Quando eles chegaram aqui nas agrovilas teve aquele impacto, pra sair das agrovilas pra chegar até lá onde tinham que pescar [...] tem que ser cadastrado, se não tiver cadastrado não podia passar [...] e se você é um dos moradores da agrovila tem que ir no mato pescar, se esquecer do crachá você não passa.*** (Dona Benita do Cartório, grifos nossos).

O presidente do sindicato, que também acompanhou a remoção de Peru, afirma categoricamente que, durante o processo de remanejamento, não houve resistência por parte da comunidade e acrescenta que a base espacial continuou a restringir o acesso a determinadas áreas, dificultando atividades como a pesca.

Sobre a questão da identidade étnica, D. Benita relatou que essa discussão ainda não estava pautada, pois o reconhecimento desse direito só se efetivou com a Constituição Federal de 1988. Foi somente a partir desse marco normativo que, segundo ela, começaram as articulações no sentido da titulação das terras (dos remanescentes de quilombos), luta que teve o apoio do Centro de Cultura Negra (CCN) e da Fundação Palmares, entidade que efetivamente iniciou a articulação pelo reconhecimento dos territórios étnicos.

Após as remoções o elemento étnico foi estrategicamente acionado na luta pela terra e fortalecimento da identidade do remanescente de quilombo, agora reconhecida pelo Estado brasileiro como pré-requisito para obtenção de títulos de propriedade dos territórios. Este aspecto será tratado na sequência.

### **3.2 A questão étnica e as novas formas de resistência**

No contexto das remoções (1986 e 1987), a questão étnica ainda não era pautada como elemento de resistência, entretanto, com o reconhecimento do direito à propriedade dos territórios ocupados (nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição de 1988<sup>47</sup>), ganha

---

<sup>47</sup> Ver nota n. 7.

centralidade.

O secretário de articulação e formação política do STTR de Alcântara, Senhor. Gregório Xavier Costa nos relatou que sua participação no movimento de resistências se iniciou após as remoções:

*No início a gente tinha pouco contato com isso aí, a gente foi ter mais contato quando eu entrei no movimento sindical, a partir de 89 [...] pós-constituição [...] aí já tinha acontecido os deslocamentos, já tinha as agrovilas (Gregório Xavier Costa).*

Na década de 1990, segundo o presidente do sindicato, houve um arrefecimento dos movimentos de resistência também, neste período o Estado não apresentou novas investidas de expansão do projeto espacial ensejando remoções:

*Na verdade a luta, ela, nunca parou, o movimento sempre continuou, mas assim a gente não tinha o entendimento de tudo isso que vinha acontecendo [...] em 90 teve um momento em que a luta deu uma parada, uma esfriadazinha.[...]  
Teve um intervalo de quase 10 anos que o movimento também deu uma parada, os dois lados.[...] o outro lado também não teve o avanço de querer chegar (Antonio Marcos Pinho Diniz).*

O Seminário intitulado de “Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais”, realizado em 1999, contribuiu para a dinamização da luta dos atingidos, sendo considerado como divisor de águas pelos próprios movimentos de resistência:

Foi uma iniciativa do STTR de facultar aos representantes dos povoados acessos aos direitos elementares sobre suas terras, sobre suas práticas de uso dos recursos e sobre suas formas de organização social contempladas inclusive pelo Art. 68 do ADCT. É apontado em inúmeras entrevistas dos mediadores como um divisor de águas, que marcou a retomada da mobilização dos agentes sociais afetados não mais como trabalhadores rurais, mas também como remanescentes de quilombo que ocupam efetivamente as terras correspondentes às territorialidades específicas (ALMEIDA, 2006, p. 56).

O Seminário de 1999, como divisor de águas, é também defendido por Borges. Neste seminário, afirma, foi concebida a criação do MABE:

*Por isso é que eu chamo a importância desse seminário como divisor de água porque a partir de então o governo passa a dialogar de forma diferente. [...] a nossa luta interna é frágil? É frágil, porque tá um falando uma coisa, outro falando outra coisa, vamos juntar tudo isso e **vamos fazer um movimento, o movimento dos atingidos pela base espacial, que engloba toda a questão, a questão étnica, a questão econômica, a questão de um projeto que disse***

*que ia trazer e que não trouxe, e que a comunidade tá definindo cada dia mais, e o quê que é preciso ser feito? Como nós comunidade vamos nos defender? Como nós comunidade vamos nos preparar pra gente dialogar com o governo? Foi essa a organização do MABE. Foi a partir daí, da ideia do Alfredo, mas como é que a gente cria esse movimento, a gente junto com os companheiros que vão lá nos assessorar, nos auxiliar, a gente vai ter ali um foco.[...] Janeiro de 2000 a gente cria o MABE, e a gente continua na mesma estratégia, o seminário foi em maio de 99 [...] (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifo nosso).*

O presidente do STTR também reconheceu a importância do Seminário de 1999 para o fortalecimento das resistências e para a criação do MABE no ano seguinte, ponderando que, se existisse tal articulação na época das remoções, teriam sido negociadas melhores condições para os deslocados:

*A partir daí a resistência dessas comunidades foi mais forte. Por que? Eles começaram a entender que o ponto estratégico pra essa luta seria o sindicato, então vamos apoiar essa luta, junto com todo o movimento, porque, como eu disse, a partir de 2000 tem a criação do MABE, que veio pra fortalecer essa luta. A partir de 99 nós conseguimos mandar a INFRAERO embora e não teve mais remanejamento [...] não vou dizer que não vai ser, mas não vai ser mais fácil como foi com as 312, talvez se essas 312 tivessem o mesmo pensamento que essas outras comunidades de tá na luta junto com a gente como sindicato, talvez não teria acontecido da forma como foi remanejado, poderia até ter sido remanejado, mas com uma estrutura melhor, com uma garantia melhor, não só daquele acordo que foi feito mal feito. (Antonio Marcos Pinho Diniz).*

Segundo Gregório, prevaleceu até o seminário de 1999 a lógica “do ovo e da pedra”<sup>48</sup>, com a Aeronáutica e o Governo Federal impondo suas determinações e diretrizes. Contudo, após o despertar promovido pelo seminário (que incluiu a propositura de ações judiciais pelo Ministério Público Federal<sup>49</sup> em desfavor da

<sup>48</sup>A história do “o ovo e a pedra” remonta ao episódio narrado por Meirelles (1983, p. 34), “Semanas antes do Encontro de Santa Maria, o Coronel Monteiro, ao visitar um povoado, deu demonstrações de seu autoritarismo. Ao ser abordado por uma lavradora que lhe apontou as desvantagens do Projeto, teria respondido, numa frase seca: - **‘Nós somos a pedra e vocês o ovo. Se houver o choque, o ovo sai quebrado’**”.

<sup>49</sup>No que tange às ações judiciais, destacam-se duas: a Ação Civil Pública sob Nº 1999.37.00.007382-0, proposta pelo Ministério Público Federal em 1999 contra a União, o IBAMA – (Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e a INFRAERO – (Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária), com alegações de irregularidades no processo de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente referente a atividades do “Centro de Lançamento de Alcântara” (CLA); e a Ação Civil Pública sob Nº 2003.37.00.008868-2 (já referenciada na nota 48), também promovida pelo Ministério Público Federal em 2003, esta contra a União, a “Fundação Cultural Palmares”, o INCRA e a Agência

União na defesa dos direitos das comunidades) estas passaram se articular e não mais aceitar quaisquer propostas tanto dos militares quanto dos governos.

O senhor Gregório expôs suas impressões sobre o papel do MABE, criado em 2000. Segundo ele, no início, o MABE tinha a função precípua de articular e angariar recursos para o movimento, mas o protagonismo era do STTR, do qual o MABE era uma ramificação:

*A partir do MABE ficou mesmo mais para articulação, até porque o MABE foi criado com uma versão e depois pegou uma outra, o MABE foi criado porque, na época não se tinha recurso para movimento, aí foi um período em que as outras entidades não financiavam mais o sindicato para fazer movimento, então cria-se o MABE porque o MABE ficaria trabalhando nessa questão de angariar recursos para fortalecer o movimento, esse era o verdadeiro papel do MABE. O MABE na verdade seria um braço do sindicato dentro do movimento, porque o sindicato tem maior força de articulação, então o MABE viria com para estar articulando essa questão financeira para que se pudesse estar fazendo este movimento. (Gregório Xavier Costa).*

Sobre o MABE, afirmou que, logo no início entre 2002 e 2003, mais do que envolvido com a questão propriamente da base espacial, esse estava mais preocupado com a gestão do consórcio da juventude em Alcântara. O secretário de articulação política do STTR, senhor Gregório fez críticas à atuação do MABE pela pouca participação que este vinha tendo nas articulações locais de resistência. Estas ficavam, segundo o entrevistado, muito mais sob responsabilidade do sindicato:

*Ele seria esse mentor do movimento, vamos dizer o MABE vai articular “x” recurso, com alguma entidade então isso vem pós-MABE, alguém recebe alguma entidade ou até o próprio sindicato, então é pro movimento, só que aí isso desvirtuou um pouco, que até que o MABE teve aqui, foi criado aqui, ficou muito tempo aqui embaixo nessa sala, depois eles pegaram um recurso da Alemanha que até hoje vem [...] aí o MABE sai daqui, eles alugam uma outra casa e aí tocam um trabalho diferente, no movimento, mas que não é um trabalho específico de resistência contra a base, e que até hoje eles acompanham muita das vezes é preciso ser chamado para estar acompanhando, e a articulação fica mesmo aqui por conta do sindicato, o maior movimento que hoje toca essas lutas é o sindicato. (Gregório Xavier Costa).*

---

Espacial Brasileira, a qual busca obrigar a “Fundação Cultural Palmares” a proceder o processo de avaliação das comunidades como remanescentes de quilombos ou não, bem como a suspender qualquer atividade de remanejamento dessas comunidades.

O presidente do sindicato, no seu relato, também disse da expectativa que teve com a criação do MABE:

*A partir de 2000 a criação do MAB, seria um movimento que tava vindo para somar na luta do sindicato, porque na verdade o sindicato se sentia sozinho nessa luta. Antes tinha o apoio das igrejas, mas de um tempo para cá a igreja também deixaram de tanto cansado, aí ficou o sindicato como órgão responsável por essa luta. E nós imaginávamos que o MABE viesse para somar [...]. Infelizmente o MABE levou um bom tempo, hoje está um pouco desativado, aí pelos companheiros, porque, também não é fácil entrar no movimento e se o movimento não te dá condição de sobreviver, e hoje a gente vê o MABE fechado, aqui mesmo no prédio do sindicato sem ter ninguém para responder. (Antonio Marcos Pinho Diniz).*

O atual secretário de agricultura do município de Alcântara e sindicalista do STTR desde a época das remoções, Sr. Aniceto, também foi ouvido e destacou que a questão do quilombola só passou mesmo a ser discutida em Alcântara após o laudo do Alfredo Wagner. Ressaltou, ainda, que antes do laudo foi o Seminário de 1999 que reforçou as lutas pela: a) Redução do decreto de 1990; b) não mais relocações; c) benefícios para os moradores.

Marcos Antônio Pinho, presidente do sindicato, reconhece o laudo antropológico como marco importante para a compreensão da questão quilombola em Alcântara, mas demarcou o governo Lula como ponto de partida para o conhecimento desta temática:

*A gente começou a ouvir esse negócio de quilombola a partir do governo Lula [...] a partir do governo de Lula é que surge as políticas públicas voltadas para os quilombolas e aí diante desse estudo do Alfredo Wagner, do laudo, é que você vai entender que Alcântara também é uma área de quilombola, uma área de quilombo. (Antonio Marcos Pinho Diniz).*

Para o secretário do STTR, Gregório Costa, antes do laudo havia de modo bastante limitado alguma discussão em Alcântara sobre negritude. Contudo, a questão quilombola em Alcântara, efetivamente, só foi iniciada com o debate sobre comunidades negras, promovida por Magno Cruz<sup>50</sup> sendo que os articuladores, em

<sup>50</sup> Magno José Cruz foi presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), participou da fundação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão e da Rádio Comunitária Conquista, destacando-se como ativo militante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), sobretudo na defesa do movimento negro, sendo apontado por alguns, como Silvio Bembem, que foi secretário adjunto da Igualdade Racial, como o maior líder contemporâneo da luta do movimento negro no Maranhão (informações extraídas do sítio:

Alcântara foram Sérvulo Borges e Benita do Cartório:

*[...] naquele período começava já a se falar sobre a questão de quilombo, mas ainda muito tímida, e Alcântara nem pensava nisso, nem falava disso, então foi a partir desse momento que o Borges entra no movimento, nesse tempo ele estava na Igreja [...] Então a partir daí começa algumas discussões a esse respeito, também eu não tava muito por dentro dessa história, quem começa essa história aqui, essa questão não de quilombo, mas das comunidades negras, nesse tempo se discutia negritude, não quilombola, foi a partir de Magno Cruz, essa conversa, então se discutia as comunidades negras existentes, quilombola não. Então eles tiveram essa articulação, eles chamam Magno Cruz, e começa essa conversa todinha, aparece a ACONERUQ [...] Borges também estava pelo meio e começam a discussão por Itamatatua [...] nos anos 90 [...]. **Então quem começa essa discussão é o Borges e dona Benita do cartório.** (Gregório Xavier Costa, grifo nosso).*

Neste ponto das entrevistas, observei que Sérvulo Borges e os sindicalistas adotaram perspectivas distintas quanto ao processo de resistência ocorrido após as remoções de 1986-1987. Para Borges, as resistências locais começaram a mudar a partir da inserção da discussão da territorialidade étnica:

*De 93 [1993] pra frente a gente começa uma nova etapa de diálogos de direitos em Alcântara que é quando entra com a **discussão do direito garantido na Constituição de 88 que é o direito dos quilombolas serem reconhecidos pelo Estado brasileiro [...]** aí que começa em Alcântara a questão étnica. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifos nossos).*

Neste ponto da entrevista Borges assumiu o protagonismo da discussão étnica em Alcântara. Segundo ele, até iniciar este debate a resistência era focada apenas no campesinato. Somente depois a questão étnica ganhou visibilidade, o resgate da discussão sobre a identidade negra e quilombola, culminou com a luta pelo reconhecimento dos territórios dos remanescentes de quilombo no município de Alcântara:

*Até então, não tinha a história como uma questão de resistência, a resistência aqui foi pelos 35 ha, foi garantir o campesinato, essa foi a luta, quilombola, resistência por quilombola, reconhecimento como quilombola, reconhecimento como remanescente, só se dará a partir de 1993. **É a partir daí que a gente começa a fazer um trabalho, sabe, que a gente vai para as comunidades que a gente começa a fazer um resgate, pra escutar o grilhões, escutar os mais velhos. [...]** Quem iniciou isso tudo fui eu! (Sérvulo de Jesus*

Moraes Borges, grifos nossos).

Na cronologia de Borges o marco inicial da resistência quilombola foi a transmissão de Magno Cruz pelo rádio, em maio de 1993, quando se ouviu pela primeira vez falar-se de comunidade negra quilombola. Ressaltou que, após participar da Festa de São Benedito em Cururupu, em setembro de 1993, passou a ter contato com várias lideranças negras. No mesmo ano, foi promovida uma festa em Itamatatua (Outubro/1993), em cumprimento da promessa de Frechal pela titulação obtida. Nesse evento foi articulada uma reunião com o Centro de Cultura Negra. Iniciava-se, então, a articulação para o resgate da identidade negra em Alcântara. Em 1994, foi realizada, na casa da D. Benita, a primeira reunião formal da articulação para o resgate da identidade quilombola.

Ao longo do restante da década de 1990, ocorreram outras reuniões, com a participação significativa das comunidades. Borges expôs sobre o papel que desempenhou naquele período:

*O que acontecia naquele período... era Borjão, era Borjão que faz esse movimento ... e eu ia para cima e eu ia para baixo, e chamava, e ia, e conversava com os companheiros 'é importante a participação, é importante participar, é importante dialogar, é importante a gente saber nossos direitos'. **Rapaz, eu fiz esse trabalho de formiguinha, às vezes eu fico ouvindo assim um sujeito, um monte de gente querendo ser pai da criança, mas eu fiz um trabalho de formiguinha [...] eu só vivia andando, ia pro interior, não tinha hora pra eu ir, pedia carro pro prefeito [...]. No início eu tive apoio da Igreja Católica, do Pe. Wilson, [...] do Prefeito José Wilson.[...]***

*Tem um momento [...] que não era mais necessário que tivesse alguém falando por nós. Nós nos organizamos, nós conhecemos os nossos direitos, nós queremos, sim, apoios, agora a gente não quer alguém que diga 'não, vocês tem que fazer assim', não! **Somos nós que temos que decidir a forma como a gente quer, e foi aí que a gente começou a ter essa postura que a gente começou a ofender uma série de iluminados que queriam a tutela. [...]** questão recente (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifos nossos).*

Na sua perspectiva, o processo de resistência em Alcântara ganhou novos contornos ao agregar a questão étnica, pois fortaleceu a luta pelo reconhecimento da identidade quilombola e a consequente titulação de terras adquiridas ancestralmente:

*O movimento dos trabalhadores rurais [...] sempre foi o movimento que aconteceu, e o movimento quilombola foi o movimento que vem*

*surgir a partir de 93 e que dá uma nova roupagem a essa luta, que agora não é só a questão de um campesinato lutando por 35 hectares ou lutando por políticas públicas por ter perdido seu território ou por ter perdido na lei aquilo que é de direito [...]. Então, une-se o útil ao agradável, agora são dois movimentos que estão ligados com as mesmas pessoas (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).*

O resgate da identidade étnica não contou inicialmente com a ajuda do STTR:

*O STTR só começa a entender a importância de discutir a questão étnica a partir de 2004 que foi num período que teve um conflito muito sério com o pessoal de Mamuna, uma série de acontecidos, aí eles começaram a entender a importância de estar. E quem forçou muito isso foi a Sociedade de Direitos Humanos, foi [...] Alfredo Wagner. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).*

Pude perceber durante as entrevistas aspectos polêmicos levantados por Borges em relação ao papel de liderança e protagonismo, entre o STTR e o MABE:

***Não, mas o sindicato que hoje é o chefe dessa luta', eu não vou dizer pra eles que não é, mas não é, cara! É você querer ser o pai da criança, mas não é! Vocês não faziam essa discussão, vocês só vieram para essa discussão, muito pelo contrário, faziam era criticar. Por isso que eu estou dizendo que movimento é uma caixinha de surpresa. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifo nosso)***

Deste impasse se pode concluir que desde a implantação da base espacial o STTR teve papel central junto aos movimentos de resistência. Com a criação do MABE este foi assumindo a articulação em torno da defesa da identidade étnica. Posteriormente, o sindicato reconheceu a importância do elemento étnico e também o adotou como instrumento na luta pelo direito à terra.

No seu relato, Borges destacou a função que passou a ser desempenhada pelo MABE, enfatizando o viés étnico que este adotou:

*Melhorar no aspecto da articulação para fora do município de Alcântara. Aí nós encabeçamos uma grande maratona para se buscar parceiros para dialogar, né, para se fortalecer através de conhecimentos essa luta, essa militância, essa cobrança de toda essa estrutura do Estado brasileiro que para nós é muito necessário para que as coisas pudessem acontecer, a questão dos direitos garantidos que isso não tava acontecendo, as políticas que foram prometidas quando da instalação da base, nada do que foi prometido foi cumprido. **Então o movimento, que não é um movimento de trabalhadores rurais, mas um movimento de questões étnicas, dos quilombolas, dos pretos, né, remanescentes de quilombo,***

***esse movimento ele começa a partir daí se articular para fora do município de Alcântara***(Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifo nosso).

Quanto às ações do MABE, o projeto do Consórcio Social da Juventude Quilombola foi o primeiro a ser articulado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Este projeto promoveu qualificação profissional de 455 jovens dos quilombos de Alcântara. Antes de encaminhar o projeto foi realizada uma audiência pública com aproximadamente 600 pessoas. “Eu sozinho saí nesses municípios e nos quilombos, articulando, consegui botar cerca de 600 pessoas dentro da Igreja do Carmo” (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).

As articulações do MABE, como estratégia de resistência, ganharam mais força com a participação nos eventos da Pan-Amazônia, em Belém /PA, e no terceiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS. Esses dois eventos ocorreram em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Lula. Em ambos foi possível estabelecer, articulações com instâncias nacionais e internacionais:

*Começamos então várias articulações, inclusive articulações para dentro do próprio governo federal, já que o governo é do PT, governo dos trabalhadores [...] então nós começamos a fazer essas articulações dentro dos ministérios, ajudados por quem? Pelas organizações que nós trouxemos como parceiras: o PÓLIS, o Cohre, a Sociedade de Direitos Humanos, o MST, fora as organizações, aí nós começamos então a fazer as articulações no sentido de nós termos acesso às políticas públicas, no sentido da gente [...] não apenas fortalecer, mas estabelecer o diálogo entre o movimento quilombola de Alcântara e governo federal.* (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).

Por meio destas articulações o MABE começou a acessar recursos e projetos necessários para viabilizar a mobilização para a resistência:

***A gente não sabia fazer projeto, a gente não sabia como chegar, então essas organizações começaram a nos ajudar.*** Em 2003 o professor Alfredo Wagner trouxe aqui em Alcântara um pessoal de uma organização alemã que começaram a financiar um recurso [...] a gente fazia um planejamento para usar esse recurso o ano inteiro, nos ajudou e muito a poder tá nas comunidades fazer nosso trabalho de mobilização. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifo nosso).

Assim, do ponto de vista das Políticas Públicas, tornou-se possível aos movimentos de resistência capitanearem recursos perante o Governo Federal por meio de projetos financiados pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela SEPPIR, pela Fundação Cultural Palmares, que

viabilizaram a realização de oficinas de mobilização para o fortalecimento da identidade étnica, o plano de gestão do território étnico de Alcântara e a criação da associação que receberá a titulação deste território.

As articulações também tiveram repercussão na reivindicação de direitos, como a realização da relatoria de autoria de Nelson Saule Jr. (que compôs o Relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional da Moradia Adequada e da ONU<sup>51</sup>), e na denúncia do Governo brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos<sup>52</sup>:

O relatório que nós fizemos para a OEA, a denúncia [...] conseguimos chegar na OEA, conseguimos chegar na ONU, isso tudo foram articulações que foram acontecendo a partir dessa inserção do MABE dentro desse cenário nacional, dentro dessas articulações que a gente fez. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).

O período compreendido entre 2003 a 2010 foi de intensa mobilização, embora o movimento tenha passado por fases. Várias oficinas foram realizadas pelo MABE em Alcântara entre 2004 e 2007, embora não seja possível precisar quantas reuniões e o número de participantes, pois na época não havia a preocupação com registros (ata, relatórios, etc). A partir de 2007 iniciou nas comunidades a discussão sobre a titulação dos territórios por meio de projetos de articulação: “o fortalecimento institucional da Associação do Território quilombola de Alcântara” e “formação das Comunidades para Gestão do Território Étnico”.

Esses projetos foram financiados pelo PNUD/ Ministério do Meio

---

<sup>51</sup>“No III Fórum Social Mundial, a denúncia por danos causados pelos impactos do Centro de Lançamento de Alcântara, MA, sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombos e Tradicionais foi apresentada publicamente por membros das comunidades, durante a oficina de trabalho realizada pelos Relatores (as) Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, em 26 de janeiro de 2003. Nesta ocasião foi aprovada a realização de uma missão no município, para investigar as situações dos direitos humanos dessas comunidades.” (ONU, 2003, p. 5).

<sup>52</sup>Em 17 de agosto de 2001, o Centro de Justiça Global, os representantes das Comunidades Samucangaua, Iririzal, Ladeira, Só Assim, Santa Maria, Canelatiua, Itapera e Mamuninha – todas integrantes do mesmo território étnico de Alcântara, Maranhão; a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN); a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), e a Global Exchange apresentaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos uma petição contra o Estado brasileiro. Esta petição denuncia a desestruturação sociocultural e a violação ao direito de propriedade e ao direito à terra ocupada pelas Comunidades tradicionais de Alcântara. Tal situação foi gerada pela instalação do “Centro de Lançamento de Alcântara” e pelo conseqüente processo de desapropriação que vem sendo executado pelo governo brasileiro naquela região, bem como pela omissão do Estado em conferir os títulos de propriedade definitiva para aquelas comunidades.

Ambiente/Secretaria de Agro extrativismo e Secretaria Especial Políticas Promoção Igualdade Racial SEPPIR, ambos foram executados pela Associação dos Moradores do Povoado de Aranhangua (AMPA).

Cabe salientar que, antes de publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), houve uma decisão do Juiz Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão (em setembro de 2006), que obrigou o INCRA a dar andamento e concluir, no prazo máximo de 180 dias, o processo administrativo de titulação da propriedade das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. Esse processo é composto pelas seguintes etapas: identificação, delimitação, demarcação, desintrusão e titulação, conforme dispõe o Decreto nº 4.487/2003.

Tal decisão motivou as comunidades quilombolas a se mobilizarem na defesa da titulação do território, definindo a forma de organização social para o recebimento do título<sup>53</sup>. Esta iniciativa contou com apoio da ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão), da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades de Quilombo) e do Ministério do Meio Ambiente.

Sob a coordenação do MABE e da Associação de Moradores de Aranhangua realizou-se em 2007 um curso de “Elaboração da metodologia das oficinas de consulta para a regularização do território étnico”, com a finalidade de as comunidades quilombolas discutirem a criação do instrumento jurídico necessário para o recebimento do título definitivo do território quilombola (PROJETO, 2007). A publicação no Diário Oficial da União, em 04 de novembro de 2008, do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do INCRA reconheceu os territórios étnicos de Alcântara, destinando 78,1 mil hectares para as comunidades quilombolas e 9,3 mil hectares para o CLA.

Entre 2009 e 2010 foi executado o Projeto de Formação das Comunidades para a Gestão do Território Étnico Quilombola de Alcântara (MA), sob coordenação da AMPA, do MABE e do STTR, financiado por meio de recursos do Projeto Brasil Quilombola, mantido pela Secretaria Especial de Políticas de

---

<sup>53</sup> Nos termos do Parágrafo único, Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005, que foi revogada pela Instrução Normativa n. 59 de 20 de outubro de 2009. O objetivo das normas é regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Promoção da Igualdade Racial.

**Quadro 2** - Cronograma de atividades realizadas, extraídas do relatório final do projeto (2009 e 2010).

15 e 16/12/2009	Oficina para definição da metodologia de mobilização das comunidades
17 e 18/12/2009	Oficina para elaborar e validar a metodologia do programa de formação
27 e 28/ 02/2010	Oficina do estatuto com os pólos de: Pavão, Barreiro, Oitua, Arenhengaua e Agrovila I.
06 e 07/03/2010	Oficina do estatuto com os polos de Peroba, Santa Maria, Itapuaua, Agrovila II e Canelatiua.
14 e 15/04/2010	1ª oficina com dirigentes
05/06/2010	1ª rodada de oficina de gestão com os pólos Canelatiua, Agrovila II, Peroba, Santa Maria e Itapuaua.
12/06/2010	1ª rodada de oficina de gestão com os polos: Barreiro, Oitua, Arenhengaua, Pavão e Agrovila I
16 e 17/06/2010	2ª oficina com dirigentes
31/07 e 01/08/2010	2ª rodada de oficina de gestão com os pólos Canelatiua, Agrovila II, Peroba, Santa Maria e Itapuaua.
14 e 15/08/2010	2ª rodada de oficina de gestão com os polos Barreiro, Oitua, Arenhengaua, Pavão e Agrovila I
30 e 31 /08/2010	3ª oficina com dirigentes
18/09/2010	Plenária final sobre o modelo de gestão
25/09/2010	Plenária final para deliberação do projeto do estatuto

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos do Projeto (RELATÓRIO, 2010)

Como se depreende da tabela acima, no processo de formação e mobilização das comunidades foram realizadas 37 (trinta e sete) oficinas de deliberação do estatuto e elaboração do modelo de gestão do território nas quais foram abordados os seguintes temas: garantia e permanência das comunidades quilombolas nas suas terras; etapas para o processo de titulação das terras; desapropriação das 312 famílias de comunidades que viviam no litoral para as chamadas agrovilas; identificação de famílias que ainda não estão inseridas no cadastro do INCRA e criação do Estatuto da Associação responsável pela gestão do território. (RELATÓRIO, 2010).

O processo de discussão envolveu a participação de aproximadamente 106 comunidades e 1.020 pessoas, com destaque para a Plenária do modelo de gestão que contou com a participação de 140 pessoas na plenária final para deliberação sobre o projeto do estatuto da Associação do Território Étnico

Quilombola de Alcântara (ATQUILA). A discussão do estatuto contou com a participação das lideranças comunitárias de aproximadamente 110 comunidades. (RELATÓRIO, 2010).

Essas articulações demandaram custos com alimentação, hospedagem, transporte, tendo em vista a distância e a dificuldade de acesso entre as comunidades. Compartilho da tese de que, no diálogo com o Estado, os movimentos sociais correm o risco de cooptação, porém, o financiamento estatal não significa, necessariamente, a perda da autonomia dos movimentos, ainda que tenham como órgãos articuladores setores do aparelho governamental (SEPP/IR, FCP, MMA, MDA, INCRA) com forte influência e poder decisório, os quais não estão isentos da disputa pela hegemonia com os movimentos sociais.

É reconhecido que a realização desses projetos, em parceria, permitiram a formação de lideranças numa dimensão ativa e crítica, contribuindo para o fortalecimento da identidade étnica. Deve ser ressaltado ainda que as parcerias possibilitaram uma atuação mais consciente dos movimentos sociais na defesa da integralidade dos territórios étnicos, o que resultou no recuo do empreendimento quanto às tentativas de expansão do projeto espacial<sup>54</sup> que não lograram êxito diante das resistências das comunidades locais.

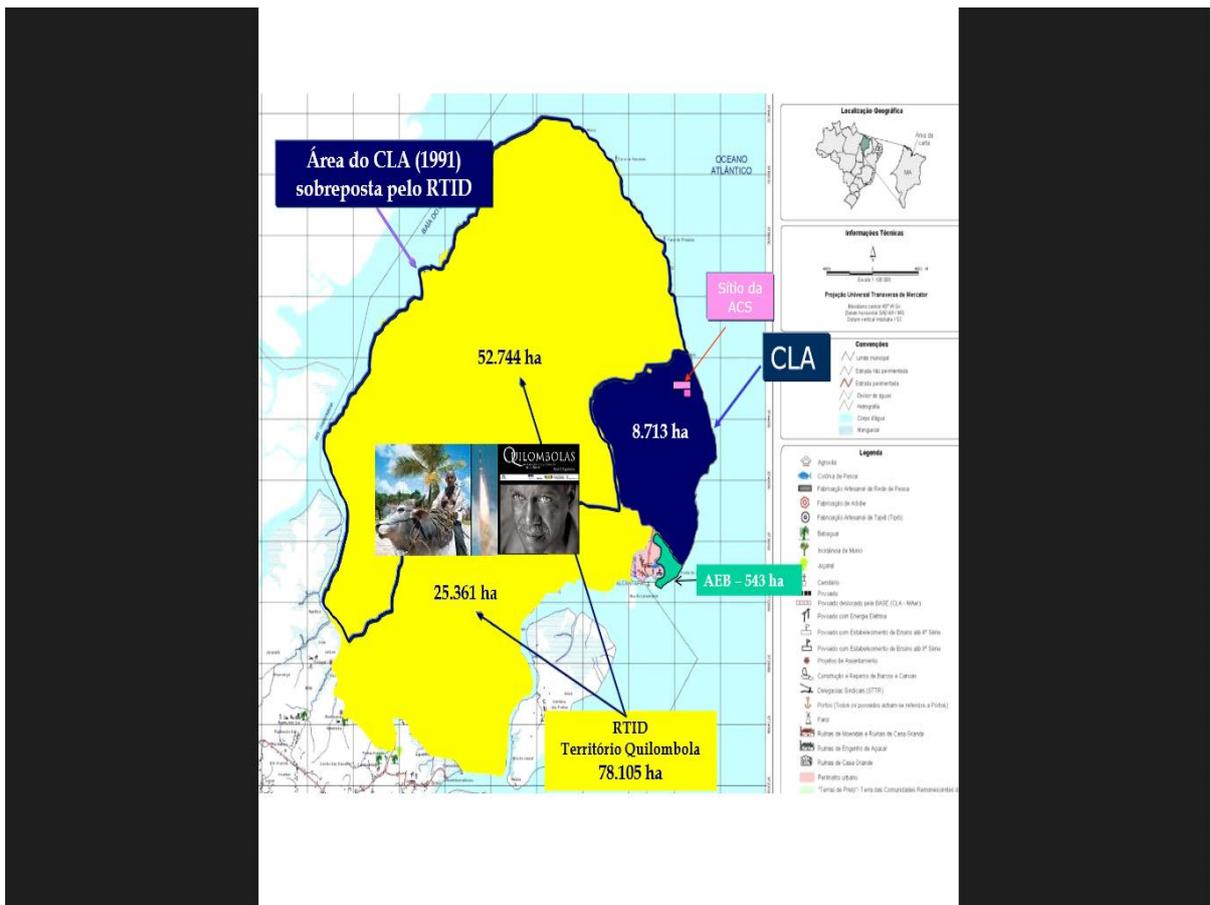
---

<sup>54</sup> Apesar de nenhum dos entrevistados fazer menção a esse fato, no ano de 1997 houve o anúncio de novos deslocamentos pela INFRAERO, conforme consta do laudo antropológico do Professor Alfredo Wagner: "Em 1997, sem que fosse realizada qualquer avaliação dos resultados de seu "Plano de Reassentamento" e a despeito de a base não ter sequer licenciamento ambiental, foram anunciados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, Infraero12, novos deslocamentos de famílias. Nesse mesmo ano, foi aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito o "Plano de Preservação da Cidade de Alcântara", através da Lei nº 224, de 10 de outubro de 1997, com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, definindo usos e ocupações do perímetro urbano. A delimitação de zonas de "preservação rigorosa" defronta-se com a expansão da ocupação provocada pelo crescimento da migração dos povoados para a sede do município, gerando tensões entre os ocupantes e o Iphan. Ainda nesse ano, a Fundação Cultural Palmares, atendendo ao pleito das famílias atingidas, autorizara os levantamentos preliminares para identificação das comunidades remanescentes de quilombo, consoante o Art. 68 do ADCT. Em 1998, o Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão divulgou os primeiros resultados dos mencionados levantamentos que assinalaram 26 povoados compreendidos por essas comunidades e alertavam para dezenas de outros povoados em situação similar. **A este tempo, já havia explícita recusa das famílias atingidas em aceitar novos deslocamentos**" (ALMEIDA, 2006, p.55, grifos nossos). O laudo ainda demonstra os quantitativos de famílias previstas para serem deslocadas: "Relatório referente à preparação da população alvo da área de transferência e assentamento III - Meta 1", Infraero-CLA, 05 de novembro de 1998. Esse documento dá sequência às medidas de deslocamentos compulsórios, distinguindo as chamadas "áreas de transferência", que perfazem 152 famílias, daquelas de "assentamento", que afetam 103 famílias, num total de 255 famílias atingidas, correspondendo a 908 pessoas" (ALMEIDA, 2006, p. 188).

Entretanto, persiste a ameaça à integridade dos territórios étnicos, devido à reformulação do projeto espacial brasileiro prevendo a expansão capitaneada pela empresa Alcântara Cyclone Space (binacional Brasil-Ucrânia), por meio da construção de um sítio de lançamento de caráter mercantil, e pela Agência Espacial Brasileira que planeja novas parcerias comerciais, com implicações quanto a construção de outros sítios de lançamento.

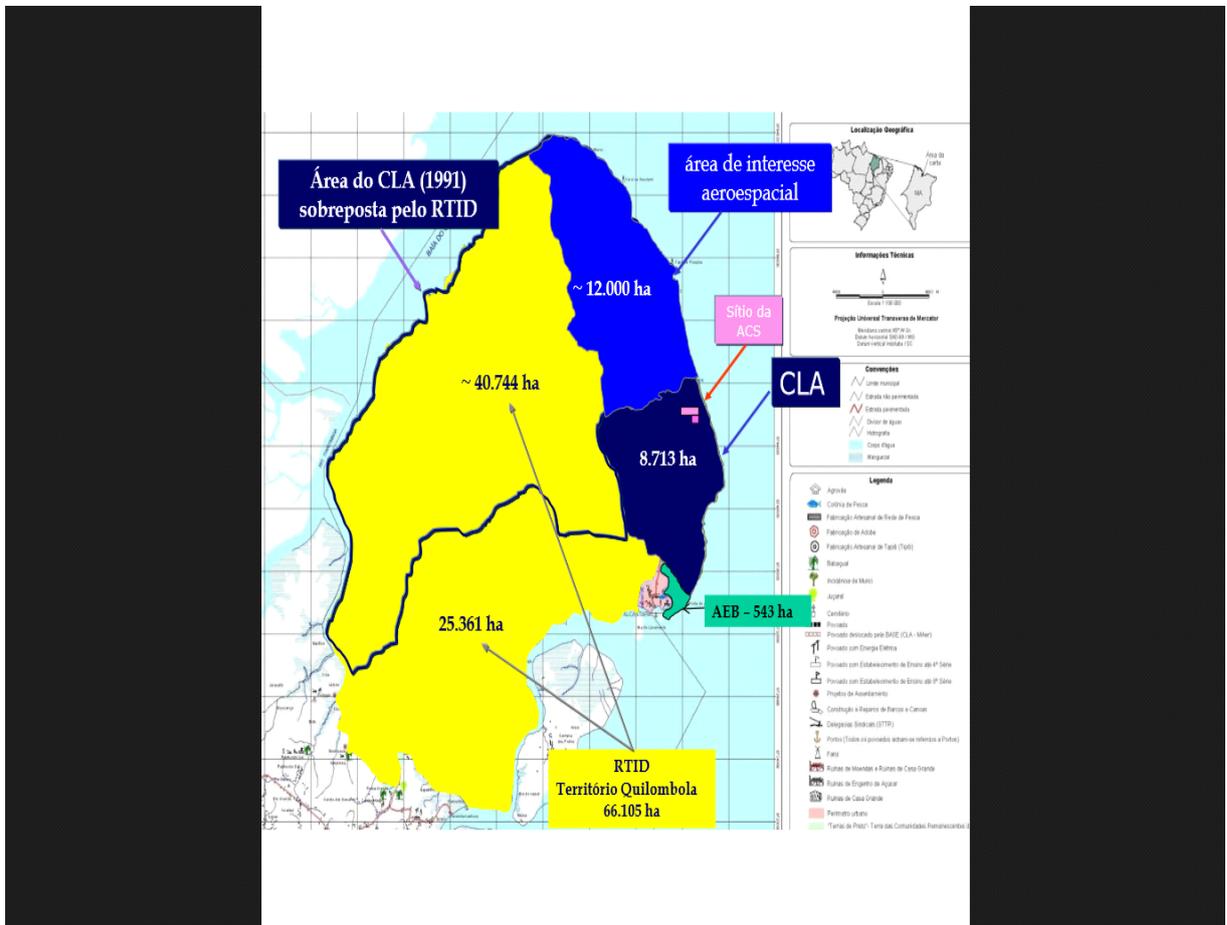
Os mapas abaixo permitem melhor visualização dos territórios étnicos, principalmente identificar e comparar a área reconhecida pelo RTID e as áreas pretendidas para a expansão do projeto espacial.

**Figura 1** – Mapa Territórios étnicos de Alcântara, segundo o RTID.



Fonte: PROPOSTA COMAER-CCAF/AGU

**Figura 2** – Mapa Territórios étnicos de Alcântara diminuídos em 12 ha, atendendo interesses do projeto espacial.



Fonte: PROPOSTA COMAER-CCAF/AGU

Apesar disso, houve o reconhecimento e a delimitação dos territórios étnicos de Alcântara em 78.105, 3466 ha (setenta e oito mil, cento e cinco hectares, trinta e quatro ares e sessenta e seis centiares). Contudo, o RTID (publicado em novembro de 2008) foi questionado pelo Gabinete de Segurança Institucional<sup>55</sup>, por entender que tal dimensão inviabiliza a expansão do projeto espacial brasileiro na

<sup>55</sup> “No mês de abril de 2010, o Ministério da Defesa e a Aeronáutica também apresentaram contestações ao RTID, requerendo a suspensão do processo de titulação e que o caso fosse levado à Câmara de Conciliação da AGU. Assim, foi instaurado o Procedimento de Conciliação nº 00400.004866/2008-42, para tratar da controvérsia jurídica conforme previsão no art. 16 da IN INCRA 57/2009 (que regulamenta o procedimento de titulação de territórios quilombolas dentro da autarquia federal). Para ampliação do Programa Nacional de Atividades Espaciais, o Governo Federal pleiteia uma área de 12 mil hectares no litoral do município (área dentro do RTID publicado pelo INCRA), acarretando num deslocamento de cerca de 2.700 famílias” (PAIXÃO, 2011).

nova concepção do Centro Espacial de Alcântara.

A proposta do empreendimento era a diminuição da área reconhecida, para dar espaço à construção de novos sítios de lançamento, avanço que acarretaria novos impactos aos direitos das comunidades quilombolas. Esta controvérsia se tornou objeto de discussão na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União (CCAF/AGU)<sup>56</sup> e devido a tal pendência ainda não foi promovida a titulação dos territórios.

### 3.3 As ameaças de expansão do projeto espacial

A nova concepção do Centro Espacial de Alcântara foi apresentada à comunidade alcantareense em 2005 por meio do Grupo Executivo Interministerial – GEI, demarcando a perspectiva de expansão, construção de sítios comerciais e necessidade de deslocamentos:

Levando em consideração que o mercado global comercial de serviços de lançamento de satélites deverá movimentar, entre 2005 e 2014, US\$ 13,7 bilhões dos quais 35% já estão contratados, deixando assim um mercado em aberto, de no mínimo, de US\$ 8,9 bilhões, podendo chegar a US\$ 11,3 bilhões, estudos apontam que o Brasil pode se transformar em um importante ator nesse nicho.

No entanto, para tornar o país apto a desenvolver estas atividades, o Governo Brasileiro desenhou uma nova configuração de centro de lançamento, em área contígua ao CLA, com uma concepção ampliada, inovadora e diferenciada daquele atualmente existente. Esse novo desenho abrange um centro tecnológico com áreas institucional, industrial, científica, educacional, ambiental, de turismo espacial e ecológico e de preservação e estudos antropológicos, além de sítios de lançamentos binacionais, de forma a transformar a região em um polo de desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Para a **nova concepção do Centro Espacial de Alcântara (CEA)**, foram estabelecidos as seguintes premissas principais:

- **Constituição de um complexo de lançamento competitivo e dentro de padrões internacionais, voltado para a exploração de serviços de lançamento comerciais, com características eminentemente civis** e com possibilidade de visitação pública [...]

Na definição dos polígonos que delimitarão os futuros sítios comerciais de lançamento, localizados na área de expansão, deverão ser preservadas e mantidas em suas localidades as populações das grandes comunidades, **ressalvando-se aqueles núcleos de famílias distantes e isoladas dessas comunidades**

---

<sup>56</sup> Compõem a CCAF, além do GSI, o MD, a AEB, o MCT, a FCP, o IBAMA, o IPHAN, o INCRA, o MDA, o MMA e a SEPPIR.

**maiores, que, por razões de segurança, deverão ser deslocados para outra área, mediante ação indenizatória.** Na demarcação desses sítios, serão garantido também o acesso das comunidades aos recursos naturais, inclusive ao mar, como forma de preservar a tradição e cultura local das comunidades remanescentes de quilombos.

**Dentro dessa configuração, a área de 20.000 hectares, inicialmente desapropriada para constituir a infraestrutura operacional e de apoio, não deverá exceder a aproximadamente 16.000 hectares, devendo o restante da área desapropriada (46.000 ha), de um total de 62.000 hectares, ser restituído ao município, para compor o território das comunidades remanescentes de quilombos (GEI, 2005, p. 32/35, grifos nossos).**

O trabalho de Pereira Júnior (2009) apresenta com riqueza de detalhes a sobreposição dos mapas com a proposta de expansão do projeto espacial, a localização dos novos sítios de lançamento, e os compara com mapas que localizam as comunidades quilombolas atingidas demonstrando os impactos da pretendida expansão.

Cumprе ressaltar-se que, em 2005, representantes das comunidades quilombolas de Alcântara entregaram um documento à Casa Civil com reivindicações sobre os Projetos da Agência Espacial Brasileira. Neste documento enfatizavam a não aceitação de novos deslocamentos da área de expansão do empreendimento. Na “Carta de Alcântara”, de agosto de 2006 os movimentos de resistência manifestaram a sua posição:

As comunidades, movimentos e entidades que assinam este documento querem tornar público seu repúdio à forma desrespeitosa e antiética com que o Governo Federal, representado pelo Subgrupo do GEI, tem levado adiante a negociação, permitindo continuadas violações e a progressiva ocupação do território étnico quilombola de Alcântara. (CARTA, 2006).

Segundo o presidente do STR, quando a empresa Alcântara Cyclone Space começou a realizar obras dentro dos territórios étnicos, além da articulação local dos movimentos de resistência, o próprio sindicato obteve uma decisão judicial, a qual determinava a suspensão dos trabalhos da Alcântara Cyclone Space - ACS, impedindo-lhe a expansão:

*Tivemos aí também que fechar a estrada de Mamuna quando isso aconteceu, quando as máquinas invadiram a comunidade Baracatatiua para construir o novo sítio [...] nós tivemos que fechar junto o sindicato, o MABE, a igreja, comunidades, **tivemos que fechar e impedimos, e entrar na justiça e conseguimos ganhar a liminar onde foi suspenso esse trabalho. Hoje pra nossa***

***felicidade nós conseguimos jogar a Cyclone Space pra dentro do centro de lançamento, ela não se expandiu na área onde ela queria.*** (Antonio Marcos Pinho Diniz, grifos nossos).

Borges também participou desse processo e relatou:

*[...] Aí nós fomos para a resistência. Eles insistiram em ficar cooptando a comunidade e em determinado momento eles começaram a fazer esse estudo de impacto ambiental metendo máquina, [...], em 2006, metendo máquina dentro dessa área de Mamuna e Baracatatiua. E aí o pessoal nos ligou a aí fomos pra lá e montamos uma barricada, fechamos a estrada, nos articulamos com as organizações de apoio. E aí colocamos um pessoal pra vigiar, não entra, ninguém sai, ninguém entra, e isso deu um parangolé doido, o governo veio [...] e recuou. [...]*

***Com isso conseguimos que o governo recuasse para dentro da área que eles já tinham sobre domínio deles [...] não avançaram.*** *Então nós tivemos muitas políticas, nós, que nós estamos recebendo hoje que é fruto de toda uma estratégia de luta que foi montada (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, grifos nossos).*

A resistência das comunidades também foi objeto da pesquisa de Pereira Júnior (2009, p. 59):

Diante de tantos abusos e desrespeito por parte da ACS/AEB, que não se retirou do território das comunidades remanescentes de quilombos nem mesmo depois de ser multada por crime contra o meio ambiente pelo IBAMA, as famílias das comunidades de Brito, e principalmente Mamuna, que têm sido as mais prejudicadas - já que mais de 90% dos desmatamentos foram feitos em suas terras - se viram forçadas a tomar medidas para proteger as terras que tradicionalmente ocupam seus lugares habituais de moradia e frear a devastação. As principais medidas adotadas foram: entupir as picadas, seja nos caminhos, seja nas áreas de capoeiras e de roças, instituir vigilância na estrada que leva à área, visando controlar o acesso às comunidades de Baracatatiua e Mamuna, e ainda: arrancar piquetes, proibir acesso de carros, máquinas, equipamentos e pessoas estranhas às comunidades.

Essas articulações contaram também com o apoio do Ministério Público Federal. Este denunciou os fatos ocorridos, conseguindo obter decisão judicial favorável no sentido de impedir-se a realização de qualquer ato dentro dos territórios étnicos:

A empresa *AlcantaraCyclone Space*, em conjunto com a Agência Especial Brasileira, visando a implantação do sítio de lançamento do veículo espacial "Cyclone4", deu início a uma série de estudos, prospecções, demarcações e obras de pré-engenharia, com impacto na posse das comunidades quilombolas visando a viabilizar o início das obras necessárias ao empreendimento, através da Fundação de Aplicações de tecnologia Críticas- ATECH. A conduta das requeridas, [ressalta-se] iniciadas antes da conclusão do processo de

identificação, delimitação e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombo mencionadas na Ação Civil Pública principal [n. 2003-37.00.008868-2], ameaça parcialmente a integridade do território étnico que se pretende assegurar na forma do art. 68 do ADCT da CF/88, objeto da lide em andamento, inovando a situação do fato *sub judice*. (BRASIL, 2008).

Esse processo de luta é também ressaltado por Martins (2009, p. 07/08):

Passados vinte e oito anos da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara assiste-se a uma sofisticação nas estratégias de imposição de um modelo de suposto desenvolvimento tecnológico. Esse modelo repete os mesmos erros cometidos em 1986 e 1987 no período dos remanejamentos compulsórios de famílias quilombolas para implantação do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara. [...] A diferença é que no momento há processos judiciais em andamento e estão constituídos movimentos sociais que reivindicam o território como quilombola, a exemplo do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE); o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR); o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara (MOMTRA) e da Associação dos Moradores do Povoado Arenhengaua (AMPA). Ou seja, os equívocos de setores do poder público em articulação com a iniciativa privada são os mesmos no período ditatorial e agora, entretanto, a percepção dos erros e danos, pelos quilombolas e por outros segmentos da sociedade, se alterou.

Em março de 2009, após a decisão em caráter liminar, houve mais uma vitória da resistência quilombola no âmbito do Poder Judiciário (mediante acordo judicial), com o reconhecimento dos direitos territoriais étnicos e a consequente restrição das atividades da ACS, alterando-se o planejamento inicial de instalação da empresa.

**06/03/2009:** é realizada uma Audiência de Conciliação (Requerente: Ministério Público Federal – Processo No. 2003.37.00.008868-2), promovida pelo MM. Juiz da 5ª Vara Federal do Maranhão, Dr. José Carlos do Vale Madeira, na qual a ACS reconhece formalmente os direitos territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara, restringindo as atividades do Projeto Cyclone-4 ao território do CLA, uma área de 462 hectares destinados às atividades espaciais (BRASIL, 2010).

Existiu por parte Empresa Alcântara Cyclone Space, segundo nos expôs o senhor Gregório, o projeto de retirar uma comunidade para utilização de parte da área de 9 mil hectares para expansão do Programa Espacial Brasileiro:

*Olha, a gente acredita porque o impasse, aquilo que eles sempre falavam, vocês não têm esse território ainda indefinido, vocês não tem o território repassado para as comunidades, porque tem esse*

*impasse entre essa área do 9 mil hectares e essas famílias que lá estão. Porque eles fizeram um levantamento dizendo que essa área não tinha morador, era área limpa [...] **isso a partir de 2010/2011, por aí assim, agora recente** com a chegada da Cyclone Space. **Aí eles fizeram o seguinte, eles iam nas comunidades para entrevistar as pessoas, mas só aquelas pessoas mais velhas que tinham sido lá no começo dos anos 1980, né, identificadas. Então o quê que aconteceria, eles chegavam lá “cadê Fulano, Sicrano, Beltrano?” “Fulano morreu, Sicrano morreu”. Então o que eles vêm apresentar, provar que não tinha gente nesses locais. Aí nós dissemos, “não!”, não é desse jeito que a gente quer, a gente vai fazer o levantamento. E aí o sindicato fez o levantamento de toda área, tipo um senso, nós saía dois a dois para cada povoado e aí descobrimos quantas famílias tinha e quantas pessoas moravam na família. O que tem é isso aqui [...] porque era o caso deles, “ah não tem gente, então, o pouco que tem manda embora”, “não”. Aí as comunidades ficaram meio lá meio cá, como o que tinha acontecido com as outras, aí depois definiram “nós não vamos mais sentar para conversar com vocês”. As comunidades foram orientadas para isso. “Nós não vamos mais conversar com vocês, a hora que vocês quiserem marcar uma reunião, avisa a gente, pra gente avisar o sindicato, pra gente sentar junto”. Aí eles ficaram muito chateados, zangados, mas enfim, a gente fez esse trabalho, esse levantamento de quantas famílias tem, quantas pessoas moram, para mostrar que não era isso que os militares estavam dizendo, estavam fazendo uma coisa totalmente ao contrário.*** (Gregório Xavier Costa, grifos nosso).

Ressaltou que, se não houvesse organização a situação estaria bem pior, inclusive com novos deslocamentos. Na opinião do secretário de articulação política do STTR:

*Se não houvesse essa articulação seria muito pior, porque, assim, desde 1986 que eles fizeram esse deslocamento, eles vêm tentando, tentando, tentando e não vêm conseguindo, porquê, porque tem essas articulações, aqui e ali meche com quem, com quem, com o próprio governo, como é que isso vai acontecer, fica sempre parando, nesse impasse, se não tivesse essa articulação já tinha relocado muita gente, já tinha sido um “saboieiro danado aí.”* (Gregório Xavier Costa).

O presidente do sindicato destacou o descumprimento do acordo realizado em 1983 asseverando que o impedimento de novos deslocamentos se deveu à resistência dos movimentos:

*Infelizmente o acordo feito pela Aeronáutica em 83, registrado em cartório, isso não foi cumprido como a gente esperava, né, não foi cumprido alguns itens que estavam naquele acordo. **Enquanto a gente dizia que não ia mais se remanejado só não fomos mais remanejados, nenhuma outra comunidade por resistência da luta, senão hoje não existia Mamuna, não existia Baracatiua, não existia Canelatiua, todos lá tinham sido remanejados. Mas***

***isso é uma resistência muito grande e é por isso que eu digo, a partir de 99 tem uma visão diferente de se trabalhar como movimento e isso nos garantiu o direito de permanecerem essas comunidades até hoje, graças à nossa luta.*** (Antonio Marcos Pinho Diniz, grifos nosso).

O senhor Gregório também informou sobre outras articulações em defesa do território. Destacou a organização para o recebimento da titulação dos territórios étnicos. Afirmou que a retomada para a fundação da ATQUILA conta com financiamento já garantido pelo INCRA para promover assembleias de leitura e aprovação do estatuto, eleição da diretoria e para o devido registro em cartório do estatuto possibilitando, assim, a criação e o funcionamento da associação. Enfatiza-se que após a ATEQUILA será um instrumento não apenas para o recebimento da titulação como também para a gestão dos territórios étnicos<sup>57</sup>.

Uma das mais recentes mobilizações em prol da luta pela titulação se concretizou no “II Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara: pela garantia do território e o fortalecimento da identidade étnica das comunidades quilombolas”, realizado em setembro de 2011, pelo STTR e MABE.

O seminário contou com significativa participação das comunidades quilombolas, além da presença de representantes do Governo Federal, estadual, Ministério Público e academia<sup>58</sup>. Este seminário não conseguiu alcançar os objetivos pretendidos, conforme avaliação do atual presidente do sindicato:

*Esse seminário de 2011, que foi o último seminário que a gente fez quase não resultou em nada porque a ideia do seminário seria que saísse com um documento, que também possibilitasse algumas questões pro território. Infelizmente foi um seminário que aconteceu porque aconteceu mas ele quase não tem resultado em nada* (Antonio Marcos Pinho Diniz).

Após a realização do II Seminário, os próprios movimentos reconheceram certa desarticulação. No entanto, é percebido pelos representantes dos movimentos sociais que, após o acordo judicial (que determinou a instalação da empresa ACS

<sup>57</sup> As informações prestadas pelo Gregório em novembro de 2013 foram reforçadas pelo presidente do STTR, Sr. Marcos, em agosto de 2014, ainda sem uma previsão certa de quando seriam realizadas as atividades previstas para concluir o processo de criação da ATEQUILA.

<sup>58</sup> Destaque-se que a representante da SEPPIR, Sra. Ivonete, Secretária de Promoção de Políticas às Comunidades Tradicionais, quando se apresentou fez questão de ressaltar que é quilombola da comunidade de Barra Vermelha, do município de Restinga Seca – RS, fato que demonstra a ocupação de setores do aparelho governamental por frações de classe não dominantes. No mesmo sentido, os representantes da FCP e da SEIR eram militantes do movimento negro.

dentro da área do CLA e vedando qualquer expansão ou intervenção no território étnico), as ameaças iminentes cessaram, em que pese a controvérsia sobre o RTID na Câmara de Conciliação.

Com a eclosão de conflitos fundiários dentro dos próprios territórios étnicos foi reforçada a rearticulação dos movimentos de resistência e um dos conflitos de maiores proporções envolve um particular, que comprou terras dentro dos territórios de Tiquarana (na década de 1970) e pretende desenvolver um projeto chamado “Nova Alcântara”.

O presidente do sindicato expôs as dimensões desse problema:

*Essa questão da Tiquara a gente fala dela agora, mas ela vem faz tempo [...] que avançou, que cada vez mais vai avançando.*

***Nós temos aí o problema com a comunidade de Tiquara, aonde o companheiro lá se diz que é dono da terra e queria expulsar todo mundo de lá. Nós temos um problema na própria comunidade de MArudá [...] outros e outros problemas que isso tem afetando, mas isso por irresponsabilidade do próprio governo, porque a hora que a gente tivesse resolvido essa situação do território, eu acredito que essas situações de alguém que se diz dono de terras deveria já devia ser desapropriado, já devia ser indenizado pelo INCRA, enquanto isso não acontecer vai tá acontecendo esses problemas que a gente tem resolvido pouco a pouco (Antonio Marcos Pinho Diniz, grifos nossos).***

Algumas tentativas de execução de projetos planejados para as comunidades, sem a devida consulta prévia, também têm gerado novos conflitos, como é o caso dos projetos de construção de um atracadouro<sup>59</sup> e de uma usina de reciclagem, esta última localizada a 12 metros do poço artesiano da comunidade para receber o empreendimento proposto pela ACS.

Esse impasse foi resolvido com a intervenção do Ministério Público, como relatou o presidente do sindicato:

*Vem nesse mesmo período a questão desse entrave da Usina de reciclagem, que também tá nesse contexto aí da gestão do governo passado que entendia que tinha que ser lá, mas isso sem discutir com a base, sem discutir com a comunidade, nós conseguimos isso com o Ministério Público, o Ministério Público manda uma equipe pra fiscalizar o local, fazer um laudo ambiental, por uma equipe mandada pelo Ministério Público, aonde provou que lá existe uma nascente de rio e tá próximo da comunidade. Então o Ministério Público fez com que eles suspendessem os trabalhos porque eles já estavam pra*

<sup>59</sup>O projeto de construção do atracadouro de cargas também foi alvo das resistências quilombolas, principalmente diante dos impactos da obra para as comunidades quilombolas de Espera e Cajueiro, pois a estrada de acesso ao atracadouro de cargas seria construída entre as duas comunidades.

*construir, então foi suspenso [...] porque nós entendemos que lá onde queriam construir fica próximo da comunidade é aonde a comunidade há possibilidade de avançar no crescimento da comunidade é nesse local e por uma outra questão que a comunidade coloca, que lá é uma nascente (Antonio Marcos Pinho Diniz, grifos nossos).*

### 3.4 As novas dimensões do conflito

Apesar da desarticulação que perpassa as diferentes fases dos movimentos (ao se relacionarem o com o Estado), o acesso a Políticas Públicas se constitui uma das conquistas importantes para as comunidades quilombolas de Alcântara. Outras demandas mais específicas surgem nas localidades, a exemplo de Políticas Públicas para a produção agrícola e de construção de moradias direcionadas aos quilombolas.

Walmir Rabelo, presidente da ATTAQUINAF, assim analisou o papel das associações como instrumento de luta das comunidades:

*Nós já vínhamos discutindo, mas em 2005 foi que nós nos organizamos mesmo, com a associação. A gente entendeu que nós precisávamos de um instrumento, um instrumento de luta, não bastava o MABE, não bastava o Sindicato, nós tinha que ter uma coisa nossa, local, que o sindicato seria mais abrangente para todas as comunidades, o MABE também, não, nós precisava de uma coisa mais específica da comunidade. Então, assim, aí nós criamos a associação que trabalha em torno do município, inclusive a gente tem o papel de articular as políticas e direcionar as associações, as outras. [...] a nossa associação seria não uma associação pioneira, mas uma associação matriz, é como se ela fosse uma federação, uma organização maior que agrega as outras, então ela tem o papel de articular políticas e dividir para as outras associações, também discutir, criar meios, trabalhar a legalização das outras comunidades, como nós temos feito tem outras comunidades que precisam organizar associação (Walmir Gomes Rabelo).*

O presidente Walmir Rabelo, destacou a facilidade de acessar Políticas Públicas voltadas para quilombolas em Alcântara e a necessidade da criação das associações:

*Alcântara hoje, depois do trabalho que Borges fez, já há muitos anos e depois que o Lula ganhou a eleição facilitou muito, né, essas políticas públicas para os quilombolas [...] diante da base espacial e diante do celeiro que é de quilombola, então foi muito fácil, não é tão difícil buscar essas políticas públicas para Alcântara. E como nos organizamos? Aqui em Alcântara nos organizamos, aqui*

*precisamente em Santa Maria em 2005 nos organizamos a gente tinha dificuldade pra tá acessando essas políticas, aí surgiu a ideia de criar-se uma associação de quilombola pra buscar essas políticas. [...] No dia 12 de fevereiro 2005 nós fizemos a primeira reunião para a discutirmos a criação de uma entidade que buscasse juridicamente essas políticas, aí nós criamos a associação. [...] Hoje na verdade é mais fácil buscar projeto que é voltado para quilombola [...] Hoje Alcântara é muito fácil, assim, acho que devido a questão ter ficado muito claro esta questão do quilombola, o governo federal priorizou muitas políticas públicas para os quilombolas, então o município que não adere isso ele se sente atrasado (Walmir Gomes Rabelo).*

Fez questão de pontuar que se, atualmente, existem Políticas Públicas para os quilombolas isso se deveu à luta:

*Resultado de muita luta, né, [...] e na verdade Alcântara nem sabia, nem conhecia essa questão de quilombola, na verdade a primeira pessoa em Alcântara que começou essa discussão foi Borges, na verdade o governo federal não disponibilizou essas políticas porque ele fosse bonzinho, no meu entendimento foi resultado de muita conquista, de muita luta. Fomos muitas vezes pra Brasília, reunimos com o governo, reunimos com vários setores do governo desde a época de Fernando Henrique, e era muito difícil então hoje, com o governo Lula, que é um governo muito popular, depois de muita conferência, depois de muita discussão, hoje, assim, Alcântara ela tá mais clara a questão das políticas, principalmente para os quilombolas (Walmir Gomes Rabelo).*

O presidente da associação alertou que muitos se beneficiam indevidamente:

*Hoje tem muita gente que não é quilombola que se diz ser quilombola. No início, quando começou a discussão dos quilombolas, ninguém queria ser quilombola. Hoje muita gente que não é quilombola, mas devido às políticas públicas que é para os quilombolas, muita gente quer ser quilombola, nem é e diz que é. Por exemplo, a ex-prefeita de Alcântara, Heloísa [Leitão] se dizia quilombola, sem ser [...] para acessar as políticas públicas dos quilombolas (Walmir Gomes Rabelo).*

Conjuntamente com outras associações parceiras, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Alcântara na Agricultura Familiar (ATTAQUINAF) estão conseguindo acessar diversas políticas, algumas específicas para quilombolas, a exemplo de Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação na Escola, Programa Nacional de Agricultura

Familiar e Programa de Habitação Rural.

Segundo dados apresentados pelo próprio Walmir Rabelo, foram somente pelo Programa de Aquisição de Alimentos, que incentiva a produção<sup>60</sup>, são beneficiadas cerca de 660 famílias de 10 comunidades, a saber, Santa Maria, Terra Mole, Tauaú, Novo Belém, São Raimundo, Goiabal; Tubarão, Manival, Rio Grande, Ilha do Cajual. No que se refere às políticas de construção de moradias está prevista a construção de 600 unidades (70 só em Santa Maria), e 50 unidades já estão em fase de construção. Após explanar sobre o acesso às políticas afirmou:

***Eu acredito que essa questão ficou mais fortalecida, tanto a questão quilombola quanto a questão da agricultura familiar, os jovens que muitas vezes não tinham opção, muitos jovens da região iam daqui para São Luís, não vou dizer que não vai mais, vai, mas diminuiu muito, o êxodo rural diminuiu muito com isso. [...] Uma forma de resistir é produzir, acho que a melhor forma de resistir é produzir, pra mim é isso, não só resistir e ficar parado sem fazer nada.*** (Walmir Gomes Rabelo, grifos nossos).

Podem ser verificadas diversas expressões da resistência quilombola em Alcântara (organizadas pelo STTR, MABE ou Associações) no sentido de impedir intervenções nos territórios, sendo expressivos exemplos as barricadas e as ações articuladas para acionar instâncias internacionais de direitos humanos. Existe uma consciência da identidade étnica, que caracteriza atualmente as comunidades negras de Alcântara afirmou Borges:

*Hoje se tu sair de Alcântara e for lá no final da linha o pessoal vai dizer ' não, aqui é área quilombola [...] hoje ninguém chega aqui e diz 'eu vou meter a cerca aqui', duvido [...] isso aqui é nosso, nosso direito, tem a certificação, tem o mapa, são três territórios quilombola em Alcântara, não tem área para especulação (Itamatatua, Cajual, Territórios Étnicos)* (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).

Percebe-se que a questão da identidade étnica pautada nos territórios se constitui um elemento primordial para que os movimentos de resistência quilombola não se desarticulem. O fato de estar suspensa qualquer intervenção nos territórios por decisão judicial não significa solução definitiva, pois enquanto o RTID estiver em discussão na Câmara de Conciliação esta situação poderá ser alterada. *In Verbis*:

---

<sup>60</sup> Segundo Walmir Rabelo, dentre outras culturas, produzem melancia, milho, banana, feijão, quiabo, maxixe, pimentão e pimentinha.

PARTE DA PROVA PRODUZIDA INDICA QUE AS TERRAS OCUPADAS POR QUILOMBOLAS (OU PARTE DELAS) ESTÃO SOBREPOSTAS À ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL NO PERÍMETRO EM QUE INSTALADO O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA, NESTE ESTADO. O RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DEMARCAÇÃO - RTID REFERENTE A ESSAS COMUNIDADES - CUJO DESFECHO PODE, EM TESE, SER PELO NÃO RECONHECIMENTO DA ÁREA COMO TERRA OCUPADA POR REMANESCENTE DE QUILOMBO (INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA 49/2009, ART. 11, P. 4º) - NÃO FOI AINDA CONCLUÍDO EM RAZÃO DA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO NA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL - CCAF. OCORRE QUE, À VISTA DAS IMPORTANTÍSSIMAS CONSEQUÊNCIAS QUE PODERIAM ADVIR SE ACOLHIDA A PRETENSÃO DE NÃO RETIRAR DA ÁREA AS FAMÍLIAS INTEGRANTES DAS COMUNIDADES DIRETAMENTE AFETADAS PELO PROJETO ALI DESENVOLVIDO, A CONCLUSÃO DESSE PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO PODE AUXILIAR OU MESMO PREJUDICAR O EXAME DO MÉRITO. DESSA FORMA - PORQUE SE ME AFIGURA ÚTIL AO EXAME DA CONTROVÉRSIA OBTER INFORMAÇÕES SOBRE O ESTADO ATUAL DO PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO INSTAURADO NA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL -, CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA PARA DETERMINAR À UNIÃO QUE APRESENTE TAIS INFORMAÇÕES, DE MANEIRA CIRCUNSTANCIADA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. AS INFORMAÇÕES PODERÃO SE INSTRUÍDAS COM CÓPIA DE ATAS DE REUNIÃO OU DECISÕES EVENTUALMENTE TOMADAS PELA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL - CCAF. COM AS INFORMAÇÕES, PODERÃO AS PARTES SE MANIFESTAR, NO PRAZO SUCESSIVO DE 05 (CINCO) DIAS. (Juiz Ricardo Felipe Rodrigo Macieira).<sup>61</sup>

Trata-se, pois, de uma luta permanente. É importante ressaltar que a própria titulação dos territórios étnicos (não somente em Alcântara, como nas demais comunidades remanescentes de quilombo que ainda não receberam o título), pode ser inviabilizada se for julgada procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.239 que tramita no Supremo Tribunal Federal. Nesta ação é questionada a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e

---

<sup>61</sup>Decisão proferida em 11/03/2014 nos autos da Ação Civil Pública n. 2003.37.00.008868-2, que trata da conclusão do procedimento de titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara, converteu julgamento (estava pronto para sentenciar) em diligência ante a falta de informações quanto ao procedimento conciliatório instaurado na Câmara de Conciliação com vistas a resolver controvérsia referente ao RTID. Reproduz-se o teor da decisão “PARTES SE MANIFESTAR, NO PRAZO SUCESSIVO DE 05 (CINCO) DIAS. Juiz Ricardo Felipe Rodrigues Macieira”.

titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, a fim de dar execução ao artigo 68 do ADCT/CF88.

Nesse sentido, o ministro relator Cezar Peluso proferiu seu voto pela procedência da ação em 2012. Na ocasião a ministra Rosa Weber fez pedido de vista, interrompendo o julgamento e, desde até então, ainda não foi colocado o processo em pauta no plenário para que os outros dez ministros profiram seus votos. Portanto, se não se resolvem estas questões cruciais, o projeto espacial não se expandirá, não haverá deslocamentos, contudo, também permanecerão as incertezas quanto a uma reviravolta, como cogitou Borges:

*Para mim não está descartada a hipótese de no futuro haver deslocamento [...] Talvez tenha sido descartado ou ficado adormecido por nós, mas para o governo nunca foi descartado aumentar esse projeto. Este projeto está vivo, nunca esteve morto. Ele tá vivo só que não tá conseguindo caminhar na velocidade que queriam que ele caminhasse, mas ele está vivo e tenho plena certeza, cara, eu não tenho bola de cristal, mas eu tenho plena certeza que esse projeto ainda vai nos trazer muitos problemas e muitos conflitos em decorrência dessas situações que eles pretendem fazer. E sou capaz de te dizer que é bem provável que algum momento a legislação vigente nesse país mude pra que isso aí, pra que dê capacidade, pra que eles aumentem esse negócio aí, talvez esse seja um dos maiores projetos que o Brasil tem no futuro (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).*

Em suma, o risco de o Estado brasileiro criar ou utilizar novos instrumentos jurídicos-político para expandir o projeto espacial sobre os territórios étnicos serve de alerta para que os movimentos de resistência se preparem para mostrar sua força e protagonizar a construção das próximas páginas da história de Alcântara. A luta continua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar, de um lado, as formas de controle jurídico-político exercidas pelo Estado brasileiro desde a implantação do CLA, projeto estratégico que integra a política aeroespacial e a organização da resistência dos atingidos pela base espacial na defesa dos seus territórios étnicos.

No processo da pesquisa empreendida, constatei que os decretos desapropriatórios reduziram o módulo rural na área do projeto espacial, impondo normativamente o processo de remoções das comunidades para outras áreas (as agrovilas). Conjuntamente foi construído consenso por meio da difusão da ideia de progresso no contexto das remoções na década de 1980.

A coerção sobre os territórios étnicos de Alcântara tem-se apresentado com menor amplitude nos últimos anos, no entanto, o conflito persiste e expressa várias dimensões. A limitação ao acesso de áreas controladas pela base espacial, sob o argumento da segurança, se constitui em uma das principais expressões coercitivas do Estado brasileiro, inclusive dificultando a realização de atividades como a pesca e outras tantas quanto importantes para as comunidades que ali vivem e trabalham. As tentativas de construção de consenso têm se evidenciado em novas modalidades de participacionismos como o chamamento das comunidades locais para participarem de espaços de debates e planejamento de Políticas Públicas. Do mesmo modo, observei a disputa de projeto políticos por representantes do movimento negro e quilombola nos diversos espaços de poder, nas gestões dos presidentes Lula e Dilma inclusive em pastas estratégicas. Isso permitiu, apesar do antagonismo de setores conservadores ao movimento quilombola, influenciar na criação de leis, projetos e políticas públicas e projetos que repercutem em Alcântara.

Pode-se destacar o Decreto 4.887/2003 que possibilitou a materialização do direito das comunidades remanescentes de quilombos à titulação das terras por elas ocupadas (direito estabelecido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Finais e Transitórias da Constituição Federal de 1988).

A retomada dos interesses e das condições para expandir o projeto espacial brasileiro se deu a partir de 1997, ante o planejamento de novos deslocamentos, e foi reforçada pelo Acordo de Salvaguardas Brasil-EUA em 2000. Avalio, porém, que os interesses sobre Alcântara ficam claramente postos quando

expressos como uma das prioridades do PNAE 2005-2014: “Promoção da comercialização dos meios de acesso ao espaço, pela implantação da infraestrutura geral do Centro Espacial de Alcântara, que inclui sítios de lançamento comerciais.” (BRASIL, 2005, p. 20).

A criação da empresa Binacional Alcântara Cyclone Space para comercializar e operacionalizar serviços de lançamento de satélite em conjunto com a Ucrânia resultou dessa concepção mercadológica e é elencada como modelo para futuros acordos.

Nesse período de retomada de interesse em expandir para o projeto espacial as articulações locais de resistência começaram a ganhar força, não mais aceitando os deslocamentos, decisão que foi reforçada, em 1999, com o “Seminário Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais”, colocado como divisor de águas pelos movimentos de resistência, inclusive com a agregação da identidade étnica que não estava presente no contexto das remoções. A resistência sob o paradigma dos direitos étnicos só se tornou possível após a Constituição Federal de 1988, com o consequente auto reconhecimento dos remanescentes de quilombo.

As entrevistas realizadas com sujeitos sociais, envolvidos nos movimentos de resistência de Alcântara confirmaram que a questão da identidade étnica é central. O período dos deslocamentos foi um momento anterior à construção da identidade étnica, portanto, de fundamental importância para alavancar os movimentos de resistências diante da desarticulação das comunidades, em face das promessas não cumpridas. O insucesso dos projetos voltados para as agrovilas e a forma como o Estado resolveu a questão da dimensão do módulo rural, foram situações vivenciadas que fizeram surgir forte sentimento de não aceitar novas remoções.

Encontrei divergências entre as perspectivas dos entrevistados em diversas questões, dentre as quais destaco a compreensão sobre a situação dos movimentos de resistência após as remoções. Para os representantes do STTR ficou desarticulado até a realização do Seminário de 1999. Para militantes envolvidos com o movimento negro e MABE, desde 1993 iniciou-se a discussão étnica em Alcântara cuja articulação teria resultado no Seminário de 1999.

Pude constatar, também, outras modalidades de resistência, todas elas relacionadas ao elemento étnico. O processo mesmo das entrevistas foi no sentido de registrar a voz, a experiência na perspectiva dos sujeitos que participam dos

movimentos de resistência em Alcântara. É deles que partem as incertezas quanto ao futuro dos territórios étnicos diante das pretensões de expansão do projeto espacial, sendo unânime a resposta positiva quando perguntados se acreditam na possibilidade de novos deslocamentos.

Observei os movimentos de resistência em processo de rearticulação. Por enquanto permanece latente a ameaça do Estado avançar sobre os territórios étnicos e promover novos deslocamentos, mas o acirramento de problemas dentro dos próprios territórios étnicos motivou a retomada da luta para o recebimento do título de propriedade coletiva. Contudo, a titulação dependerá da definição da Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União e ainda será objeto de apreciação da 5ª Vara da Justiça Federal do Maranhão (Processo Nº 2003.37.00.008868-2). Isto sem esquecer a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3.239, na qual o STF poderá reconhecer a Inconstitucionalidade da norma que regulamenta a titulação de territórios étnicos.

A resolução do conflito sobre a manutenção integral ou não do RTID provavelmente se dará no âmbito do Poder Judiciário, como já ocorreu em questões anteriores, quando decisões liminares e acordos judiciais foram favoráveis aos quilombolas de Alcântara, a exemplo da decisão que determinou a paralização das atividades da ACS em Mamuna e o acordo que resultou na revisão da proposta de construção do sítio de lançamento da ACS para dentro da área já destinada ao CLA.

Ressalte-se, ainda, que a ADI 3.239 já conta com o voto do relator pelo provimento, ou seja: para tornar inconstitucional o regulamento das titulações de comunidades quilombolas. Se este entendimento prevalecer no STF possivelmente será exigida a elaboração de uma lei para regulamentar o processo de titulação, o que poderá demandar anos para passar no Congresso Nacional, enfrentando toda a resistência das frações de classe hegemônicas contrárias ao reconhecimento da territorialidade étnica.

Portanto, apenas se podem supor possibilidades para os rumos dos movimentos de resistência em busca da titulação dos territórios étnicos face às investidas expansionistas do projeto espacial brasileiro, processos históricos em plena construção.

Entretanto se o futuro é incerto, é possível afirmar que, nos últimos anos, os movimentos de resistência, após se organizarem em torno da questão étnica conseguiram evitar novos deslocamentos e intervenções nos territórios étnicos de

Alcântara, mesmo diante da contínua utilização de instrumentos político-jurídicos de controle pelo Estado.

Espero que este texto sirva de contribuição para outros pesquisadores avançarem no estudo das problemáticas envolvendo Alcântara, seus territórios étnicos e o projeto espacial, assim como os movimentos de resistência quilombola.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008a.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.
- ALMEIDA, Flávio Lúcio Rodrigues de. **De Volta à Ilha de Tranquilidade em Meio a Um Oceano Revolto?** Limites da democracia liberal brasileira. São Paulo, nº 23. 2009.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas Neoliberais no Brasil**: A privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Niterói: UFF, 2010.
- AMARAL, Roberto. A crise dos projetos estratégicos brasileiros: o caso do Programa Espacial. In: RODRIGUES NETO, Manoel (Org.). **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2010.
- BARBOSA, Zulene Muniz; et. al. O Global e o Regional: contradições entre os grandes empreendimentos e as desigualdades sociais no Maranhão. In: \_\_\_\_\_. **O GLOBAL E O REGIONAL**: grandes projetos desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. São Luís: EdUFMA, 2011.
- BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. **Território Étnico**: conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão. Paraíba: 2011.
- CHOAIRY, Antônio César da Costa. **Alcântara vai para o espaço**: a dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. São Luís: Edições UFMA, 2000.
- COSTA FILHO, Edmilson de Jesus. **A política científica e tecnológica no setor aeroespacial brasileiro**: da institucionalização das atividades ao fim da gestão militar – uma análise do período 1961-1993. Campinas: UNICAMP, 2000.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- DUARTE, Marisa R. T. **Conceitos de controle de social e a vinculação de recursos à educação**. São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-2087--Int.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2009.
- ESCADA, Paulo Augusto Sobral. **Origem, institucionalização e desenvolvimento**

**das Atividades Espaciais Brasileiras (1940-1980)**. Campinas: UNICAMP, 2005.  
GOMES, Lilian Cristina Bernardo. *Justiça seja feita: Direito Quilombola ao Território* (tese em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais). Belo horizonte: UFMG, 2009.

GORENDER, Jacob. *Coerção e consenso na política*. **Estudos avançados**. vol.2, no. 3, São Paulo, Sept./Dec. 1988. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000300004&script=sci_arttext)>

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel** – Notas sobre Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Terezinha Moreira. *Descentralização e Controle Social*. **Rev. Políticas Públicas**. São Luis v. 4. n. 1. p. 71-96, jan/dez. 2000.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. IN: ARANTES, Otilia et al. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Prefácio. In: PEREIRA JUNIOR, David. **Quilombos de Alcântara**: Território e Conflitos – Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRELLES, Sérgio. **Alcântara na era espacial**. São Luís: Cáritas Brasileira, 1983.

MOTTA, Luiz Eduardo. *Direito, Estado e Poder: Poulantzas e o seu confronto com Kelsen*. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 19, n. 38, p. 7-25, fev. 2011.

PAIXÃO, Maurício; ALMEIDA, Igor. **O Processo de Titulação do Território Quilombola de Alcântara**. 2011. Disponível em: <[http://www.cpsp.org.br/terras/html/noticia\\_print.aspx?ID=36](http://www.cpsp.org.br/terras/html/noticia_print.aspx?ID=36)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

PAULA ANDRADE, Maristela de. *Expropriação de grupos étnicos, desequilíbrio ambiental e (in)segurança alimentar*. In: ANDRADE, Paula Maristela de; SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de Farinha**: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

PEDROSA, Luís Antonio Câmara. **Alcântara ainda em jogo**. 2006. Disponível em: <<http://www.smdh.org.br/artigos2.php?id=7>>. Acesso em: 8 jul. 2010.

PEREIRA, Guilherme Reis. **Política Espacial Brasileira e a trajetória do INPE**

(1961-2007). Campinas: UNICAMP, 2008.

PEREIRA JUNIOR, David. **Quilombos de Alcântara: Território e Conflitos – Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais do Estado Capitalista**. Porto: Portucalense Editora, 1971.

ROCHA, Anta Tereza Ferreira. **A Festa Inacabada: A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição de sujeitos liminares**. São Luís: UFMA, 2006.

SA, Laís Mourão. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na baixada ocidental maranhense (dissertação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro)**. 1975.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. Trajano: a difícil relação entre projetos espaciais, definição de territórios e manejo de recursos naturais. In: PAULA ANDRADE, Maristela de; SOUZA FILHO, Benedito (orgs.). **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição do retrocesso social no direito constitucional brasileiro. **Revista eletrônica sobre Reforma do Estado**, n. 21, mar/abr/mai, Salvador, 2010.

SARMENTO, Daniel. A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação. In: DUPRAT, Deborah (Org.). **Pareceres jurídicos: direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA, 2007. p. 77-104.

SILVA, Gyordanna Patrícia Pereira. **Produção intelectual, movimento social e conflitos: MABE e a luta em defesa da territorialidade**. São Luís: UEMA, 2013.

VIEIRA, Isabela. **Disputa por terras entre Forças Armadas e quilombolas será tema da Cúpula dos Povos da Rio+20**. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-27/disputa-por-terras-entre-forcas-armadas-e-quilombolas-sera-tema-da-cupula-dos-povos-da-rio20>>. Acesso em 18 jun 2014.

VITORELLI, Edilson. **Estatuto da Igualdade Racial e Comunidades Quilombolas**. Salvador: Editora Juspodivm, 2012.

## DOCUMENTOS

BRASIL. A cidade histórica de Alcântara. Medidas para sua preservação face ao novo dinamismo. Rio de Janeiro: 1984.

BRASIL. A política espacial brasileira / relator: Rodrigo Rollemberg ; Elizabeth Machado Veloso (coord.) ; Alberto Pinheiro de Queiroz Filho ... [et al.]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

BRASIL. III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT, instituído pelo Decreto nº 85.118, de 03 de setembro de 1980b.

BRASIL. III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980 – 1985). Brasília, 13 de fevereiro de 1980.

BRASIL. PARECER DPA/FCP. Brasília, 12 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Procuradoria da República no Estado do Maranhão. 2º Ofício Cível. Ação Cautelar Inominada Incidental à Ação Civil Pública nº 2003.37.00.008868-2. 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão. Procurador Alexandre Silva Soares. São Luís, 15 de maio de 2008.

BRASIL. Programa Nacional de Atividades Espaciais : PNAE : 2012 - 2021 / Agência Espacial Brasileira. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Agência Espacial Brasileira, 2012.

BRASIL. Programa Nacional de Atividades Espaciais: PNAE / Agência Espacial Brasileira. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Agência Espacial Brasileira, 2005.

BRASIL. Relatório Final – GEI Alcântara. 2005.

CARTA de Alcântara. 12 de agosto de 2006.

IBGE. Censo Demográfico: dados distritais/Fundação Instituto Geográfico Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

MARANHÃO. Decreto nº. 7826/1980.

ONU. A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara. O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil. Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

RELATÓRIO Final do Projeto Formação das Comunidades para a Gestão do Território Étnico Quilombola de Alcântara (MA) - Convênio 709016/2009 SEPP/IR/AMPA. São Luís, 2010.

## ENTREVISTAS

BENITA. (Dona Benita do Cartório) - teve inserção nos movimentos de resistência em Alcântara. Concedida a Saulo Carneiro de Oliveira para fins de dissertação. Cururupu, 16/11/2013.

BORGES, Sérvulo de Jesus Moraes. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges) - conhecido como "Borjão", militante do movimento de resistência em Alcântara, com participação no Movimento dos Atingidos pela Base Espacial. Concedida a Saulo Carneiro de Oliveira para fins de dissertação. Cururupu, 07/11/2013.

COSTA, Gregório Xavier. (Gregório Xavier Costa) - diretor da Secretaria de Articulação Política do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara – STTR. Concedida a Saulo Carneiro de Oliveira para fins de dissertação. Cururupu, 07/11/2013

DINIZ, Antonio Marcos Pinho. (Antonio Marcos Pinho Diniz) - presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara – STTR. Concedida a Saulo Carneiro de Oliveira para fins de dissertação. Cururupu, 11/08/2014.

RABELO, Walmir Gomes. (Walmir Gomes Rabelo) - presidente da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Alcântara na Agricultura Familiar. Concedida a Saulo Carneiro de Oliveira para fins de dissertação. Cururupu, 11/08/2014.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Esclarecimentos sobre o acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos, com vistas ao lançamento comercial de foguetes e satélites norte-americanos pelo Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. 2001. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/alcantara/esclarecimento/esclarecimento.htm>> Acesso em 17 jul. 2010.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTAS**

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do RG \_\_\_\_\_ e CPF  
\_\_\_\_\_, autorizo o uso da entrevista por mim concedida  
a Saulo Carneiro de Oliveira, para a realização de sua pesquisa, podendo esta ser  
usada parcial ou totalmente na elaboração de seu trabalho de dissertação, bem  
como em toda e qualquer produção do pesquisador, incluindo-se publicações. Por  
meio deste termo, fica facultado ao pesquisador o direito de ceder o uso da  
entrevista a outros estudantes e pesquisadores a quem possa interessar o seu teor.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**APÊNDICE B - CD COM A GRAVAÇÃO DO ÁUDIO DAS ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA**

Oliveira, Saulo Carneiro de.

A política aeroespacial brasileira e o controle jurídico-político do espaço: a atuação do Estado brasileiro e a resistência local na defesa dos territórios étnicos de Alcântara – MA/ Saulo Carneiro de Oliveira – São Luís, 2014.

106 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

Orientador: Prof. Dra. Zulene Muniz Barbosa.

1.Alcântara. 2.Desenvolvimento. 3.Grandes projetos.I.Título

CDU: 316.42 (812.1)